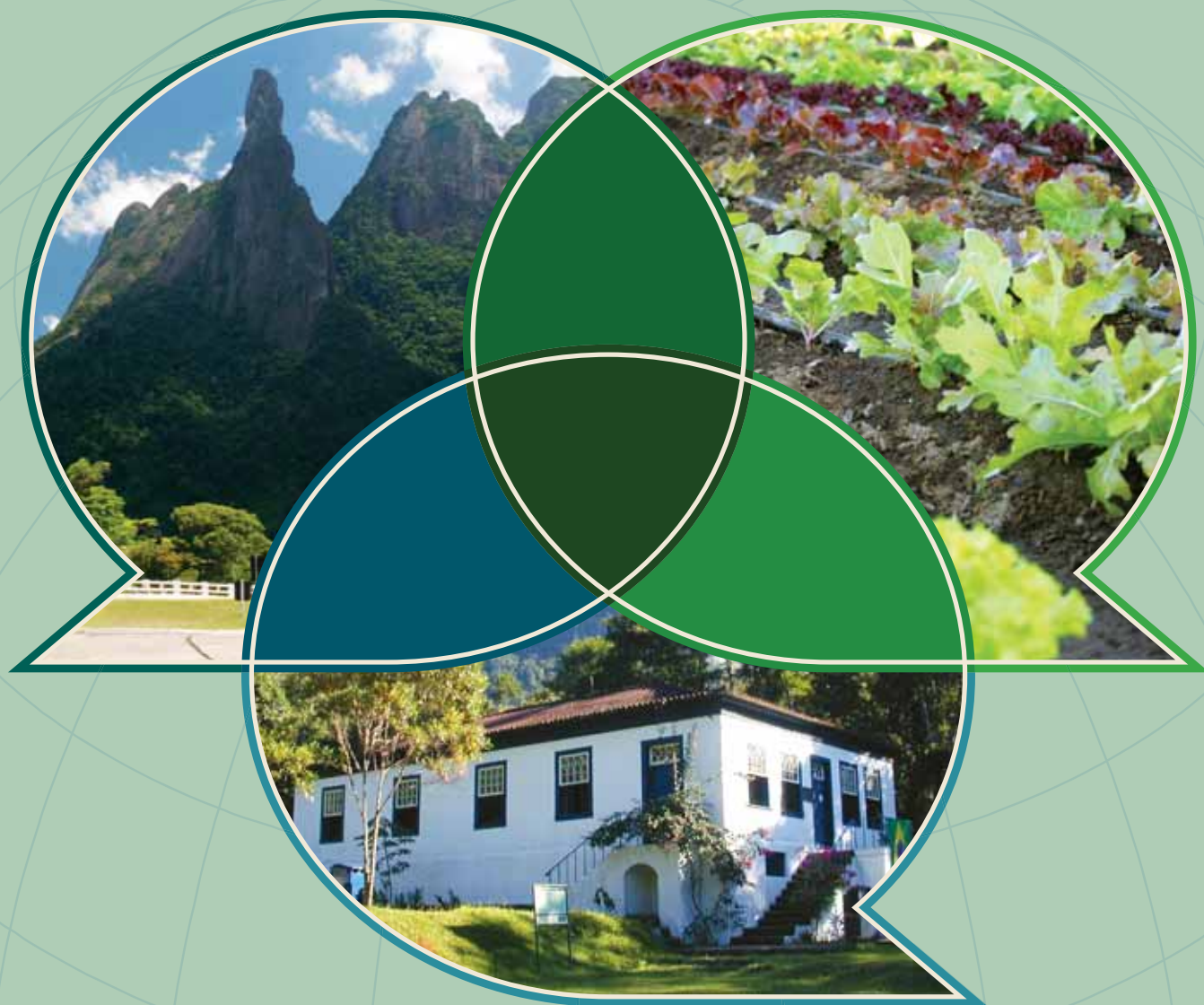
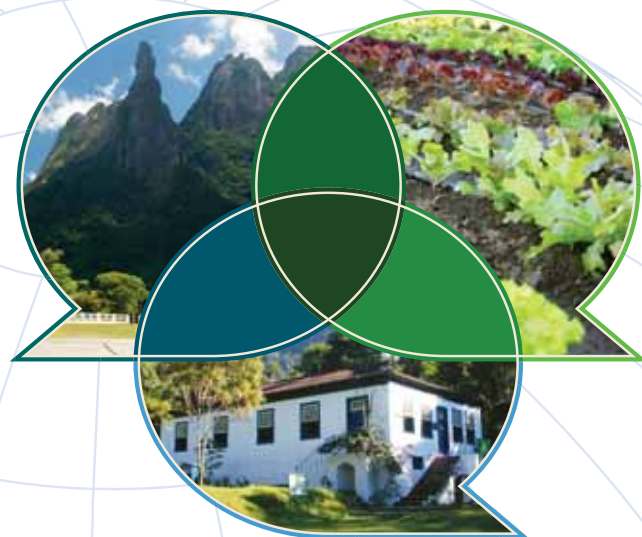




AGENDA 21

Guapimirim



AGENDA 21 COMPERJ

Grupo Gestor:

Petrobras

Gilberto Maldonado Puig

Ministério do Meio Ambiente

Karla Monteiro Matos (2007 a junho de 2010)
Geraldo Abreu (a partir de julho de 2010)

Secretaria de Estado do Ambiente (RJ)

Carlos Frederico Castelo Branco

Equipe:

Coordenação Geral:

Ricardo Frosini de Barros Ferraz

Coordenação Técnica:

Patricia Kranz

Redação:

Arilda Teixeira
Janete Abrahão
Kátia Valéria Pereira Gonzaga
Patricia Kranz
Thiago Ferreira de Albuquerque

Pesquisa:

Mônica Deluqui e Ruth Saldanha

Revisão de Conteúdo:

Ruth Saldanha

Revisão:

Bruno Piotto e Fani Knoploch

Leitura Crítica:

Cláudia Pfeiffer

Edição de Texto:

Vania Mezzonato / Via Texto

Colaboração:

Ana Paula Costa
Bruno Piotto
Hebert Lima
Liane Reis
Luiz Nascimento
Nathália Araújo e Silva

Fomento dos Fóruns:

Ana Paula Costa

Colaboração:

Leandro Quintão
Paulo Brahim
Roberto Rocco

Projeto Gráfico:

Grevy Conti Designers

Seleção e Tratamento de Imagens:

Maria Clara de Moraes

Fotos:

Amábilio Macedo, Ana Paula Costa, Elizabeth Bravo, Jose Carlos Della Vedova, Lucileide de Lara Souza, Marlene Maria Rodrigues, Roberto Rocco, Urano Savaya
Banco de Imagens Petrobras / Cris Isidoro
Andressa Pieroni Santana / Banco de Imagens do ICMBio, Carlos Augusto Ribeiro Barbosa / Banco de Imagens do ICMBio, APA Guapimirim / Banco de Imagens do ICMBio
Banco de Imagens do CPRJ / Marcos Felipe

Impressão:

Minister

MEMBROS DO FÓRUM DA AGENDA 21 DE GUAPIMIRIM

Membros Fundadores

Primeiro Setor

1. Jaqueline Ferreira R. Patrício
2. Julio Henrique Camargo
3. Márcia Teixeira de Mônaco
4. Marilene Vargas Ribeiro
5. Marinete Seixas Chaves Cheppi
6. Marlene Maria Rodrigues
7. Roberto Rômulo Brandão

Segundo Setor

8. Eliani de Sá Mayerhofer
9. José Carlos Della Vedova R.Dantas
10. Juçara Maria Fontes Cerqueira
11. Rogério de Almeida Vidaurre

Terceiro Setor

12. Aloísio Dias Cunha
13. Ana Helena Goulart
14. Angela França de Oliveira
15. Maria Ana Oliveti Tuão Gava
16. Maria Emilia Medeiros do Nascimento
17. Théo Fernandes

Comunidade

18. Alvaro da Silva Coutinho
19. Gilson Machado de Abreu
20. Jogiliene Felix da Costa Silva

Membros Natos

1. Carlito Vieira de Almeida - Conselho Municipal de Saúde
2. Eduardo C. V. Rubião - Estação Ecológica Paraíso
3. Fábio Rangel Macieira - Secretaria Municipal de Obras
4. Luiz Fernando Saraiva da Silva - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e de Desenvolvimento Sustentável
5. Marcus Gomes - Parque Nacional da Serra dos Órgãos
6. Marlon Vivas Cabral - Câmara dos Vereadores
7. Paulo César da Rocha - Câmara dos Vereadores
8. Paulo Clem - Secretaria Municipal de Educação e Cultura
9. Reinaldo Luiz de Almeida Ozolins - Conselho Municipal de Assistência Social
10. Rosevane Correa da Silva - Conselho Municipal de Educação
11. Sonia Maria Eduardo de França - Centro de Primatologia do Rio de Janeiro

Um dos principais empreendimentos da história da Petrobras, o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) deverá entrar em operação em 2013. Situado em Itaboraí, vai transformar o perfil socioeconômico de sua região de influência.

Ciente da necessidade de estabelecer um relacionamento positivo com as comunidades sob influência direta de suas operações, a Petrobras, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, a Secretaria de Ambiente do Estado do Rio de Janeiro e organizações da sociedade civil, desenvolveu uma metodologia para implementar a Agenda 21 Local nos municípios localizados no entorno do Comperj.

Em todo o mundo, já foram desenvolvidas mais de 5 mil Agendas 21 Locais, e diversas empresas utilizaram ou utilizam a Agenda 21 em seus processos de planejamento e alinhamento com a sustentabilidade. No entanto, não se conhece experiência anterior que tenha fomentado um processo em escala semelhante, nem que empregue a Agenda 21 como base de política de relacionamento e de comunicação, o que torna esta experiência uma estratégia empresarial inédita.

A implementação de Agendas 21 Locais colabora para estruturar modelos sustentáveis de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que esclarece o papel de cada setor social nesse processo. Além disso, neste caso, contribui para que os municípios se preparem mais adequadamente para os impactos e oportunidades advindos do desenvolvimento impulsionado pelo Comperj e por outras empresas que se instalarão na região.

A Agenda 21 Comperj expressa o compromisso por parte da Petrobras, do Ministério do Meio Ambiente, da Secretaria de Ambiente do Estado do Rio de Janeiro e de todos os demais envolvidos, de promover um desenvolvimento pautado na sustentabilidade no entorno da região em que o Comperj se insere.

Esse esforço só foi possível devido à ampla participação de toda a sociedade. Assim, agradecemos a todas as instituições, empresas, associações e cidadãos que, voluntariamente, dedicaram seu tempo e esforços ao fortalecimento da cidadania em seus municípios em busca de um modelo de desenvolvimento que leve qualidade de vida para todos.

Estendemos nosso agradecimento também a todas as prefeituras e câmaras de vereadores, ao Poder Judiciário e a outros representantes do Primeiro Setor por sua participação ativa nesse processo.

Esperamos que a Agenda 21, fruto de trabalho intenso e amplo compromisso, contribua para a construção de um futuro de paz e prosperidade para esta e as próximas gerações. Transformá-la em realidade é uma tarefa de todos.

Grupo Gestor da Agenda 21 Comperj



Senhores e senhoras,

A Agenda 21 é um instrumento de planejamento participativo, voltado para o desenvolvimento sustentável, priorizando ações que busquem justiça social, eficiência econômica e conservação ambiental. Portanto, trata-se de uma Agenda para o Desenvolvimento Sustentável.

Em nosso município, temos implantada a Agenda 21 Local, formalizada através do Fórum da Agenda 21 de Guapimirim.

O Fórum da Agenda 21 de Guapimirim desenvolveu um processo de planejamento integrado e participativo que envolveu sociedade civil e governo, através da análise dos problemas locais, com abordagens sociais, culturais, ambientais, institucionais e econômicas, para formular o Plano Local de Desenvolvimento Sustentável de Guapimirim – PLDS.

Esse importante instrumento deve refletir os anseios e necessidades locais, por meio de projetos e ações a serem implementados em curto, médio e longo prazos, com os respectivos meios de implementação e responsabilidades, quer do governo como da sociedade.

É com grande satisfação que apresento o Plano Local de Desenvolvimento Sustentável de Guapimirim, importante instrumento para, junto com outros planos locais, alcançarmos o que de melhor desejamos para nosso município, eternizando-o de fato e de direito como um paraíso ecológico e social.

Esse é o compromisso que governo e sociedade assumem, juntos, de forma integrada e participativa para o uso social e político da Agenda 21.

Renato Costa de Mello Junior

Prefeito de Guapimirim



Na maioria das vezes, situações novas quando se apresentam são percebidas como ameaças. Com a chegada do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (Comperj), instalado em Itaboraí-RJ, não foi diferente. Os municípios próximos desse empreendimento serão afetados, direta ou indiretamente, uns numa proporção maior e outros menos, imediatamente reflexos relativo a questões socioambientais chamaram a atenção de todos nós sobre as consequências a serem sentidas em Guapimirim.

Motivados por essas preocupações, com os impactos gerados pelo Comperj, um grupo de cidadãos passou a reunir-se e, num processo aberto, participativo e democrático, procurou identificar necessidades, potencialidades, prioridades e propostas de soluções, buscando transformar as ameaças em oportunidades para nosso município. Ao longo desse tempo, algumas dessas pessoas concluíram sua contribuição, outros se associaram, iniciando sua participação, e muitos continuam nessa caminhada.

Em março de 2009, apoiado pela Lei Municipal no 261, de dezembro de 1999, foi criado o FÓRUM da AGENDA 21 de GUAPIMIRIM, constituído por Membros Fundadores, aquele grupo de cidadãos representando a Sociedade Civil Organizada e Membros Natos que representam entidades públicas e forças locais. O Fórum da Agenda 21 de Guapimirim se caracteriza pela diversidade, pluralidade e representatividade de seus membros, legitimando dessa forma o processo de construção coletiva, trazendo para ele toda riqueza de olhares críticos, saberes populares ou acadêmicos, bagagens de conhecimentos e experiências de vida, entre outros tantos valores. Esse trabalho se iniciou sob a condução de nosso companheiro Valmir Rosa e na saída deste, por nossa companheira Maria Emília Medeiros.

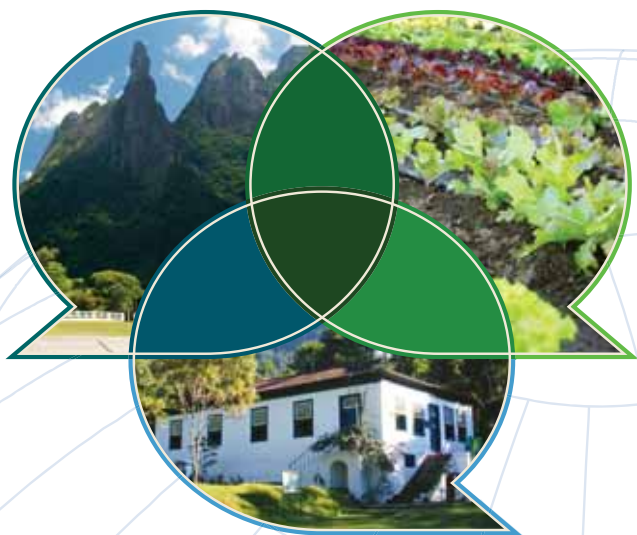
Hoje, com muita satisfação e orgulho, estamos vivenciando a formalização da apresentação do trabalho produzido pelo Fórum da Agenda 21 de Guapimirim, que é o Plano Local de Desenvolvimento Sustentável – PLDS. Esse é o marco inicial, mas muitos outros desafios precisarão ser vencidos. O Fórum da Agenda 21 de Guapimirim é dinâmico e renovável que tem início, mas não esgota porque é um processo contínuo.

Passamos a contar com importante instrumento que consolida práticas e/ou ações a serem realizadas, desde o nível individual até o nível institucional. É necessário que todos estejamos comprometidos com este plano – Poder Executivo, Poder Legislativo, Empresariado e Sociedade Civil, para de fato alcançarmos um desenvolvimento com qualidade de vida em nosso município. Urge a necessidade dos Gestores Públicos, junto com a Sociedade Civil Organizada, reconhecer o homem e seu ambiente, integrando e potencializando as melhores condições para termos em Guapimirim a adoção das melhores práticas para uma vida em harmonia com a natureza, o ambiente e seres vivos.

Enfim, esperamos que este Plano Local de Desenvolvimento Sustentável – PLDS contribua significativamente para Guapimirim demonstrar responsabilidade e compromisso com práticas para uma qualidade de vida sustentável.

Eliani Mayerhofer

Coordenadora do Fórum da Agenda 21 de Guapimirim



Sumário

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A AGENDA 21.....	15
A Agenda 21 Local.....	14
A Agenda 21 no Brasil.....	15
O COMPERJ.....	16
Agendas 21 Locais na Região.....	16
Premissas.....	17
Organização da Sociedade.....	17
Metodologia.....	18
Desafios e Lições Aprendidas.....	22
O MUNICÍPIO DE GUAPIMIRIM.....	25
Um pouco da história de Guapimirim.....	25
Processo de construção da Agenda 21 Local.....	26
AGENDA 21 DE GUAPIMIRIM.....	29
Para ler a Agenda.....	29
Vetores Qualitativos.....	30
Vocação e Visão.....	33
ORDEM AMBIENTAL.....	35
Recursos Naturais.....	36
Recursos Hídricos.....	43
Biodiversidade.....	48
Mudanças Climáticas.....	52

ORDEM FÍSICA.....	57
Habitação.....	58
Saneamento.....	62
Mobilidade e Transporte.....	66
Segurança.....	69
ORDEM SOCIAL.....	73
Educação.....	74
Educação Ambiental.....	77
Cultura.....	79
Saúde.....	82
Grupos Principais.....	85
Padrões de Consumo.....	90
Esporte e Lazer.....	92
ORDEM ECONÔMICA.....	95
Geração de Trabalho, Renda e Inclusão Social.....	96
Agricultura.....	104
Indústria e Comércio.....	108
Turismo.....	112
Geração de Resíduos.....	116
MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO.....	119
Ciência e Tecnologia.....	120
Recursos Financeiros.....	124
Mobilização e Comunicação.....	129
Gestão Ambiental.....	132
AÇÕES DA PETROBRAS NA REGIÃO.....	138
Programas ambientais.....	138
Projetos sociais.....	140
GLOSSÁRIO (SIGLAS).....	142
PARTICIPANTES.....	146
CRÉDITOS TÉCNICOS E INSTITUCIONAIS.....	152

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A AGENDA 21

*A sustentabilidade não tem a ver apenas com a biologia,
a economia e a ecologia, tem a ver com a relação que
mantemos com nós mesmos, com os outros e com a natureza.
(Moacir Gadotti)*

A vida depende essencialmente do que a Terra oferece – água, ar, terra, minerais, plantas e animais. Todavia, há algumas décadas, esses recursos naturais vêm dando sinais de esgotamento ou de degradação, principalmente em função do consumo dos seres humanos, que estão se apropriando de cerca de 20% da produção mundial de matéria orgânica. Como um planeta com recursos em grande parte finitos pode abrigar e prover a crescente população de seres humanos e as demais espécies que nele vivem?

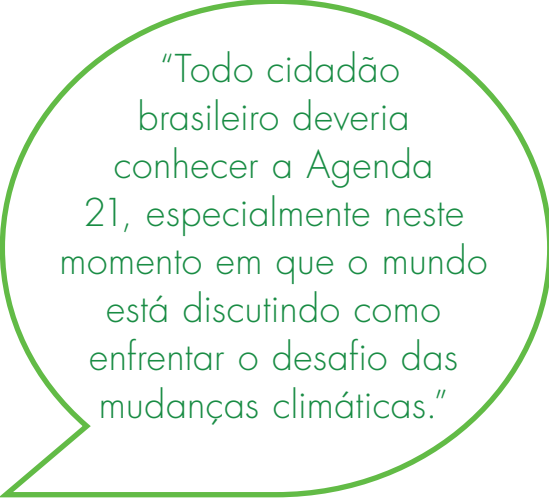
Evidências científicas sobre os crescentes problemas ambientais levaram a Organização das Nações Unidas (ONU) a reunir 113 países, em 1972, no primeiro grande evento internacional sobre o meio ambiente – a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano, conhecida como Conferência de Estocolmo. Uma das conclusões do encontro foi que era preciso rever a própria noção de desenvolvimento. Para tanto, foi criada a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, que, em 1987, publicou o relatório “Nosso Futuro Comum”, no qual foi consagrado o conceito de “desenvolvimento sustentável”.

A Comissão declarou que a economia global, para atender às necessidades e interesses legítimos das pessoas, deve crescer de acordo com os limites naturais do planeta e lançou o conceito de sustentabilidade. “A humanidade tem a capacidade de tornar o desenvolvimento sustentável – de assegurar que ele *atenda às necessidades do presente sem comprometer a habilidade das futuras gerações de satisfazer suas próprias necessidades.*”

Em busca desse novo modelo de desenvolvimento, em 1992 a ONU convocou a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro e que ficou conhecida como Rio-92. Tratou-se, na época, do maior evento voltado para o meio ambiente até então realizado pela ONU, contando com a representação de 179 nações e seus principais dirigentes.

Um dos principais resultados da Rio-92 foi o documento do Programa Agenda 21, que aponta o desenvolvimento sustentável como o caminho para reverter tanto a pobreza quanto a destruição do meio ambiente. O documento lista as ações necessárias para deter, ou pelo menos reduzir, a degradação da terra, do ar e da água e preservar as florestas e a diversidade das espécies de vida. Trata da pobreza e do consumo excessivo, ataca as desigualdades e alerta





"Todo cidadão brasileiro deveria conhecer a Agenda 21, especialmente neste momento em que o mundo está discutindo como enfrentar o desafio das mudanças climáticas."

para a necessidade de políticas de integração entre questões ambientais, sociais e econômicas.

Em seus 40 capítulos, o documento detalha as ações esperadas dos governos que se comprometeram com a Agenda 21 e os papéis que cabem a empresários, sindicatos, cientistas, professores, povos indígenas, mulheres, jovens e crianças na construção de um novo modelo de desenvolvimento para o mundo.

A Agenda 21 local

Mais de dois terços das declarações da Agenda 21 adotadas pelos governos nacionais participantes da Rio-92 não podem ser cumpridos sem a cooperação e o compromisso dos governos locais. Em todo o documento há uma forte ênfase na "ação local" e na administração descentralizada.

Mais precisamente, a ideia da elaboração das Agendas 21 Locais vem do capítulo 28 da Agenda 21, o qual afirma que é no nível local que as ações ocorrem concretamente e, assim, as comunidades que usam os recursos naturais para sua sobrevivência é que podem ser mais eficientemente mobilizadas para protegê-los.

A Agenda 21 Local é um processo de elaboração de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável e de sua implementação por meio da formação de parcerias entre autoridades locais e outros setores, orientando-os rumo ao futuro desejado.

O processo de construção de Agendas 21 Locais se inicia com um levantamento dos problemas, preocupações e potencialidades de cada território, seguido da elaboração de um plano local de desenvolvimento sustentável, de forma consensual e com ampla participação de todos os setores da sociedade.

A construção das Agendas 21 Locais se dá por meio dos Fóruns de Agenda 21, espaços de diálogo onde representantes de diversos setores da sociedade se reúnem regularmente para acompanhar a construção das Agendas 21 Locais e a viabilização dos Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável.

A construção de Agendas 21 Locais é um processo contínuo – e não um único acontecimento, documento ou atividade. Não existe uma lista de tarefas a executar, mas uma metodologia que envolve uma série de atividades, ferramentas e abordagens que podem ser escolhidas de acordo com as circunstâncias e prioridades locais, e que deverão ser constantemente trabalhadas e atualizadas.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA), a Agenda 21 Local é o processo de planejamento participativo de determinado território que envolve a implantação de um Fórum de Agenda 21. Composto por governo e sociedade civil, o Fórum é responsável pela construção de um Plano Local de Desenvolvimento Sustentável (PLDS), que estrutura as prioridades locais por meio de projetos e ações de curto, médio e longo prazos. No Fórum são também definidas as responsabilidades do governo e dos demais setores da sociedade local na implementação, acompanhamento e revisão desses projetos e ações.

A Agenda 21 no Brasil

O processo de elaboração da Agenda 21 brasileira se deu entre 1996 e 2002, e foi coordenado pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável (CPDS). Durante esse período, cerca de 40 mil pessoas em todo o País foram ouvidas, em um processo que valorizava a participação cidadã e democrática.

No ano seguinte ao término da sua elaboração, a Agenda 21 brasileira foi alocada como parte integrante do Plano Plurianual (PPA) do governo federal – o que lhe proporcionou maior força política e institucional – e deu-se início à fase de implementação.

A Agenda 21 brasileira cita quatro dimensões básicas no processo de construção do desenvolvimento sustentável:

Ética – demanda que se reconheça que o que está em jogo é a vida no planeta e a própria espécie humana;

Temporal – determina a necessidade de planejamento a longo prazo, rompendo com a lógica imediatista;

Social – expressa o consenso de que o desenvolvimento sustentável só poderá ser alcançado por uma sociedade democrática e mais igualitária;

Prática – reconhece que a sustentabilidade só será conquistada por meio da mudança de hábitos de consumo e de comportamentos.

Assim como nos demais países, a Agenda 21 brasileira não pode ser cumprida sem a cooperação e o compromisso dos governos locais.

○ COMPERJ

O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), um dos principais empreendimentos da Petrobras no setor petroquímico, está sendo construído no município de Itaboraí, no Estado do Rio de Janeiro.

Quando entrar em operação, o complexo agregará valor ao petróleo nacional e reduzirá a necessidade de importação de derivados e produtos petroquímicos. Além disso, atrairá novos investimentos e estimulará a criação de empregos diretos, indiretos e por efeito renda, modificando o perfil socioeconômico da região do leste fluminense.

Para mais informações sobre o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, acesse o *site* www.comperj.com.br

Mapa 1: Área de atuação da Agenda 21 Comperj



Agendas 21 locais na região

O projeto Agenda 21 Comperj é uma iniciativa de responsabilidade socio-ambiental da Petrobras, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e a Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro, que formam o Grupo Gestor do projeto. É parte do programa de relacionamento que a companhia está promovendo junto aos 15 municípios localizados nas proximidades do Comperj: Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Maricá, Niterói, Nova Friburgo, Rio Bonito, Rio de Janeiro, São Gonçalo, Saquarema, Silva Jardim, Tanguá e Teresópolis. Juntos, estes municípios representam uma área de 8.116 km², com mais de oito milhões de habitantes, dos quais seis milhões correspondem à população do município do Rio de Janeiro.

O objetivo do projeto é criar e fomentar processos de Agenda 21 Locais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável em toda a região e melhorando a qualidade de vida de seus habitantes, hoje e no futuro.

O projeto Agenda 21 Comperj foi realizado simultaneamente em todos os municípios participantes, com exceção do Rio de Janeiro. Este município se encontra na fase de Consolidação Municipal (ver Metodologia), devido à complexidade local e aos planos de preparação para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, ainda em elaboração.

A descrição e os documentos gerados em cada etapa podem ser encontrados no *site* www.agenda21comperj.com.br.

Com o lançamento das Agendas e a implementação dos Fóruns Locais em cada município, o projeto é encerrado, e os Fóruns passam a ser acompanhados pelo Programa Petrobras Agenda 21 e a se relacionar diretamente com o Comperj.

Uma vez finalizadas, as Agendas 21 passam a ser uma referência para a implantação de políticas públicas e ações compensatórias e de responsabilidade socioambiental de empresas que deverão se instalar na região.

Premissas

O projeto Agenda 21 Comperj adota as premissas de construção de Agenda 21 preconizadas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA):

- Abordagem multissetorial e sistêmica, que envolve as dimensões econômica, social e ambiental;
- Sustentabilidade progressiva e ampliada, ou seja, construção de consensos e parcerias a partir da realidade atual para o futuro desejado;
- Planejamento estratégico participativo: a Agenda 21 não pode ser um documento de governo, mas um projeto de toda a sociedade;
- Envolvimento constante dos atores no estabelecimento de parcerias, aberto à participação e ao engajamento de pessoas, instituições e organizações da sociedade;
- Processo tão importante quanto o produto;
- Consensos para superação de entraves do atual processo de desenvolvimento.

Organização da sociedade

O projeto Agenda 21 Comperj substituiu a divisão paritária da malha social entre governo e sociedade civil, comumente adotada, pela divisão em quatro setores – público, privado, sociedade civil organizada e a comunidade – no

"O trabalho voluntário é difícil, mas acredito que através do Fórum de Agenda 21 podemos fazer as coisas acontecerem. Esta crença me faz seguir em frente"

intuito de identificar mais detalhadamente as demandas locais, fortalecendo a representação dos diversos segmentos.

SETORES	REPRESENTAÇÃO
Primeiro	Prefeituras, Câmaras de Vereadores, poderes Legislativo e Judiciário, órgãos e empresas públicos
Segundo	Empresas de capital privado, associações e federações do setor produtivo
Terceiro	ONGs, sindicatos, associações de classe, clubes, fundações
Comunidade	Associações de moradores e de pescadores, e cidadãos em geral

Metodologia

A metodologia do Projeto Agenda 21 Comperj é constituída de cinco etapas:

- 1) Mobilização da Sociedade;
- 2) Construção Coletiva;
- 3) Consolidação Municipal;
- 4) Formalização dos Fóruns Locais;
- 5) Finalização das Agendas.

A descrição resumida dessas etapas e dos produtos delas resultantes se encontra nas tabelas das páginas seguintes e de forma mais detalhada no *site* www.agenda21comperj.com.br.

Para executar as quatro primeiras fases, foram contratadas, por meio de licitação, quatro Organizações Não Governamentais – Instituto Ipanema, Instituto de Estudos da Religião – Iser, Rodaviva e Associação de Serviços Ambientais – ASA –, encarregadas da mobilização dos setores sociais e da facilitação de oficinas.

Para o acompanhamento da fase de Finalização das Agendas, incluindo redação, diagramação, impressão e eventos de lançamento, foram contratados consultores especializados.

Como resultado deste processo, as diferentes demandas da sociedade foram identificadas e sistematizadas em um mapeamento detalhado do cenário local, contemplando anseios, propostas e visões dos quatro setores dos municípios abrangidos.

Com a sociedade local representada nos Fóruns de maneira paritária e com um objetivo comum, foi possível construir os Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável.

Ao final das cinco etapas, as Agendas 21 Comperj compõem um mosaico do contexto regional e oferecem uma visão privilegiada do cenário no qual o Complexo Petroquímico será instalado, indicando as potencialidades que podem ser aproveitadas em benefício de todos, fortalecendo a cidadania e a organização social.

ETAPAS	ATIVIDADES	RESULTADOS/PRODUTOS	RESPONSABILIDADES	
Mobilização da Sociedade Março de 2007 a Janeiro de 2008	Caravana Comperj, em cada município, para: • Apresentar o Comperj, o projeto de Agenda 21 e as demais ações planejadas para a região; • Identificar lideranças e atores estratégicos locais; • Sensibilizar e mobilizar os setores; • Envolver a comunidade no processo; • Divulgar o calendário de eventos relacionados à Agenda 21.	Na região: • 15 Caravanas Comperj realizadas; • 1.589 representantes do poder público, 900 da iniciativa privada, 850 do Terceiro Setor e 5.038 munícipes em geral, movimentos populares e associações de moradores mobilizados para a fase seguinte do processo; • Fórum Regional da Agenda 21 Comperj criado em reunião com a presença de 2.700 pessoas.	MMA/SEA/ Petrobras (Grupo Gestor)	Coordenação e responsabilidade operacional
Construção Coletiva Janeiro a Setembro de 2008	Seis reuniões por setor em cada município para: • Fortalecer os setores, identificar seus interesses e promover o alinhamento da visão de cada um sobre o município; • Realizar o Levantamento das Percepções Setoriais (LPS), identificando preocupações e potencialidades; • Elaborar Planos de Ação Setoriais; • Eleger sete representantes de cada setor.	Na região: • 369 reuniões ordinárias e 197 extraordinárias realizadas; • 292 representantes eleitos para participação nas atividades da fase seguinte. Em cada município: • Estágios de desenvolvimento do município em relação aos 40 capítulos da Agenda 21 Global identificados (Vetores Qualitativos)¹; • Preocupações e potencialidades de cada setor identificadas; • Planos Setoriais elaborados; Setores sociais fortalecidos e integrados.	MMA/SEA/ Petrobras (Grupo Gestor) Fundação José Pelúcio (UFRJ) ONGs Ipanema, Iser, Roda Viva, ASA Fórum Regional Agenda 21 Comperj	Coordenação estratégica Coordenação executiva Responsabilidade operacional Monitoramento

1 Os Vetores Qualitativos foram elaborados a partir da metodologia do Instituto Ethos para a construção do desenvolvimento sustentável em empresas. Esta ferramenta definiu uma escala que possibilitou a identificação do estágio no qual o município se encontrava em relação a cada um dos 40 capítulos da Agenda 21, ajudando os participantes a relacioná-los com a realidade local e planejar aonde gostariam de chegar.

ETAPAS	ATIVIDADES	RESULTADOS/PRODUTOS	RESPONSABILIDADES	
Consolidação Municipal Novembro de 2008 a Junho de 2009	Duas oficinas com os representantes dos quatro setores de cada município para: • Integrar os setores, orientando-os para um objetivo comum: o desenvolvimento sustentável do município; • Obter consenso sobre os estágios dos vetores estabelecidos pelos quatro setores; • Obter consenso sobre as preocupações e potencialidades elencadas pelos quatro setores; • Identificar a vocação e construir uma visão de futuro para o município com base na realidade local, bem como oportunidades e demandas decorrentes da implantação do Comperj; • Elaborar um plano de ação com base nos temas estruturantes de planejamento; Elaborar o detalhamento preliminar de propostas para viabilizar o plano de ação.	Na região: 30 oficinas de 20 horas cada. Em cada município: • Consenso acerca das preocupações e potencialidades municipais e estágios dos vetores identificados; • Planos de ação municipais elaborados; • Primeira versão de Vocação e Visão de Futuro do município; • Propostas de ação detalhadas, prioridades e próximos passos estabelecidos e possíveis parceiros e fontes de financiamento identificados; • Setores sociais integrados em um Fórum da Agenda 21.	MMA/SEA/ Petrobras (Grupo Gestor)	Coordenação estratégica e executiva
			Ipanema, Iser, Roda Viva, ASA	Responsabilidade operacional e metodológica
			Consultoria	ILTC ²

“Um grupo de pessoas motivadas, cada uma fazendo a sua parte, assim se constrói um município melhor!”

2 ILTC – Instituto de Lógica, Filosofia e Teoria da Ciência

ETAPAS	ATIVIDADES	RESULTADOS/PRODUTOS	RESPONSABILIDADES	
Formalização dos Fóruns Locais Julho a Dezembro de 2009	Duas oficinas em cada município para: • Orientar os Fóruns para sua organização, estruturação e formalização através de projeto de lei ou decreto; • Desenvolver o Regimento Interno; • Aprimorar a vocação e a visão de futuro municipal; • Realizar a análise técnica das propostas de ação.	Na região: • 28 oficinas e diversas visitas técnicas realizadas; • Portal na internet para relacionamento e divulgação do projeto lançado. Em cada município: • Decreto ou projeto de lei criando o Fórum da Agenda 21 Local aprovado; • Regimento interno do Fórum elaborado; • Fórum organizado com estruturas de coordenação, secretaria executiva e grupos de trabalho; • Primeira versão do Plano Local de Desenvolvimento Sustentável finalizada; • Segunda versão da vocação e da visão de futuro municipal desenvolvida; • Propostas de ação analisadas tecnicamente.	MMA/SEA/ Petrobras (Grupo Gestor)	Coordenação estratégica e executiva Responsabilidade operacional e metodológica
Finalização das Agendas Janeiro de 2010 a Junho de 2011	Consultoria e serviços para: • Pesquisar dados estatísticos e informações técnicas; • Levantar e produzir material visual; • Redigir, editar, revisar, diagramar e imprimir as Agendas. Duas oficinas em cada município, para: • Validar os textos de diagnósticos; • Atualizar e validar as propostas de ação. Cinco encontros de coordenação dos Fóruns de Agenda 21 Locais para: • Promover a integração e fomentar o apoio mútuo entre os Fóruns locais. Encontros, reuniões locais e contato permanente para: • Fortalecer a integração do Fórum com o poder público local; • Desenvolver e fomentar o Fórum Local.	Na região: • 28 oficinas e diversos encontros e reuniões locais e regionais realizados; • Comitê Regional da Agenda 21 Comperj estruturado para apoiar os Fóruns e planejar e facilitar ações regionais ou intermunicipais. Em cada município: • Fórum de Agenda 21 Local em funcionamento; • Agenda 21 Local publicada e lançada; • Site do Fórum Local em funcionamento; • Vídeo da Agenda 21 local produzido.	MMA/SEA/ Petrobras (Grupo Gestor) Consultores contratados	Coordenação estratégica e executiva Responsabilidade técnica e operacional

DESAFIOS E LIÇÕES APRENDIDAS

Processos participativos são sempre muito complexos. A ordem de grandeza deste projeto – 15 municípios envolvidos e mais de 8 mil participantes diretos – se por um lado o tornava mais estimulante, por outro aumentava os desafios para o sucesso da iniciativa.

O primeiro deles foi o fato de se tratar de um projeto iniciado pela Petrobras tendo como elemento definidor do território de atuação os municípios influenciados pela implantação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj).

Em geral, processos de Agenda 21 Local são iniciados pelo poder público municipal ou por organizações da sociedade civil, sendo, por vezes mais difícil obter a adesão do Segundo Setor. Além disso, empresas do porte da Petrobras despertam resistências e expectativas muitas vezes desmedidas.

No entanto, a atenção dedicada ao projeto, coordenado e acompanhado pela Petrobras, e a transparência na condução dos processos minimizaram posturas negativas e foram decisivas para conseguir o comprometimento de todos os participantes.

A inovação metodológica de iniciar o trabalho dividindo os segmentos sociais foi bem-sucedida, propiciando que os interesses ficassem bem definidos e alinhados internamente nos setores e, depois, igualmente representados. Embora o sistema simplificado de indicadores – os Vetores Qualitativos – precise ser aperfeiçoado, ficou clara sua utilidade para que todos tomassem conhecimento do conteúdo da Agenda 21. No entanto, a complexidade de alguns temas e a falta de correspondência de outros com a realidade local dificultaram a compreensão de alguns participantes.

O tempo dedicado às etapas iniciais constituiu uma limitação para uma melhor identificação de lideranças representativas, para que novas pessoas se incorporassem ao processo e para a capacitação dos participantes em tantos e tão variados temas. Estes percalços foram trabalhados nas etapas seguintes.

Outra questão foi o equilíbrio delicado entre usar a mesma metodologia para todos os municípios e fazer as adaptações necessárias às diferentes realidades encontradas. Quanto mais o processo evoluía, mais as diferenças se acentuavam. Mesmo assim, foi possível alcançar um resultado que reflete as peculiaridades de cada município e o grau de maturidade de cada grupo mantendo uma estrutura semelhante e apoiando a todos da mesma forma.

A construção do consenso em torno das preocupações, potencialidades e ações identificadas foi bem-sucedida graças à concordância em torno de objetivos comuns, ao estabelecimento de regras claras e à ação de facilitadores experientes. A consolidação dos Fóruns requer uma boa compreensão do que

é representatividade e tempo para que esta se desenvolva. O debate sobre o Regimento Interno foi um momento rico e determinante para a sustentabilidade dos Fóruns. Assim, foi encaminhado sem pressa, com foco nos valores que cada grupo desejava adotar e por meio do desenvolvimento de critérios para a tomada de decisão.

A criação de um portal com um *site* para cada município, com notícias atualizadas, divulgação de oportunidades, editais e boas práticas, biblioteca, vídeos e ferramentas de interatividade, como o *chat*, traz inúmeras possibilidades de comunicação, funcionando como uma vitrine do projeto e uma janela dos Fóruns para o mundo.

Além de democratizar e dar transparência às atividades de cada Fórum Local, o portal proporciona a troca de experiências entre eles, criando uma sinergia para seu desenvolvimento. As limitações de acesso à internet na região são uma barreira que esperamos seja superada em breve.

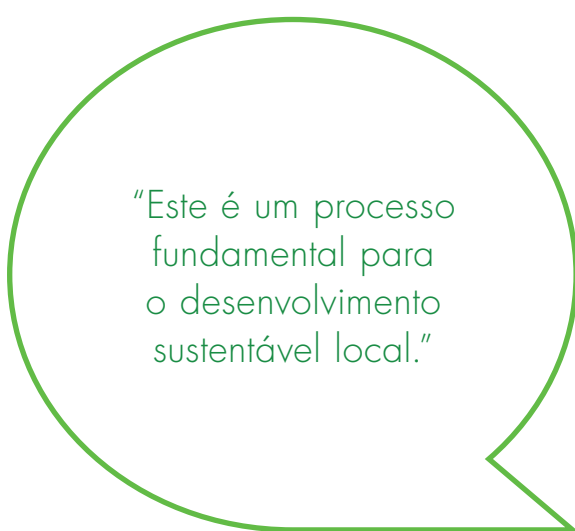
Finalmente, a integração entre os saberes técnico e popular é um dos aspectos mais gratificantes do processo e foi conduzida cuidadosamente com a construção dos textos das Agendas a partir do contato constante com os Fóruns. As preocupações e potencialidades indicadas por consenso nas reuniões foram suplementadas por informações técnicas obtidas de diversas fontes, como institutos de pesquisa, prefeituras e agências governamentais diversas.

O processo de consulta continuou durante a etapa de finalização da Agenda. Sempre que as informações coletadas divergiam da percepção dos participantes e quando incongruências ou questões técnicas eram identificadas, os consultores se dedicavam a dirimir as dúvidas, por telefone, *e-mail* ou em reuniões presenciais. Os Fóruns também se empenharam em qualificar o trabalho realizado, que foi aprimorado progressivamente. A evolução deste processo pode ser verificada nos documentos postados no *site* de cada município na internet.

Ao longo do processo foram necessárias diversas adaptações, naturais em processos participativos, já que estes, por sua natureza, não ocorrem exatamente de acordo com o planejado. Todos os envolvidos aprenderam a flexibilizar suas expectativas e atitudes em prol do bem comum.

O resultado que apresentamos agora é a síntese deste percurso de mais de três anos, durante os quais foram construídas novas relações e aprofundado o entendimento de todos os envolvidos sobre o modelo de desenvolvimento almejado para a região. A diversidade é uma premissa da sustentabilidade e, assim como a participação, demanda transparência e responsabilidade individual e coletiva pelos resultados alcançados.

Um processo de Agenda 21 Local é a construção participativa do consenso possível entre interesses diversos, com o objetivo comum de promover a



“Este é um processo fundamental para o desenvolvimento sustentável local.”

qualidade de vida e a justiça social, sem perder de vista os limites impostos pelo planeta e tendo um futuro sustentável como horizonte comum.

A Agenda 21 publicada é o início da jornada rumo a este futuro.



Membros e facilitadores do Fórum da Agenda 21 de Guapimirim

O MUNICÍPIO DE GUAPIMIRIM

Área total: 360.813 km²

População: 51.487 habitantes (IBGE – 2010)

Economia: Serviços e indústria

PIB: R\$ 380.661 milhões (IBGE – 2008)

Participação no PIB estadual: 0,11% (Ceperj – 2007)

Situado na Baixada Fluminense, região metropolitana do Rio de Janeiro, Guapimirim se emancipou do município de Magé em 1990. Situado em um vale no fundo da Baía de Guanabara, na base da Serra dos Órgãos, está inserido na região turística conhecida como Serra Verde Imperial.

Guapimirim destaca-se por ter 70% de seu território em área de proteção ambiental, com cinco APAs, entre elas a de Guapimirim, que abrange a área de manguezal mais preservada do Estado, conhecida como Pantanal Fluminense.

Um pouco da história de Guapimirim

Os primeiros registros de Guapimirim datam de 1674 e citam um povoado às margens do rio de mesmo nome. No final do século 18, surgiu o povoado de Santana, que ficava no caminho das tropas que cruzavam a Serra dos Órgãos e seguiam em direção às Minas Gerais. O cemitério de Santana, que até hoje serve à cidade, foi construído naquela época, em função das várias epidemias que afligiam a população.

Foi também no final do século 18 que surgiu o povoado da Barreira – nome cuja origem deve-se ao fato de ali ter sido instalada uma espécie de pedágio. Na mesma região encontra-se a Igreja de Nossa Senhora da Conceição (1713) e a antiga sede da Fazenda Barreira, que hoje abriga o Museu Von Martius, em homenagem a Frederik Von Martius, naturalista alemão que estudou a flora e a fauna da região a convite de D. Pedro II. Na época da Guerra do Paraguai, o imperador hospedou-se no local, interessado em avaliar as plantações da *quina calisaia*, de onde se extrai o quinino, medicamento que combate a malária e seria utilizado pelo exército brasileiro.

A construção da Estrada de Ferro Teresópolis, em 1895 marca o momento de transição do município para os tempos modernos, atraindo uma população, em sua maioria, formada de lavradores e ferroviários.

Produto Interno Bruto (PIB) –

Indicador que mede a produção de um território, segundo três grupos principais: agropecuária (agricultura, extrativa vegetal e pecuária); indústria (extrativa mineral, transformação, serviços industriais de utilidade pública e construção civil); e serviços (comércio, transporte, comunicação e serviços da administração pública, entre outros).

O nome do município se origina da palavra Aguapeí-mirim –

corruptela da palavra tupi Aaguapé-y, o rio dos guapés (planta flutuante) ou, de acordo com outra fonte, Aguapeí – variante de aguapé pequeno; guapemirim.



Carl Friedrich Philipp von Martius (1794 – 1868) foi um dos mais importantes pesquisadores que estudaram o Brasil

Em 1939, o então presidente Getúlio Vargas criou o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, e a Fazenda Barreira foi incorporada ao patrimônio ambiental da União.

Com a construção da rodovia BR-116, em 1958, o transporte ferroviário entrou em decadência. Por outro lado, a nova rodovia facilitou o acesso à serra e foi fator preponderante na intensificação do processo de ocupação, com o surgimento de diversas casas de veraneio.

Em plebiscito realizado no dia 25 de novembro de 1990, Guapimirim se emancipou do município de Magé.

O processo de construção da Agenda 21 Local

Em 2003, a Câmara dos Vereadores de Guapimirim aprovou uma lei instituindo a Agenda 21 Local e seu Fórum no município. No entanto, não houve nenhuma iniciativa que efetivamente tenha levado o processo adiante.

Em 18 de abril de 2007, a Caravana Comperj da Petrobras visitou Guapimirim para divulgar o empreendimento e as ações de relacionamento propostas para a região, convidando lideranças a participar do processo de construção da Agenda 21 Local.

Em 25 de setembro daquele ano, em reunião em Itaboraí, com a presença de cerca de 2.700 pessoas dos 14 municípios do entorno do Comperj, foi escolhido um representante de cada segmento social (governo, empresariado, ONGs e comunidade), por município, para formar o Fórum Regional da Agenda 21 Comperj.

Assim, cada município passou a contar com quatro representantes no Fórum Regional, que ficou responsável pelo monitoramento dos encontros e pelo andamento das Agendas 21 municipais. Este Fórum tinha caráter consultivo ao Grupo Gestor e a tarefa de facilitar a integração de ações regionais ou de grupos de municípios.

Em dezembro de 2007, quatro ONGs – ASA, Instituto Ipanema, Instituto Roda Viva e Iser – iniciaram o trabalho de mobilização junto a cada setor, utilizando as estratégias mais adequadas a cada um. O início da mobilização em Guapimirim foi difícil, enfrentando resistência de quase todos os setores sociais.

Em janeiro de 2008, iniciou-se, em Guapimirim, uma rodada de três reuniões para o levantamento das percepções de cada segmento, utilizando Vetores Qualitativos elaborados a partir da metodologia do Instituto Ethos para a promoção do desenvolvimento sustentável em empresas. Esta ferramenta definiu uma escala que possibilitou a identificação do estágio no qual cada



Oficina realizada com o Fórum de Guapimirim em junho de 2009

município se encontrava em relação a cada um dos 40 capítulos da Agenda 21, ajudando os participantes a planejar aonde gostariam de chegar.

Após a leitura do título dos capítulos e da descrição de cada estágio, era solicitado aos participantes que escolhessem aquele que melhor retratasse o município. Nas duas reuniões seguintes, os resultados orientaram a elaboração de um painel de preocupações e potencialidades locais.

Foram realizados mais três encontros por setor, nos quais os participantes definiram as ações necessárias para prevenir ou mitigar as questões identificadas como preocupações e para aproveitar, da melhor forma possível, as potencialidades levantadas. No último desses encontros, cada setor indicou cinco representantes e dois suplentes para compor o Fórum da Agenda 21 de Guapimirim, totalizando 28 componentes.

A Fase de Consolidação do processo reuniu os quatro setores para consolidar coletivamente as potencialidades e preocupações apontadas por cada um deles. Em 18 de novembro de 2008, os representantes do município viajaram até Rio Bonito para trabalhar nas oficinas de consolidação. A partir delas, os resultados setoriais foram estruturados, e o Fórum da Agenda 21 de Guapimirim passou a contar com essa representação.

Nos dias 11, 12 e 13 de maio de 2009, foi realizada a oficina para iniciar o processo de construção de vocação e visão de futuro de Guapimirim, consolidar as ações em propostas e iniciar seu detalhamento. Este trabalho foi realizado com uma nova estrutura, agrupando os 40 capítulos da Agenda 21 Global conforme suas afinidades em: Ordem Física, Ordem Ambiental, Ordem Social, Ordem Econômica e Ordem Meios de Implementação, divididos em temas.

O Fórum de Guapimirim manteve-se mobilizado, promovendo reuniões regularmente. Além disso, alguns representantes estabeleceram um sistema de organização interno voltado para apresentar a Agenda 21 em escolas, associações e outros locais disponíveis para divulgar as ações. Em 4 de junho de 2009, foi realizada uma oficina para atualizar os trabalhos e fortalecer o Fórum.

Nesse período, foi desenvolvido um portal na internet, voltado para a comunicação dos Fóruns e a divulgação do projeto e de seus resultados – www.agenda21comperj.com.br – com um site para cada município. Atualizados frequentemente, eles dispõem de uma área interna com ferramentas de comunicação que permitem o contato entre os membros dos Fóruns.

Em 19 de outubro de 2009 a Câmara Municipal aprovou as mudanças que adequaram a lei da Agenda 21 à composição do Fórum estabelecida pelo processo da Agenda 21 Comperj, cujos membros ficaram indicados como Membros Fundadores. A estes, em Guapimirim, somam-se os Membros Natos, que são: o prefeito, os titulares das secretarias de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, de Obras, de Educação e Cultura e de Ação e Promoção Social,



Primeira reunião dos coordenadores dos Fóruns da Agenda 21 Comperj

além de um representante indicado dos conselhos de Educação, de Saúde, de Assistência Social, de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Meio Ambiente. Além destes, ainda conta com um representante das Unidades de Conservação do município e um do Centro de Primatologia.

Em novembro, foram contratados quatro consultores para desenvolver e implementar uma metodologia de fortalecimento dos Fóruns e trabalhar na elaboração das Agendas.

Em 2010, após uma análise dos resultados alcançados, iniciou-se uma nova rodada de oficinas. Em Guapimirim, foram realizadas cinco reuniões para revisão do andamento dos trabalhos, apresentação do *site*, apoio à formação de parcerias e à elaboração de ações de comunicação.

Em 19 de março, 1º de outubro e 3 de dezembro de 2010, foram realizadas reuniões com os coordenadores de todos os Fóruns para promover a troca de experiências e fomentar ações regionais estratégicas.

O Fórum da Agenda 21 de Guapimirim se mantém ativo, reunindo-se regularmente e desenvolvendo diversas atividades, como realização de palestras e estudos, em parceria com o Centro de Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e o lançamento de um jornal da Agenda 21 Local, com tiragem de 20 mil exemplares distribuídos em todo o município e de uma cartilha sobre seus objetivos e metodologia. Além disso, desenvolveu uma metodologia para sistematização de seu trabalho – o Plano de Ação do Fórum (PAF).

AGENDA 21 DE GUAPIMIRIM

Para ler a Agenda

Este trabalho é resultado do empenho e esforço voluntários de moradores de Guapimirim, que atuaram em conjunto com técnicos e consultores nas diversas fases do projeto Agenda 21 Comperj.

O trabalho foi dividido em cinco ORDENS e 24 TEMAS referentes aos 40 capítulos da Agenda 21. Cada tema apresenta a situação do município de acordo com os dados e informações mais recentes.

EIXOS ESTRUTURANTES	TEMAS	CAPÍTULOS DA AGENDA 21 GLOBAL
ORDEM AMBIENTAL	Recursos Naturais	10, 11, 12, 13, 16
	Recursos Hídricos	17 e 18
	Biodiversidade	15
	Mudanças Climáticas	9, 15 e 18
ORDEM FÍSICA	Habitação	7
	Saneamento	18 e 21
	Mobilidade e Transporte	5
	Segurança	3, 23, 25, 26, 27
ORDEM SOCIAL	Educação, Educação Ambiental e Cultura	36
	Grupos Principais	23, 24, 25, 26, 27, 28, 29
	Saúde	6
	Esporte e Lazer	23, 24, 25, 26, 27, 36
	Padrões de Consumo	4
ORDEM ECONÔMICA	Geração de renda e inclusão social	3
	Agricultura	3, 14, 32
	Indústria e Comércio	3, 30
	Turismo	3, 36
	Geração de Resíduos	19, 20, 22
MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO	Ciência e Tecnologia	31, 35
	Recursos Financeiros	2, 33, 34, 37
	Comunicação e Mobilização	8, 40
	Gestão Ambiental	1, 8, 28, 38, 39 40

"Eu espero que nos próximos dez anos possamos olhar e dizer que o nosso trabalho funciona, que somos um município que conta com uma participação popular ativa."



Estão elencadas também, e evidenciadas *por fontes em itálico*, as preocupações dos moradores e as potencialidades do município, conforme percebidas e apontadas por consenso pelos participantes do processo.

Logo após um breve diagnóstico da situação em que se encontra o município, estão listadas as propostas e seus respectivos níveis de prioridade (alta - ●, média - ● ou baixa - ●). As propostas reúnem um conjunto de ações, elaboradas para solucionar as preocupações elencadas, e de estratégias que promovam o melhor aproveitamento das potencialidades identificadas.

As ações estão subdivididas em LINHAS DE ATUAÇÃO. Dessa forma, é possível identificar todas as ações de uma agenda, segundo a atividade demandada para sua execução, independentemente do tema.

Ao final de cada TEMA encontram-se reunidos os possíveis parceiros e as possíveis fontes de financiamento elencadas para as propostas de seus temas.

No *site* www.agenda21guapimirim.com.br está disponível a Ficha de Detalhamento de cada proposta, com a lista dos possíveis parceiros para sua execução, os especialistas da cidade que podem colaborar com o projeto, as fontes de financiamento identificadas e os primeiros passos para sua implementação, além das PERCEPÇÕES, dos PLANOS SETORIAIS e demais resultados.

No CD encartado nesta publicação encontram-se todos os resultados do processo e uma versão digital da Agenda 21 de Tanguá.

Vetores Qualitativos e os 40 capítulos da Agenda 21 de Guapimirim

A tabela da página seguinte apresenta o resultado da consolidação das percepções de todos os que participaram da Fase de Construção Coletiva da Agenda 21 de Guapimirim, avaliando a situação do município em relação a cada um dos capítulos da Agenda 21 Global.

Estágios da tabela:

- 1 - *Quase nada foi feito*
- 2 - *Já existem ações encaminhadas*
- 3 - *Já há alguns resultados*
- 4 - *Estamos satisfeitos*

Capítulos da Agenda 21	Estágio			
	1	2	3	4
1 Preâmbulo				
2 Cooperação internacional para acelerar o desenvolvimento sustentável nos países em desenvolvimento e nas políticas internas				
3 Combater a pobreza				
4 Mudar os padrões de consumo				
5 Dinâmica demográfica e sustentabilidade				
6 Proteger e promover a saúde humana				
7 Promover assentamentos humanos sustentáveis				
8 Integrar o meio ambiente e o desenvolvimento nas tomadas de decisão				
9 Proteger a atmosfera				
10 Integrar o planejamento e o gerenciamento dos recursos do solo				
11 Combater o desflorestamento				
12 Gerenciar ecossistemas frágeis: combater a seca e a desertificação				
13 Gerenciar ecossistemas frágeis: desenvolvimento sustentável das montanhas				
14 Promover o desenvolvimento rural e a agricultura sustentáveis				
15 Conservar a diversidade biológica				
16 Gerenciamento responsável ambientalmente da biotecnologia				
17 Proteção dos oceanos, todos os mares, inclusive internos, e áreas costeiras, e a proteção, uso racional e desenvolvimento de seus recursos para a vida				
18 Proteger a qualidade e suprimento dos recursos de água limpa: aplicação de abordagens integradas ao desenvolvimento, gerenciamento e uso dos recursos hídricos				
19 Gerenciar de forma ambientalmente responsável os produtos químicos tóxicos, incluindo a prevenção do tráfico ilegal internacional de resíduos e produtos perigosos				

Capítulos da Agenda 21	Estágio			
	1	2	3	4
20 Gerenciar de forma ambientalmente sustentável os resíduos perigosos, incluindo a prevenção do tráfico ilegal internacional de resíduos perigosos				
21 Gerenciar de forma ambientalmente responsável os resíduos sólidos e os relacionados ao esgotamento sanitário				
22 Gerenciar de forma segura e ambientalmente responsável os resíduos radioativos				
23 Fortalecer o papel dos principais grupos sociais				
24 Ação global para as mulheres pelo desenvolvimento sustentável e equitativo				
25 Crianças e jovens e o desenvolvimento sustentável				
26 Reconhecer e fortalecer o papel dos povos indígenas e suas comunidades				
27 Fortalecer o papel das Organizações Não-Governamentais: parceiras para o desenvolvimento sustentável				
28 Iniciativas das autoridades locais em apoio à Agenda 21				
29 Fortalecer o papel dos trabalhadores e sindicatos				
30 Fortalecer o papel da indústria e dos negócios				
31 Comunidade científica e tecnológica				
32 Fortalecer o papel dos fazendeiros				
33 Recursos e mecanismos financeiros				
34 Tecnologia ambientalmente responsável: transferência, cooperação e capacitação				
35 Ciência para o desenvolvimento sustentável				
36 Promover a educação, consciência pública e treinamento				
37 Mecanismos nacionais e internacionais de cooperação para a capacitação em países em desenvolvimento				
38 Arranjos institucionais internacionais				
39 Instrumentos e mecanismos legais internacionais				
40 Informação para a tomada de decisões				

Vocação e Visão

*“Uma visão sem ação não passa de um sonho.
Ação sem visão é só um passatempo.
Mas uma visão com ação pode mudar o mundo.”
(Joel Baker – vídeo: A Visão do Futuro)*

A vocação é o conjunto de competências, recursos e produtividade local de um município em todas as áreas: econômica, ambiental, artística-cultural, turística, educacional.

A visão de futuro define o que se espera do município no futuro, inspirando e motivando as pessoas a fazer as melhores escolhas nos momentos de decisão e a enfrentar com perseverança a espera pelos resultados.

Os participantes do processo de construção da Agenda 21 de Guapimirim fizeram uma série de reuniões para construir a vocação e visão de futuro do município. Um primeiro resultado foi revisto na Oficina Local, sendo que o município ainda trabalha para chegar à versão definitiva.

“Eu espero que nos próximos dez anos possamos olhar e dizer que o nosso trabalho funciona, que somos um município que conta com uma participação popular ativa.”

Vocação

- ecoturismo
- interesse histórico-cultural
- agronegócio
- serviços (lazer, recreação, eventos culturais)

Visão de futuro

Ser referência como polo formador de consciência ambiental e cultural, sustentado por uma sociedade mobilizada e participativa que garanta excelência à qualidade de vida de sua população.





1

Ordem Ambiental

RECURSOS NATURAIS

Mata Atlântica – Um dos biomas mais ricos em biodiversidade do mundo, chegou a ocupar quase todo o litoral brasileiro. Devido ao intenso desmatamento, iniciado com a chegada dos colonizadores portugueses, atualmente restam apenas 7% de sua área original. Considerada uma das florestas mais ameaçadas do planeta, nela estão localizados mananciais hídricos essenciais ao abastecimento de cerca de 70% da população brasileira.



Guapimirim conta com várias Unidades de Conservação

Chamamos de recursos naturais tudo o que obtemos da natureza com os objetivos de desenvolvimento, sobrevivência e conforto da sociedade. São classificados como “renováveis” quando, mesmo explorados por algum tempo em determinado lugar, continuam disponíveis, e como “não renováveis” quando inevitavelmente se esgotam.

A vida humana depende dos recursos naturais – terra, água, florestas, recursos marinhos e costeiros – e de suas múltiplas funções. Tanto os seres humanos quanto os demais seres vivos, agora e no futuro, têm direito a um meio ambiente saudável, que forneça os meios necessários a uma vida digna. Para isto, é preciso manter os ecossistemas, a biodiversidade e os serviços ambientais em quantidade e qualidade apropriadas.

Não é possível pensar em um futuro para a humanidade sem construir uma relação adequada entre o homem e a natureza que o cerca. E essa magnífica variedade de formas de vida não pode ser vista apenas como “recursos naturais”, sem a valorização dos inúmeros benefícios intangíveis que nos traz.

O município de Guapimirim, localizado em um vale na base da Serra dos Órgãos, apresenta grande variedade de relevos. A região abrange desde áreas de baixada até as que apresentam relevos bastante acidentados, onde são encontradas cadeias de montanhas com altitudes superiores a 2 mil metros. Um de seus mais importantes patrimônios ambientais é o Dedo de Deus.

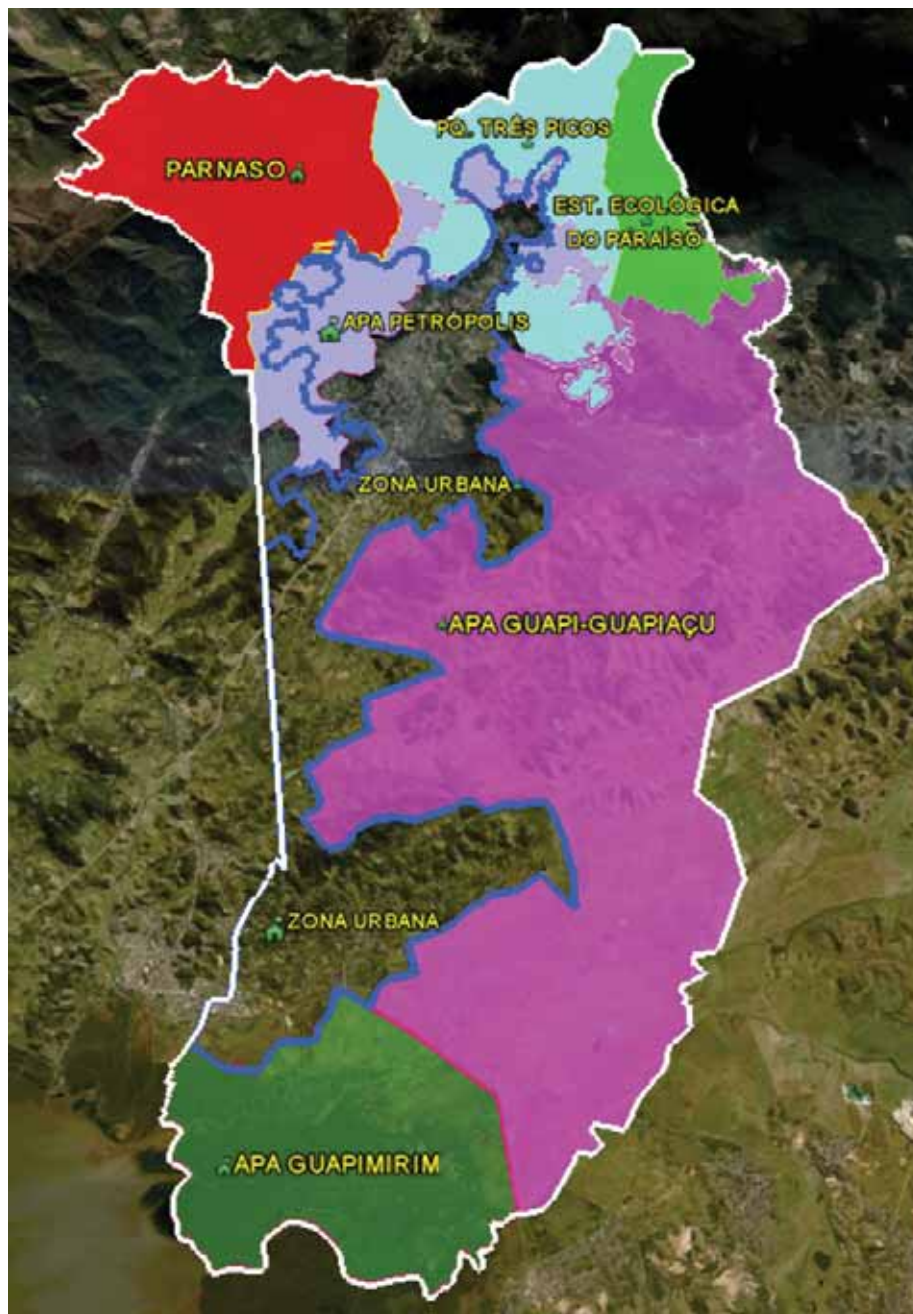
A população tem orgulho da *natureza de Guapimirim*. Com razão, já que lá ainda é possível encontrar *recursos naturais preservados e áreas florestadas*, além do *Parque Nacional da Serra dos Órgãos (Parnaso)* e das *APAs de Guapimirim, Guapi-Guapiaçu e Petrópolis*. Segundo a prefeitura, as Unidades de Conservação (UC) cobrem cerca de 80% do território municipal, como o Parque Nacional da Serra dos Órgãos (federal), o Parque Estadual dos Três Picos (estadual) e a APA de Guapimirim (federal), que protege os manguezais da região.

No entanto, os participantes afirmaram temer *o uso desordenado e a destruição dos recursos naturais do município*. Acrescentaram que *a ausência de infraestrutura para a conservação de montanhas, cachoeiras e sítios arqueológicos denota a insuficiência de políticas para o desenvolvimento turístico*.

Parque Nacional da Serra dos Órgãos – O Parque Nacional da Serra dos Órgãos (Parnaso) abrange os municípios de Teresópolis, Petrópolis, Magé e Guapimirim, com uma área de cerca de 20 mil hectares. É o terceiro mais antigo parque nacional brasileiro – criado em 1939, através de um decreto do então presidente Getúlio Vargas. O Parnaso abriga uma rica fauna e flora

típicas da encosta atlântica brasileira e oferece muitas possibilidades de lazer e várias atrações, como trilhas para *trekking*, cachoeiras, áreas de escalada, uma piscina natural, além de dezenas de belíssimos recantos.

Mapa 2: Localização das Unidades de Conservação existentes em Guapimirim



Fonte: Prefeitura Municipal de Guapimirim 2010.

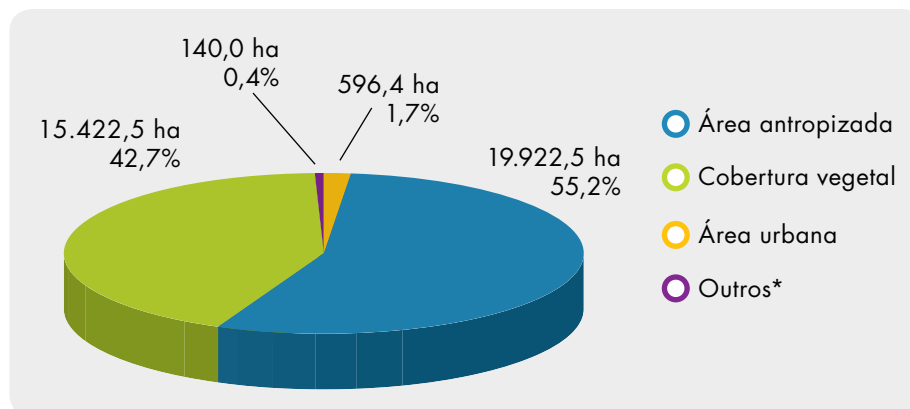
Unidades de Conservação (UC) –

Áreas de proteção ambiental legalmente instituídas pelas três esferas do poder público (municipal, estadual e federal). Dividem-se em dois grupos: as de proteção integral, que não podem ser habitadas pelo homem, sendo admitido apenas o uso indireto de seus recursos naturais em atividades como pesquisa científica e turismo ecológico; e as de uso sustentável, onde é permitida a presença de moradores, com o objetivo de compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais (World Wildlife Fund – WWF).

Áreas de Proteção Ambiental (APA) – Áreas naturais (incluindo recursos ambientais e águas jurisdicionais) legalmente instituídas pelo poder público, com limites definidos e características relevantes, com objetivos de conservação e sob regime especial de administração, às quais se aplicam garantias adequadas de proteção.

Segundo os dados do Lima-Coppe/UFRJ, em 2008 o município apresentava 42,7% de seu território com cobertura vegetal. Além disso, também possui importantes fragmentos florestais nas áreas de colinas, circundadas por extensas áreas cobertas por pastagens. Os mais importantes remanescentes de manguezais do entorno da Baía de Guanabara estão em Guapimirim.

Gráfico 1: Proporção do uso do solo no município de Guapimirim



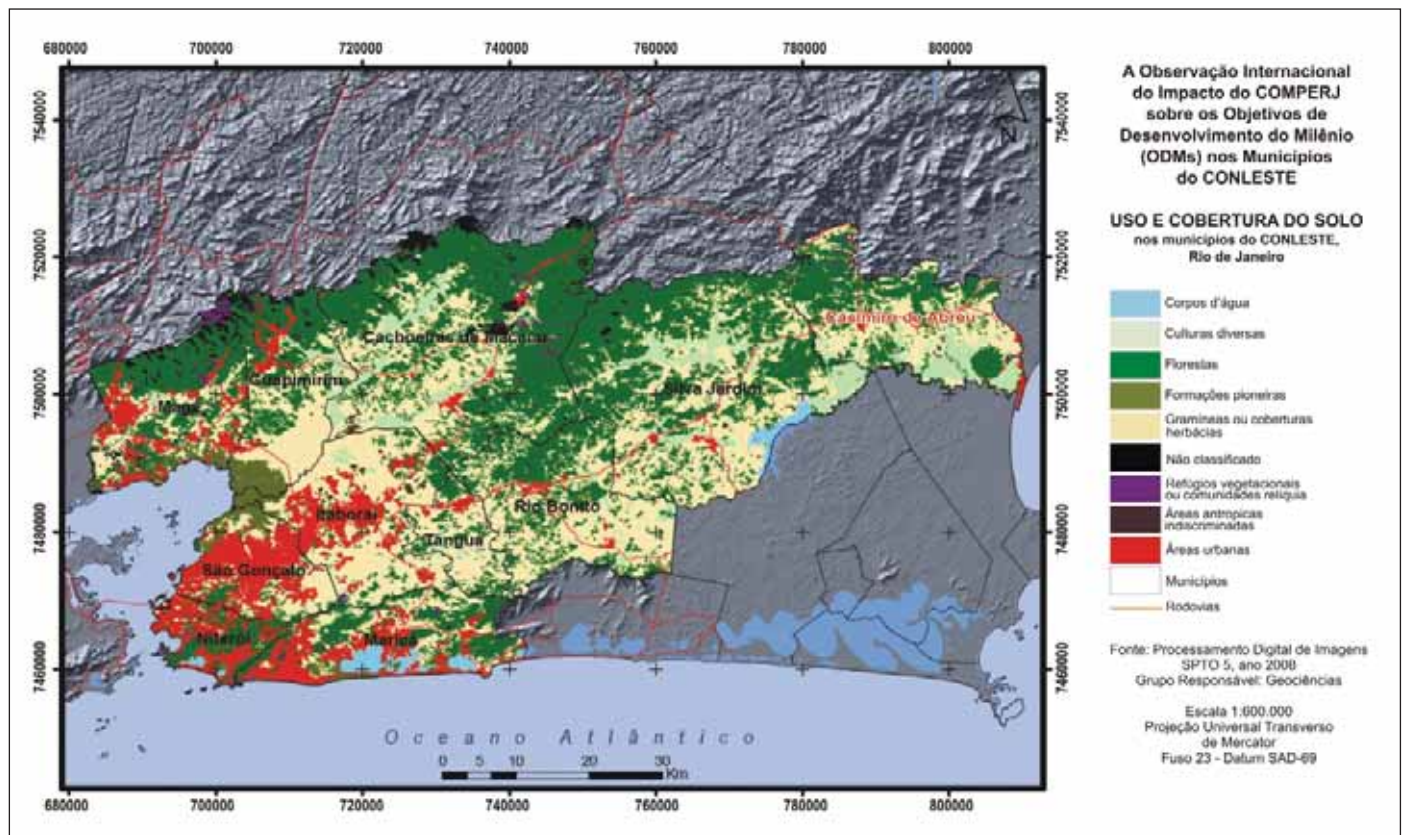
(*) Inclui água, afloramentos rochosos e usos não identificados.

Fonte: Lima/Coppe/UFRJ, com base em geoprocessamento de imagens Landsat e CBERS e Probio.



Manguezal da APA de Guapimirim

Mapa 3: Cobertura vegetal do município de Guapimirim e arredores



Fonte: UFF/ONU Habitat, 2010.

Os participantes do processo da Agenda 21 Local se mostraram conscientes da importância deste cenário ao ressaltarem que *o município tem um meio ambiente propício para ecoturismo e esportes radicais* em suas oito Unidades de Conservação, que contam com roteiros e mapas dos atrativos naturais. Esses aspectos demonstram o potencial do município para trabalhar com o aproveitamento da natureza, e, segundo os participantes, *estão sendo desenvolvidos projetos com este perfil*.

Em relação às Unidades de Conservação de Uso Sustentável, as Áreas de Proteção Ambiental de Guapi-Guapiaçu e Petrópolis abrangem pouco mais de 20% do território municipal, com vegetação em razoável estado de conservação. No caso das Unidades de Conservação de Proteção Integral, o Parque Nacional da Serra dos Órgãos (Parnaso) – que conta com *um conselho consultivo* –, o Parque Estadual dos Três Picos e as Estações Ecológicas do Paraíso e Guanabara, juntos, compreendem 19,1% do município. Essas localidades estão inseridas no *Mosaico da Mata Atlântica Central Fluminense* e são prioritárias para a preservação da Mata Atlântica.

Extração de areia – Para a extração de areia é preciso obter licença do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e do Instituto Estadual do Ambiente (Inea), e autorização do Departamento Nacional de Produção Mineral. A falta de licença ou o exercício da atividade em desacordo com a licença concedida implicam pena de detenção de seis meses a um ano, além de multa.

No entanto, a população mostrou-se preocupada com a *inexistência de um inventário oficial do patrimônio natural do município, a ausência de informações sobre o manejo de ecossistemas frágeis e a necessidade de aumentar o mapeamento de montanhas e morros*. Outro ponto levantado é o *desconhecimento sobre a regularização das atividades de exploração das jazidas de areia, saibro, pedras e argila no município*.

Além disso, também causam preocupação o *descumprimento e a falta de divulgação do Código Ambiental, aliados à ineficácia do controle do desmatamento florestal no município*. Efetivamente, os remanescentes de Mata Atlântica estão sofrendo um crescente processo de degradação ambiental. Os principais motivos são atribuídos ao crescimento urbano desordenado, à extração de madeira para a produção de carvão, ao aumento da grilagem de terras e à substituição de florestas por pastagens.



O Parque Nacional da Serra dos Órgãos é cortado por vários rios com piscinas naturais

Outra importante questão para a preservação dos recursos naturais de Guapimirim é a *ausência de um Corpo de Bombeiros*, apesar de o grupo estar ciente de que o município não tem população que justifique a instalação de uma unidade no local. Também *faltam cursos de Brigada de Moradores junto ao Corpo de Bombeiros e Defesa Civil Estadual no tocante à formação de agentes comunitários de Defesa Civil*. Especialmente porque, segundo o grupo, há *grande capacidade para a criação de grupos organizados da sociedade civil para combater o desmatamento e potencial humano para auxiliar no reflorestamento*. Para que isso se torne realidade, faltam *programas de conscientização para a população*, entre outras coisas.

Desde 2005, a Defesa Civil municipal oferece cursos de capacitação de jovens e moradores, orientando a comunidade de áreas de risco, e vem monitorando as áreas de maior incidência de focos de incêndio na vegetação florestal. A Defesa Civil de Guapimirim mantém boa articulação com os órgãos ambientais e com as Secretarias municipais sobre ações emergenciais e combate incêndios nas matas. No entanto, precisa ser melhor equipada.

Outras preocupações estão relacionadas ao *manejo inadequado do solo e ao aumento de grilagem nas áreas florestais*. O grupo afirmou que *a fiscalização ambiental é insuficiente, havendo necessidade de recursos humanos (realização de concurso público) e financeiros (nas três esferas do governo) para o aperfeiçoamento do trabalho de preservação ambiental*.

Além do desmatamento que isola trechos da Mata Atlântica e reduz o número de matas ecologicamente mais viáveis, outro aspecto importante para a conservação de remanescentes florestais está associado ao fato de terem sido registrados desmatamentos no interior e em zonas de amortecimento das Unidades de Conservação.

PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

● Aumento da fiscalização nas áreas de serras e montanhas

■ Gestão pública

1. Integrar as ações emergenciais nas Secretarias Municipais, visando o bem-estar da população que habita áreas de risco.

■ Infraestrutura

2. Aumentar o quadro de funcionários da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, para fiscalizar as áreas de serras e montanhas da região.

■ Planejamento

3. Buscar junto aos órgãos competentes a oficialização de voluntários para atuarem como fiscais ambientais (agentes ambientais).

● Aumento da fiscalização em áreas propícias à invasão e especulação

■ Planejamento

1. Estimular o desenvolvimento de um plano estratégico para que a população denuncie os crimes ambientais, utilizando, inclusive, um serviço de Disque-Denúncia.

■ Fiscalização

2. Fiscalizar as áreas de interesse grileiros e posseiros.

● Propostas para a divulgação do Código Ambiental

■ Gestão pública

1. Cumprir o Código Ambiental e aplicar os Termos de Ajuste de Conduta.

■ Comunicação

2. Elaborar uma cartilha de divulgação do Código Ambiental.
3. Realizar ciclos de palestras com especialistas em associações, entidades religiosas, escolas e agremiações, entre outras.

● Plano de preservação dos recursos naturais do município

■ Planejamento

1. Criar um comitê no Fórum da Agenda 21 Local para estudar o patrimônio ambiental do município, em especial os aspectos geológicos.
2. Criar subfóruns de Educação Ambiental do Fórum da Agenda 21 Local nas escolas, associações de moradores e associações religiosas, entre outras, para viabilizar ações estratégicas de preservação dos recursos naturais do município.

■ Articulação

3. Estabelecer parcerias com órgãos públicos e universidades para estudos técnicos que promovam o levantamento e divulgação dos recursos naturais do município.

■ Gestão pública

4. Elaborar um plano de gestão participativa que fomenta políticas públicas voltadas para o ecoturismo.

■ Infraestrutura

5. Ampliar o quadro de funcionários públicos para fiscalizar as áreas próximas aos rios e remanescentes florestais de Mata Atlântica.
6. Melhorar a infraestrutura para os fiscais que atuam na Secretaria Municipal de Meio Ambiente (GPS, computadores e outros equipamentos necessários).

● Plano integrado de gestão das unidades de conservação

■ Planejamento

1. Criar um grupo de trabalho no Fórum da Agenda 21 Local com especialistas para promover a gestão integrada das Unidades de Conservação existentes na região.

■ Infraestrutura

2. Instalar uma sede da APA Municipal de Guapi-Guapiaçu, com infraestrutura adequada para a proteção e contemplação da natureza (ex.: Brigada de Incêndio 24 horas, área de lazer, entre outros).

■ Gestão pública

3. Reivindicar maior empenho dos órgãos competentes na proteção dos recursos naturais que abrangem os corredores ecológicos da região da Serra Verde Imperial.
4. Acompanhar a implantação do Mosaico da Mata Atlântica Central Fluminense, visando estimular a gestão integrada entre as Unidades de Conservação e as comunidades do entorno.

■ Elaboração de projetos

5. Elaborar projetos de Educação Ambiental nas comunidades do entorno das Unidades de Conservação do município.

■ Fiscalização

6. Monitorar os projetos ambientais desenvolvidos nas Unidades de Conservação do município.

■ Comunicação

7. Divulgar o Conselho Consultivo do Parnaso, visando maior integração com a comunidade.

● Políticas públicas de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas

■ Planejamento

1. Ampliar as atividades dos programas de reflorestamento existentes em escolas e associações, entre outras.

■ Infraestrutura

2. Instalar um horto florestal municipal, com bancos de sementes, plântulas e germoplasma de espécies nativas da Mata Atlântica, para a realização de programas de recuperação de áreas degradadas.

■ Articulação

3. Realizar convênios com instituições de pesquisa especializadas na área de meio ambiente.

■ Capacitação

4. Capacitar a população local (agentes ambientais) para desenvolver programas e projetos de recuperação de áreas degradadas.

● Plano de prevenção às queimadas

■ Gestão pública

1. Melhorar a atuação das brigadas de incêndio e salvamento para fiscalizar o desmatamento.

■ Articulação

2. Fortalecer a ação conjunta das brigadas de incêndio (ICMBio, Prevfogo e Segundo Grupamento de Socorro Florestal e Meio Ambiente), ampliando a atuação no combate às queimadas.

■ Capacitação

3. Convidar a população para participar dos cursos promovidos pelas brigadas de incêndio.

■ Infraestrutura

4. Instalar um quartel do Corpo de Bombeiros no município.

● Controle e fiscalização das áreas degradadas pela retirada de recursos naturais terrestres

■ Estudos técnicos

1. Realizar um levantamento das áreas com potencial risco de exploração predatória dos recursos naturais.

■ Fiscalização

2. Fiscalizar as áreas de extrativismo de recursos naturais terrestres (jazidas de areia e saibreiras, entre outras).

Possíveis parceiros

Batalhão Florestal . Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra dos Órgãos . Conselho Gestor da APA de Guapimirim . Conselho Gestor da Estação Ecológica da Guanabara . Corpo de Bombeiros . Concessionária Rio-Teresópolis (CRT) . Detro . Dnit . DNPM . Embrapa . Empresas de telefonia móvel . Fontes da Serra Saneamento de Guapimirim Ltda. . Fundação SOS Mata Atlântica . Horto Pau-Brasil . Ibama Prevfogo . ICMBio . Inea . Inmet . Jardim Botânico do Rio de Janeiro . ONGs . Prefeitura Municipal . SEA . Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável . Universidades . Voluntários.

Possíveis fontes de financiamento

BP Conservations Programme . BVS&A . Empresas associadas ao Comperj . Fecam . FNMA . Funbio . Fundação Acesita . Fundação Bradesco . Fundação O Boticário de Proteção da Natureza . LOA.

RECURSOS HÍDRICOS

A água é essencial à vida no planeta. Embora seja um recurso renovável, seu consumo excessivo, aliado ao desperdício e à poluição, vem causando um déficit global, em grande parte invisível. Cada ser humano consome direta ou indiretamente quatro litros de água por dia, enquanto o volume de água necessário para produzir nosso alimento diário é de pelo menos 2 mil litros. Isso explica por que aproximadamente 70% da água consumida no mundo vão para a irrigação (outros 20% são usados na indústria e 10% nas residências).

Segundo a ONU, cerca de um terço da população mundial vai sofrer os efeitos da escassez hídrica nos próximos anos. A análise do ciclo completo de uso e reúso da água aponta o desaparecimento de mananciais como poços, lagos e rios, e destaca a pouca atenção dada à diminuição das reservas subterrâneas.

O Brasil conta com recursos hídricos em abundância, o que levou à disseminação de uma cultura de despreocupação e desperdício de água. No entanto, o País enfrenta problemas gravíssimos: muitos cursos d'água sofrem com poluição por esgotos domésticos e dejetos industriais e agrícolas, e falta proteção para os principais mananciais.

O uso sustentável dos recursos hídricos depende do conhecimento da comunidade sobre as águas de sua região e de sua participação efetiva em seu gerenciamento.

O município de Guapimirim é reconhecido pela *diversidade de fontes de água mineral existentes na região*. A bacia hidrográfica dos rios Guapi-Macacu está inserida no sistema hidrográfico da Baía de Guanabara, compreendendo uma área de drenagem de 1.250,8 km². Este valor corresponde a 31% do total da área continental de contribuição da Baía de Guanabara – que recebe de Guapimirim uma das águas menos poluídas.

Esta porção da região hidrográfica da Baía de Guanabara abrange os municípios de Cachoeiras de Macacu, Itaboraí e Guapimirim. Ao longo do seu trajeto, esta bacia hidrográfica encontra-se sob a tutela federal do Parque Nacional da Serra dos Órgãos e das Áreas de Preservação Ambiental de Guapimirim e Petrópolis. O sistema de abastecimento de Imunana-Laranjal atende cerca de 2,5 milhões de habitantes, que residem em Itaboraí, São Gonçalo e Niterói.

Poluição – Alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente pelo lançamento de substâncias sólidas, líquidas ou gasosas que se tornem efetiva ou potencialmente nocivas à saúde, à segurança e ao bem-estar da população, ou causem danos à flora e à fauna.

Assoreamento – Deposição de sedimentos (areia, detritos etc.) originados de processos erosivos, transportados pela chuva ou pelo vento para os cursos d'água e fundos de vale. Provoca a redução da profundidade e da correnteza dos rios, dificultando a navegação e diminuindo a massa de água superficial.

Bacia hidrográfica – Área drenada por um rio principal e seus afluentes, incluindo nascentes, subafluentes etc. É a unidade territorial de planejamento e gerenciamento das águas.

Mapa 4: Localização geográfica das bacias dos rios Guapi-Macacu



Lençol freático – Depósito de água natural no subsolo, águas subterrâneas que alimentam os rios perenes, garantindo a presença de água durante todo o ano. A profundidade do lençol freático depende de vários fatores.

Erosão – Processo pelo qual a camada superficial do solo é retirada pelo impacto de gotas de chuva, ventos e ondas, e é transportada e depositada em outro lugar. Desgaste do solo.

Fonte: Proposta para o Plano Diretor para o corredor ecológico Sambe-Santa Fé, 2009.

Segundo o grupo, no município de Guapimirim, os rios estão cada vez mais poluídos e com menos vazão. A contaminação do lençol freático é uma das questões que preocupam a população, em meio aos problemas que ocorrem quando um corpo d'água recebe sistematicamente esgotos sanitários não tratados. A ocupação urbana sem planejamento, o uso intensivo do solo e a instalação de indústrias colaboram para o aumento da erosão e assoreamento dos rios da região.

No município de Guapimirim há preocupação com a falta de proteção das matas ciliares devido à inexistência de programas e projetos relacionados a esta questão. O quadro se agrava com a falta de conscientização quanto à preservação dos mananciais e com a falta de fiscalização satisfatória por parte da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Também há preocupação com a proteção insuficiente dos manguezais.

Além disso, o impacto dos resíduos industriais nos corpos hídricos pode levar à contaminação do lençol freático e à degradação do meio ambiente em geral. Futuramente, estes problemas poderão acarretar o esgotamento dos recursos hídricos.

Nas áreas de serra, uma grande preocupação está associada ao fenômeno *cabeça d'água*, bastante comum na região. Paralelamente, os deslizamentos de encostas sofrem a influência da geografia local e se agravam, principal-

mente, na estação chuvosa. A população de Guapimirim apontou a *falta de um sistema de alerta integrado para prevenção de desastres naturais* – existente apenas no Parque Nacional da Serra dos Órgãos – como uma das *dificuldades para prevenir moradores, turistas e órgãos municipais em casos de eventuais acidentes*. Atualmente, a Defesa Civil Municipal (em parceria com o Parnaso, Inea e Concessionária Rio-Teresópolis) trabalha num programa preventivo e de alerta para os riscos de ocorrências de cabeças d'água.

Falta política de gerenciamento integrado e sustentável das áreas costeiras, e a gestão integrada de recursos hídricos ainda é parcial, principalmente nas áreas próximas da Baía de Guanabara. Há *necessidade de maior envolvimento dos órgãos competentes no gerenciamento sustentável dos recursos hídricos*. Sob este aspecto, destaca-se a participação do município na diretoria colegiada do Comitê da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara e dos Sistemas Lagunares de Maricá e Jacarepaguá, o que possibilita a realização de projetos estratégicos para a proteção dos recursos hídricos.

Cabeça d'água – Descida das primeiras enxurradas pelo leito seco dos rios, estendendo-se de uma à outra margem; aumento súbito das águas dos rios.



Poço do Sossego



Vegetação típica de manguezal

PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

● Criação de um sistema de alarme para minimizar acidentes

■ Articulação

1. Estabelecer parcerias com ICMBio, prefeitura e Concessionária Rio-Teresópolis (CRT), para implementar um sistema de alarme sonoro para auxiliar na retirada dos banhistas nas áreas de cachoeiras.

■ Gestão pública

2. Formar um grupamento de guarda-vidas na Defesa Civil do município.

■ Infraestrutura

3. Desenvolver um sistema de comunicação adequado, sintonizado na mesma frequência das rádios existentes no Parque Nacional da Serra dos Órgãos.
4. Instalar um centro meteorológico de precisão nas áreas de montanha (nas bacias dos rios Soberbo e Iconha).
5. Criar um sistema de sinalização para prevenção de acidentes nas áreas de risco.

■ Comunicação

6. Elaborar um plano de divulgação e conscientização, com a distribuição de cartilhas aos banhistas e à população em geral.
7. Utilizar os meios de comunicação do município e espaços da Concessionária Rio-Teresópolis (CRT) para divulgar o fenômeno cabeça d'água.

● Ações coordenadas para a despoluição dos rios

■ Estudos técnicos

1. Realizar um levantamento detalhado das possíveis fontes de contaminação do lençol freático (cemitério, indústrias, agricultura e lixo).

■ Fiscalização

2. Fiscalizar a construção de barreiras para desviar o curso dos rios.
3. Monitorar os resíduos lançados pelas indústrias e pequenas empresas nos corpos hídricos.

■ Comunicação

4. Comunicar à população as consequências do despejo de resíduos nos rios.

● Estímulo a proteção e recuperação dos mananciais e matas ciliares

■ Estudos técnicos

1. Realizar um mapeamento dos córregos e rios que sofrem processo de degradação ambiental.

■ Articulação

2. Estabelecer parcerias com as brigadas existentes no município para auxiliar no monitoramento de córregos e rios.

■ Elaboração de programas e projetos

3. Elaborar Programas de Recuperação de Áreas Degradadas (Prad) nas áreas de nascentes e mata ciliar.

■ Planejamento

4. Convidar a população local para atuar em projetos de reflorestamento (mutirões de reflorestamento).
5. Remover as famílias que ocupam áreas irregulares próximas a córregos e rios.

● Participação do município no Comitê de Bacias Hidrográficas

■ Comunicação

1. Divulgar para a população a existência do Comitê de Bacias da Baía de Guanabara e das Lagoas de Jacarepaguá e Maricá e do Comitê das Bacias Hidrográficas do Leste da Guanabara (além dos conselheiros).

● Programa de gestão dos recursos hídricos de Guapimirim

■ Estudos técnicos

1. Realizar um levantamento dos recursos hídricos no município, identificando as áreas impactadas.

■ Gestão pública

2. Elaborar políticas públicas de gestão dos recursos hídricos, integradas com as demais esferas de governo.
3. Cobrar maior eficiência e eficácia no cumprimento da legislação ambiental.

■ Comunicação

4. Divulgar a qualidade da água.

5. Elaborar programas informativos sobre gerenciamento e uso sustentável da água para toda a população.
6. Informar a população sobre o despejo dos resíduos em rios que deságuam na Baía de Guanabara.

● Uso consciente das fontes de água mineral existentes no município

■ Fiscalização

1. Acompanhar a instalação de empresas que comercializam água mineral.

■ Infraestrutura

2. Melhorar a infraestrutura de fiscalização da qualidade da água mineral extraída no município.

■ Planejamento

3. Cobrar das empresas instaladas no município a adoção do compromisso socioambiental.

● Políticas públicas para o gerenciamento das áreas costeiras

■ Articulação

1. Estabelecer parcerias com escolas, universidades e ONGs para o desenvolvimento de projetos de Educação Ambiental e ações relacionadas à revitalização do manguezal.

■ Elaboração de programas

2. Desenvolver programas para a manutenção da qualidade da água dos rios Guapimirim, Caceribu e Magemirim, em parceria com os municípios de Itaboraí e Magé.

■ Gestão pública

3. Desenvolver um plano de gestão, integrada e participativa, das áreas costeiras.
4. Elaborar políticas públicas voltadas para a preservação dos manguezais.
5. Aplicar a legislação ambiental vigente referente à instalação de novas indústrias e ao uso de recursos hídricos.

Possíveis parceiros

2º Grupamento de Salvamento e Socorro Florestal . Água Mineral Dedo de Deus . Água Mineral Serra dos Órgãos . Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Guapimirim (Aciag) . Cedae . Cibrapel . Comitê de Bacias da Baía de Guanabara e das Lagoas de Jacarepaguá e Maricá . Comitê das Bacias Hidrográficas do Leste da Guanabara . Concessionária Rio-Teresópolis (CRT) . Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra dos Órgãos . Conselho Gestor da APA de Guapimirim . Conselho Gestor da Estação Ecológica da Guanabara . Cooperativa Manguezal Fluminense . DNPM . Fontes da Serra Saneamento de Guapimirim Ltda. . Ibama . ICMBio . Inea . Klabin . Marinha do Brasil . MP . ONGs . Prefeitura Municipal . Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável . TVerde . Universidades . Voluntários.

Possíveis fontes de financiamento

Cedae . CT-Hidro . Empresas associadas ao Comperj . FDS . FNMA . Fundo de Direito Difuso. LOA.

BIODIVERSIDADE

A biodiversidade é a base do equilíbrio ecológico do planeta. Sua conservação deve se concentrar na manutenção das espécies em seus ecossistemas naturais, por meio do aumento e da implantação efetiva das áreas protegidas, que asseguram a manutenção da diversidade biológica, a sobrevivência das espécies ameaçadas de extinção e as funções ecológicas dos ecossistemas.

A biodiversidade interfere na estabilização do clima, na purificação do ar e da água, na manutenção da fertilidade do solo e do ciclo de nutrientes, além de apresentar benefícios culturais, paisagísticos e estéticos.

As principais formas de destruição da diversidade biológica são urbanização descontrolada, ocupação irregular do solo, exploração mineral, desmatamentos e fragmentação de ecossistemas, queimadas, superexploração de recursos naturais, utilização de tecnologias inadequadas na produção florestal, pesca, agropecuária e industrial, indefinição de políticas públicas e implantação de obras de infraestrutura sem os devidos cuidados. Acrescentam-se ainda a introdução de espécies exóticas da flora e da fauna e a comercialização ilegal de espécies silvestres.



Quati



Jiboia

O Brasil possui 25% da biodiversidade mundial, reunindo uma riqueza difícil de mensurar, pois há espécies que sequer foram identificadas. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) estima o valor do patrimônio genético brasileiro em US\$ 2 trilhões (quatro vezes o PIB nacional). As cifras em jogo são altas. Produtos da biotecnologia (biodiversidade explorada), como cosméticos, remédios e cultivares, constituem um mercado global que chega a US\$ 800 bilhões por ano, cifra semelhante à do setor petroquímico.

Guapimirim abriga uma grande variedade de ecossistemas, e a existência dos parques e APAs e de fragmentos isolados de Mata Atlântica possibilitou a identificação de diversas espécies, caracterizando uma grande riqueza de fauna e flora, nativas e endêmicas. Na região podem ser encontrados mamíferos como cutia, quati, tamanduá-mirim e macaco muriqui. Entre as aves, destacam-se o papagaio-do-peito-roxo, o bicudo e a jacutinga.



Colhereiros são uma das espécies encontradas nos manguezais de Guapimirim

Tabela 1: Diversidade de vertebrados no Parque Nacional da Serra dos Órgãos

Grupo	Parnaso	Brasil*	Parnaso/Total	Ameaçadas**
Mamíferos	83	541	15,34%	28
Aves	462	1.696	27,24%	72
Répteis	82	633	12,95%	1
Anfíbios	102	775	13,16%	16
Peixes	6	2.106	0,28%	2

Fonte: Lewinsohn, 2006.

Contudo, apesar da existência de órgãos ambientais no município, *a fiscalização é insuficiente, e falta conscientização sobre a necessidade de preservar a biodiversidade para o desenvolvimento*. Ao longo dos anos, a exploração dos recursos naturais tem causado sérios danos ao meio ambiente, resultando na extinção local de espécies. Segundo os participantes, há *risco de exploração dos recursos naturais sem controle legal (biopirataria)*, uma das atividades que mais comprometem a biodiversidade, segundo a Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres (Renctas). O tráfico de animais é um problema sério, especialmente o de pássaros.

A existência de estudos científicos e de instituições de pesquisa viabiliza o desenvolvimento de programas e projetos que podem promover a preservação da biodiversidade da região. Uma das instituições locais que atuam na preservação de espécies ameaçadas de extinção é o Centro de Primatologia (CPRJ), que abriga 250 primatas de pequeno e médio portes, distribuídos em 85 viveiros. Além de atividades de pesquisa, o CPRJ mantém um patrimônio biótico² de valor incalculável, cujo gerenciamento é considerado modelar por entidades nacionais e internacionais interessadas na preservação da vida selvagem.



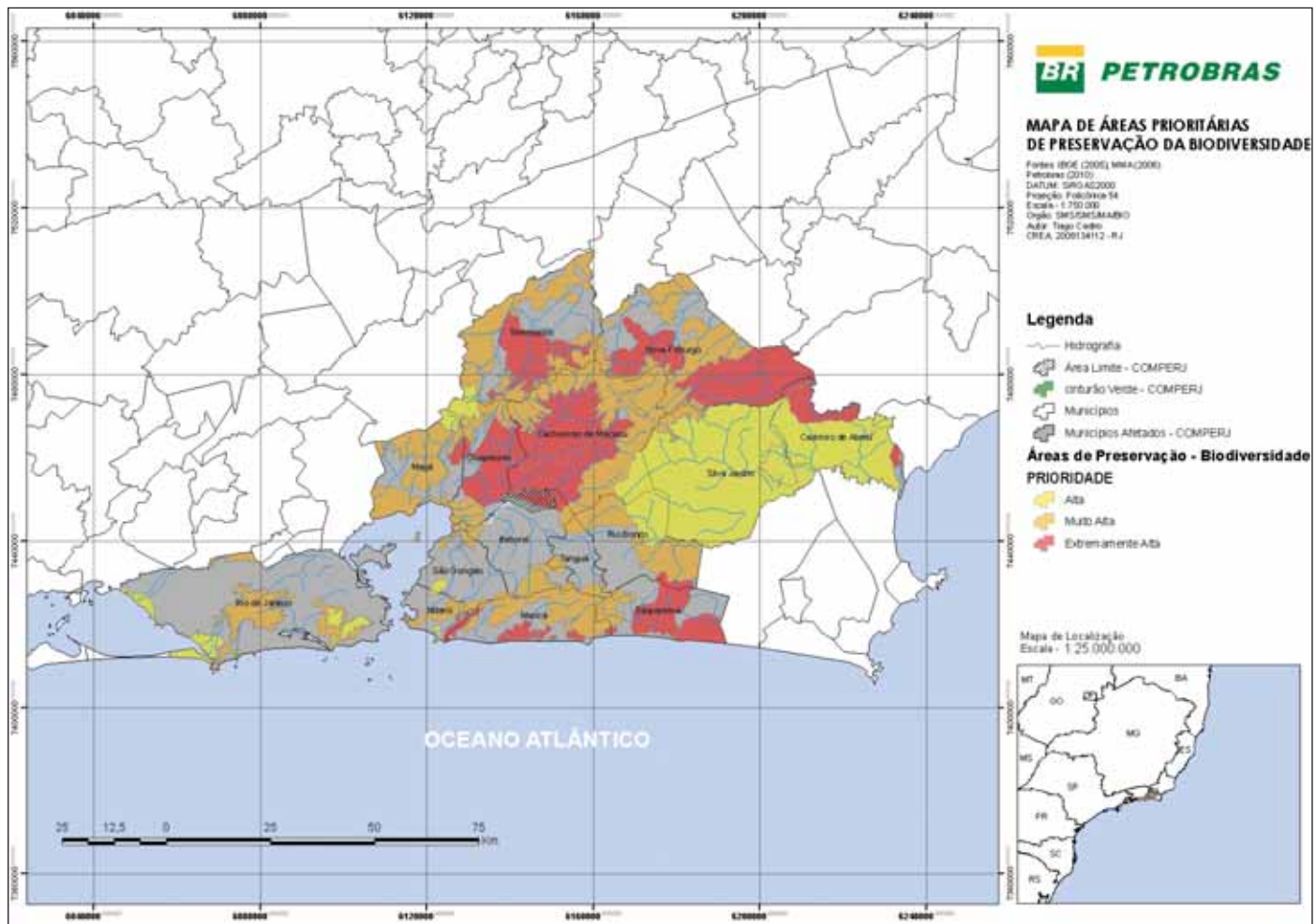
Quaresmeira



Bromélias

2 Relacionado ao bioma, ou seja, a um conjunto de diferentes ecossistemas que possuem certo nível de homogeneidade.

Mapa 5: Áreas prioritárias para a preservação da biodiversidade no município de Guapimirim e arredores



Fontes: IBGE, MMA, Petrobras 2010.

Um dos maiores problemas são as citadas áreas fragmentadas da Mata Atlântica, que, ao ficarem isoladas umas das outras, reduzem as possibilidades de manutenção dos processos ambientais, contribuindo para a perda da biodiversidade regional.

PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

● Programa de preservação integrada da biodiversidade local

■ Infraestrutura

1. Criar um Centro Municipal de Referência em Biodiversidade, capacitando profissionais que atuam na área ambiental.
2. Criar um Disque-Denúncia para a população denunciar atividades ligadas ao tráfico de animais.

■ Planejamento

3. Integrar as informações existentes nas Unidades de Conservação que constituem o Mosaico Central Fluminense.

■ Estudos técnicos

4. Elaborar um inventário completo da fauna e flora da região que complemente os trabalhos realizados no manguezal.

■ Comunicação

5. Divulgar o turismo de observação de pássaros.
6. Informar a comunidade sobre a biopirataria.
7. Desenvolver um projeto de comunicação sobre a importância da fauna e flora locais, visando desencorajar caçadores.

● Ações para o fortalecimento do Centro de Primatologia

■ Infraestrutura

1. Criar uma área para visitação anexa ao Centro de Primatologia.

■ Articulação

2. Buscar parcerias com instituições de pesquisa, visando ao fortalecimento do Centro de Primatologia.

■ Comunicação

3. Solicitar ao Centro de Primatologia a divulgação dos resultados dos projetos de pesquisa desenvolvidos no município, encerrados ou em andamento.

Possíveis parceiros

Batalhão Florestal . Centro de Primatologia . Concessionária Rio-Teresópolis (CRT) . Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra dos Órgãos . Conselho Gestor da APA de Guapimirim . Conselho Gestor da Estação Ecológica da Guanabara . Corpo de Bombeiros . Fundação SOS Mata Atlântica . Horto Pau-Brasil . Ibama Prevfogo . ICMBio . Inea . Inmet . Jardim Botânico do Rio de Janeiro . ONGs . Prefeitura Municipal . SEA . Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável . Universidades . Voluntários.

Possíveis fontes de financiamento

Empresas associadas ao Comperj . Empresas conveniadas ao Arco Metropolitano . Fauna & Flora International . Fecam . FNMA . Funbio . Fundação O Boticário de Proteção da Natureza . LOA . Programa Petrobras Ambiental.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

O aumento da concentração dos gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera contribui para a retenção de calor na Terra, provoca a elevação da temperatura média do planeta e é a principal causa das mudanças climáticas. Isso se deve, principalmente, à queima de combustíveis fósseis (petróleo, gás natural e carvão mineral), ao desmatamento, às queimadas e aos incêndios florestais.

As principais consequências do agravamento do efeito estufa são: temperaturas globais médias mais elevadas, resultando em ruptura dos sistemas naturais; mudanças nos regimes de chuva e nos níveis de precipitação em muitas regiões, com impactos na oferta de água e na produção de alimentos; maior incidência e intensidade de eventos climáticos extremos, como ondas de calor, tempestades, enchentes, incêndios e secas; elevação do nível do mar e alterações de ecossistemas, como o aumento de vetores transmissores de doenças e sua distribuição espacial.

Na maioria dos países, a maior dificuldade para controlar a emissão de GEE reside na queima de combustíveis fósseis para a obtenção de energia. Já no Brasil, as principais causas são as queimadas e as emissões dos veículos automotores. A temperatura média no País aumentou aproximadamente 0,75 °C no século 20, o que tem intensificado a ocorrência de secas e enchentes, e provocou o surgimento de fenômenos climáticos que não ocorriam no Brasil, como furacões.

O clima do município de Guapimirim apresenta verão quente, úmido e muito chuvoso, e inverno frio e seco. Um dos maiores problemas decorrentes das mudanças climáticas está relacionado ao crescimento urbano desordenado na região.

O desmatamento dos remanescentes florestais de Mata Atlântica favorece o aumento da temperatura, além de modificar a umidade relativa do ar. Paralelamente, o aumento da circulação de automóveis pelas ruas e estradas do município, aliado à instalação de indústrias, eleva a concentração dos gases de efeito estufa.

Em Guapimirim, *não existe informação disponível sobre a qualidade do ar*. Além disso, a *falta de conhecimento das auditorias realizadas nas indústrias locais* e a falta de informações sobre os *efluentes atmosféricos liberados* e sobre os *programas de energia limpa das indústrias existentes no município* demonstram a necessidade de realizar e divulgar um inventário de emissões de poluentes.

O monitoramento do ar de Guapimirim é realizado em conjunto com os demais municípios que formam a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A

atuação do poder público é fundamental para a gestão ambiental. A instalação do Comperj suscitou preocupação dos moradores com a emissão de poluentes para a atmosfera e demandará o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o controle da qualidade do ar. Segundo os participantes, *faltam informações sobre tecnologias alternativas* que poderiam ser adotadas para amenizar o impacto ambiental.

A adoção de programas de reflorestamento foi apontada como uma das medidas que precisam ser promovidas no município, em função de uma *grande área de Mata Atlântica ainda preservada, que chega a ocupar aproximadamente dois terços da área do município* e possibilita a neutralização dos gases de efeito estufa.

PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

● Controle da poluição atmosférica

■ Articulação

1. Realizar parcerias com órgãos públicos, como Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte e Concessionária Rio-Teresópolis, para assegurar o controle da qualidade do ar e da poluição sonora da frota de caminhões circulante na região.
2. Realizar parcerias com as Secretarias Municipais de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Saúde para monitorar as doenças respiratórias que ocorrem no município.
3. Articular parcerias entre o poder público e instituições especializadas, visando viabilizar a expansão da oferta de postos de abastecimento de gás natural veicular no município.

■ Gestão pública

4. Acompanhar o processo de licenciamento e auditorias das indústrias instaladas no município.

■ Fiscalização

5. Fiscalizar os ruídos e resíduos das indústrias locais.

■ Elaboração de programas e projetos

6. Desenvolver programas e projetos de preservação com o reflorestamento das áreas de entorno do Comperj (programas de recuperação de áreas degradadas).

■ Infraestrutura

7. Criar um banco de dados para armazenar as informações obtidas pelo monitoramento do ar.

■ Comunicação

8. Elaborar um plano de divulgação do monitoramento da qualidade do ar de Guapimirim.

● Programa de implementação de tecnologias alternativas

■ Infraestrutura

1. Viabilizar, em médio prazo, a construção de uma usina de biocombustível.

■ Articulação

2. Realizar parcerias com universidades para obter informações sobre fontes alternativas de energia.

■ Capacitação

3. Realizar cursos de especialização em Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL) e tecnologias alternativas, em parceria com universidades.

■ Elaboração de projetos

4. Elaborar projetos que promovam o sequestro de carbono.

Possíveis parceiros

Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Guapimirim (Aciag) . Cibrapel . Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra dos Órgãos . Conselho Gestor da APA de Guapimirim . Conselho Gestor da Estação Ecológica da Guanabara . Cooperativa Manguezal Fluminense . Coppe - UFRJ . Empresas associadas ao Comperj . ICMBio . Inea . Inmet . Klabin . MP . ONGs . Prefeitura Municipal . SEA . Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável . Universidades . Voluntários.

Possíveis fontes de financiamento

Empresas associadas ao Comperj . Fecam . FNMA . Funbio . Fundação Acesita . Fundação O Boticário de Proteção da Natureza . LOA.





GUAPIMIRIM



2

Ordem Física

HABITAÇÃO

A Agenda 21, em seu capítulo 7, afirma que o acesso à habitação segura e saudável é essencial para o bem-estar físico, psicológico, social e econômico das pessoas e que o objetivo dos assentamentos humanos é melhorar as condições de vida e de trabalho de todos, especialmente dos pobres, em áreas urbanas e rurais.

Essa menção especial aos mais pobres se deve ao fato de que estes tendem a estar nas áreas ecologicamente mais frágeis ou nas periferias das grandes cidades. Moradores instalados em assentamentos precários estão mais sujeitos a problemas como falta de saneamento e de serviços públicos adequados e a desastres naturais, como inundações e deslizamentos de terra.

O déficit habitacional do Brasil é de 5,8 milhões de domicílios. Com os projetos de habitação popular no País sendo guiados pelo menor preço, é importante considerar os novos parâmetros propostos pela construção sustentável ao se planejarem os investimentos necessários para atender a essa imensa demanda.

Além de evitarem o desperdício de água e de energia, novas tecnologias garantem conforto e segurança, e facilitam a utilização de materiais que causam menos impactos ambientais. As habitações sustentáveis também se mostram mais econômicas e eficientes a médio prazo.

Déficit habitacional – Número de domicílios improvisados, inadequados para se viver e/ou onde existe coabitação familiar e/ou onde famílias pobres pagam um aluguel que excede 30% da sua renda familiar.

Em Guapimirim, em razão de novos empreendimentos como o Comperj, o Arco Metropolitano e o Gasoduto, há preocupação com o aumento da população, inclusive devido à migração, e seu possível impacto negativo na infraestrutura do município; com a possibilidade de crescimento urbano desordenado e risco de aumento da favelização.

Os moradores que participaram dos debates da Agenda 21 Local apontaram questões de *vulnerabilidade social (habitação, saúde, educação) em alguns bairros, como Várzea Alegre, Vila Olímpia, Parque Nossa Senhora da Ajuda e Vale das Pedrinhas, e informaram que diversas áreas rurais e urbanas sofrem inundações.*

O município conta com um Conselho e um Fundo Municipal de Habitação -- ainda não implementados. Um Plano Municipal de Habitação está sendo elaborado, e há legislação e programa específicos para a regularização fundiária.

O grupo reclamou da *ausência do poder público* e apontou a *necessidade de revisão urgente do Plano Diretor* para possibilitar a elaboração de *uma política pública municipal de habitação popular*. Outra questão apresentada se refere à escassez de recursos financeiros (governos federal e estadual) para projetos habitacionais. Há *áreas disponíveis para novas construções*, porém *a fiscalização não é suficiente para garantir que as obras e/ou construções aconteçam dentro dos padrões estabelecidos ou previstos no Plano Diretor.*

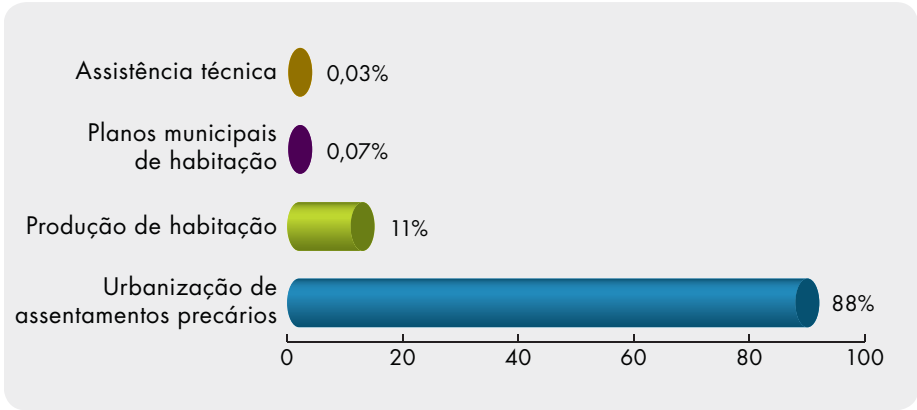
O documento 7º Balanço do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento – janeiro a abril de 2009, prevê os seguintes investimentos para o município:

Tabela 2: Investimentos do programa na área de habitação

TIPO	R\$ (MILHARES)	ESTÁGIO
Elaboração de Plano Municipal de Habitação	71,7	Ação preparatória
Produção habitacional do Vale das Pedrinhas	586,8	Ação preparatória
Urbanização do Vale das Pedrinhas	1.501,2	Ação preparatória

O PAC prevê os seguintes investimentos na área do Conleste:

Gráfico 2: Distribuição dos investimentos do PAC no Conleste



Como ponto positivo, ressaltaram que o *governo municipal tem recursos para solucionar os problemas de habitação no município e sugeriram que se trabalhe com a tecnologia da permacultura*³.



Vista de Guapimirim do alto da serra

Plano Diretor – Lei municipal que estabelece diretrizes para a adequada ocupação do município. É o instrumento básico da política de desenvolvimento municipal. Sua principal finalidade é orientar o poder público e a iniciativa privada no que se refere à construção dos espaços urbano e rural, e à oferta dos serviços públicos essenciais, visando assegurar melhores condições de vida à população.

³ A Permacultura oferece as ferramentas para o planejamento, a implantação e a manutenção de ecossistemas cultivados no campo e nas cidades, de modo a que eles tenham a diversidade, a estabilidade e a resistência dos ecossistemas naturais. Alimento saudável, habitação e energia devem ser providos de forma sustentável para criar culturas permanentes. Fonte: Permear - Rede de Permacultores (<http://www.permear.org.br/2006/07/14/o-que-e-permacultura/>)

PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

● Fortalecimento das políticas públicas na área da habitação

■ Gestão pública

1. Rever o Código de Obras e Posturas do município a partir da instalação e funcionamento do Comperj, para proporcionar harmonia arquitetônica e melhoria do mobiliário urbano.
2. Normatizar as áreas de construção de acordo com o Código de Posturas Municipal e o Plano Diretor do município (evitar construções em áreas rurais e urbanas que sofrem inundações).
3. Acompanhar a revisão e o processo de implementação do Plano Diretor.
4. Criar Conselho Diretor ou Conselho de Planejamento Urbano, para fiscalizar a implementação do Plano Diretor.
5. Exigir eficiência na aplicação do Código de Posturas Municipal.
6. Revisar a Lei de Parcelamento do Solo.

■ Fiscalização

7. Viabilizar ações de fiscalização do planejamento urbano.

■ Comunicação

8. Confeccionar informativos para divulgar o Plano Diretor do município.

● Estratégias para melhorar a infraestrutura habitacional

■ Infraestrutura

1. Buscar a manutenção constante das obras públicas recém-concluídas, como, por exemplo, canais de drenagem e manilhamento de ruas, entre outras.
2. Ampliar os serviços de comunicação no município (telefonia fixa e móvel, telefones públicos e internet, entre outros).
3. Obter melhoria da iluminação e da pavimentação das ruas.
4. Realizar um levantamento das áreas sem infraestrutura.
5. Criar infraestrutura básica para os bairros mais carentes.

■ Soluções alternativas

6. Aproveitar entulhos, cascalhos e sobras de asfalto para pavimentação e calçamento.
7. Estimular a divulgação das técnicas utilizadas na permacultura (sistema de planificação e criação de *habitats* humanos em harmonia com a natureza).

● Prevenção da ocupação em áreas de risco

■ Capacitação

1. Capacitar os funcionários da Defesa Civil Municipal para atuar de forma preventiva nos assentamentos humanos.

■ Fiscalização

2. Fiscalizar a construção de moradias em áreas irregulares.

■ Comunicação

3. Elaborar programas de comunicação para estimular a construção de moradias em ambientes adequados (proteção do ecossistema).
4. Informar a população sobre os riscos da ocupação de áreas sujeitas a inundações, deslizamentos e outros tipos de áreas de risco (como localidades a menos de três metros da linha ferroviária).

● Estratégias para conter a favelização no município

■ Planejamento

1. Mapear os focos de favelização existentes no município.

■ Infraestrutura

2. Criar Casa de Passagem para moradores de rua.

■ Fiscalização

3. Monitorar a ocupação do entorno de áreas urbanas para evitar a ocupação desordenada na periferia do município.

■ Gestão pública

4. Criar um programa municipal de habitação popular.

■ Estudos técnicos

5. Realizar estudos de projeção de aumento da população para os próximos 20 anos a partir da instalação do Comperj.
6. Avaliar o resultado destes estudos e propor soluções para sua implementação.
7. Realizar estudos para identificar a solução mais adequada ao município (integrar e dar moradia aos moradores de rua ou realizar triagem para direcionamento a ser definido).

Possíveis parceiros

ANA . Associações de Moradores . Câmara Municipal . Cibrapel . Concessionária Rio-Teresópolis (CRT) . Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra dos Órgãos . Conselho Gestor da APA Guapimirim . CREA . Eletrobrás Furnas . Empresas associadas ao Comperj . FGV . Ministério das Cidades . ONGs . Universidades.

Possíveis fontes de financiamento

Banco Bradesco . Banco do Brasil . Banco Itaú . BNDES . Caixa Econômica Federal . Cibrapel . Comissão Europeia . CT-Energ . CT-Infra . Finep . LOA . Ministério das Cidades.



Estação de Tratamento de Água Fontes da Serra

SANEAMENTO

Saneamento ambiental é o conjunto de práticas voltadas para a conservação e a melhoria das condições do meio ambiente em benefício da saúde. Envolve abastecimento de água, esgoto sanitário, coleta de resíduos sólidos, drenagem urbana e controle de doenças transmissíveis.

De acordo com a Síntese de Indicadores Sociais 2010 do IBGE, em 2009, 62,6% dos domicílios brasileiros urbanos eram atendidos, ao mesmo tempo, por rede de abastecimento de água, rede coletora de esgoto e coleta de lixo direta, porém com grande disparidade entre as regiões do País (13,7% no Norte e 85,1% no Sudeste). Consequência da rápida urbanização do País, esse quadro indica que o saneamento é um dos pontos mais críticos da crise urbana no Brasil e demanda medidas urgentes da maioria dos municípios brasileiros.

Além do comprometimento ambiental resultante da ausência de saneamento adequado, são consideráveis as perdas econômicas e sociais causadas pela morbidade e mortalidade que atingem principalmente as crianças. O Ministério da Saúde estima que cada R\$ 1 investido em saneamento retorna em R\$ 5 de custos evitados no sistema de saúde pública.

Esgoto Sanitário

Os participantes do processo da Agenda 21 Local afirmaram que, atualmente, *falta infraestrutura básica (saneamento, saúde e transporte) e que não há saneamento básico. A maior parte da população não tem água encanada, esgoto e lixo são lançados diretamente nos rios, e a coleta de lixo é irregular e, em alguns bairros, insuficiente.* Ressaltam que esta situação acarreta diversos problemas, inclusive a *contaminação dos poços artesianos pelas fossas, havendo necessidade de ampliação dos serviços de coleta e tratamento de esgoto.*

A maior parte da população mora no centro da cidade, bairro que é bem atendido. Nos demais, apesar do serviço ter apresentado melhoras, ainda é insuficiente.

Abastecimento de Água

A *presença de recursos hídricos e mananciais de água potável com boa qualidade e a existência de empresas que operam na área de abastecimento de água* foram apontadas como potencialidades. A *companhia de água Fontes da Serra, que atende parcialmente o município, é uma empresa privada e atende o Centro da cidade.*

No entanto, os moradores há preocupação *com o risco de falta de água por uso do Comperj*. Há consciência de que é preciso realizar de forma eficiente o *gerenciamento dos recursos hídricos para gerar riquezas e empregos*.

Resíduos Sólidos

Guapimirim produz 79 toneladas de resíduos sólidos por dia, sendo que às segundas e terças-feiras esse volume aumenta para 85 toneladas/dia, em função do aumento da população nos finais de semana, por se tratar de uma cidade turística.

Uma importante questão é a *falta de uma política integrada para gestão dos resíduos sólidos e de um Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Municipal*. A coleta é realizada pela Secretaria de Obras e atende de 70% a 80% do município. Os moradores estão cientes de que, *com o aumento da população, a situação atual se agravará e a má gestão do lixo urbano provocará a contaminação do ar (através da emissão de gases pelo lixão e da queima de resíduos domiciliares)*. Preocupados com os *impactos ambientais do aterro controlado*, os participantes apontaram a *necessidade de instalação de um aterro sanitário*.

Foi relatado que o Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG) destinou recursos para a transformação do lixão de Guapimirim em aterro controlado, dentro das normas ambientais, com previsão de vida útil de 20 anos. Porém, devido à descontinuidade do programa e ao sucateamento da estrutura instalada, o aterro controlado voltou a ser um lixão. Entre os vários problemas encontrados no local, as calhas de recolhimento de chorume não funcionam mais, as células para lixo hospitalar não estão em funcionamento, a balança para pesar os caminhões na entrada nunca foi instalada, e a coleta seletiva não existe.

O grupo informou ainda que *faltam lixeiras nas vias públicas e não há programa de reciclagem de lixo, nem de coleta seletiva no município* – apenas *coleta seletiva informal realizada por catadores avulsos* –, mas há intenção de implementá-la em breve.

Não existe nenhum programa de recolhimento de resíduos perigosos. No entanto, *existem áreas disponíveis para tratamento do lixo e para a instalação de uma usina de reciclagem*. Atualmente o lixo hospitalar é incinerado.

Chorume – Líquido poluente de cor escura e forte odor, originado de processos biológicos, químicos e físicos da decomposição de resíduos orgânicos.

Aterros – Existem três formas de disposição de resíduos em aterros: os aterros sanitários, que recebem os resíduos de origem urbana (domésticos, comerciais, públicos, hospitalares etc.); os industriais (somente para resíduos considerados perigosos); e os aterros controlados para lixo residencial urbano, onde os resíduos são depositados e recebem uma camada de terra por cima. Na impossibilidade de reciclar o lixo por compostagem acelerada ou a céu aberto, as normas sanitárias e ambientais recomendam a adoção de aterro sanitário e não controlado.



A coleta de lixo atende satisfatoriamente os moradores do centro da cidade

PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

● Melhoria da qualidade da água distribuída em Guapimirim

■ Infraestrutura

1. Ampliar os serviços da rede de água canalizada, garantindo fornecimento contínuo.
2. Construir uma estação de tratamento de água para o abastecimento de toda a população (hoje é parcial).
3. Ampliar a captação de água da Estação de Tratamento de Água de Imunana-Laranjal, em Paraíso, para que abasteça a população de Guapimirim.

■ Comunicação

4. Buscar transparência de informação sobre a futura utilização de águas a partir da instalação do Comperj.
5. Tornar públicas as obrigações e contrapartidas contratuais da empresa concessionária Fontes da Serra com relação aos serviços oferecidos em Guapimirim.

● Questões relativas ao saneamento básico

■ Estudos técnicos

1. Realizar levantamento da rede de esgoto e saneamento de todas as residências, bem como dos estabelecimentos comerciais e industriais no município.

■ Elaboração de projetos

2. Elaborar projetos para a destinação correta do esgoto produzido no município.

■ Planejamento

3. Retomar os projetos de saneamento que não estão em andamento.
4. Propor soluções alternativas para a questão do saneamento, impedindo a construção de novos sumidouros.
5. Eliminar as valas negras no município.

■ Infraestrutura

6. Implantar um sistema de coleta e tratamento de esgoto em todas as residências do município, incluindo etapas de monitoramento e fiscalização do projeto.
7. Instalar fossas sépticas, biodigestores e filtros biológicos e ecológicos onde houver necessidade.

■ Fiscalização

8. Fiscalizar as construções de novos poços de água no município, já que a maioria dos existentes está contaminada por fossas.
9. Fiscalizar e controlar a construção e utilização de fossas, com recolhimento de seus efluentes.

■ Comunicação

10. Desenvolver programas de informação sobre saneamento básico e soluções ambientalmente saudáveis (poços, fossas, rede de esgoto, tratamento e reutilização, importância da coleta de lixo e lixo lançado nos rios, entre outros).

● Gerenciamento dos resíduos sólidos em Guapimirim

■ Estudos técnicos

1. Diagnosticar onde e como é feita a destinação final do lixo produzido no município.
2. Realizar um estudo para verificar se há condições no município para a construção um aterro sanitário.

■ Gestão pública

3. Verificar no Plano Diretor do município a existência de ações para minimizar os impactos ambientais do aterro controlado.
4. Criar um Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos que atenda o potencial aumento da população a partir da instalação do Comperj.

■ Infraestrutura

5. Instalar usinas de tratamento de lixo geradoras de energia.

■ Planejamento

6. Regularizar a coleta de lixo e ampliar o serviço para todos os bairros do município.
7. Realizar a coleta seletiva de lixo, com o apoio da população.

■ Fiscalização

8. Vistoriar e verificar as condições do “extinto” lixão de Guapimirim.

■ Elaboração de programas e projetos

9. Elaborar um programa de limpeza das ruas secundárias.

■ Comunicação

10. Informar a população sobre a má gestão do lixo urbano, que provoca a contaminação do ar (através da emissão de gases pelo lixão e da queima de resíduos domiciliares).

● Soluções alternativas para reduzir a quantidade de resíduos sólidos

■ Estudos técnicos

1. Verificar a existência de empresas privadas de coleta de lixo reciclável no município.

■ Infraestrutura

2. Instalar lixeiras para coleta seletiva (ecopontos) no município.
3. Construir centros de reciclagem no município.

■ Capacitação

4. Realizar oficinas educativas sobre aproveitamento do lixo reciclável para alunos das escolas e cooperativas de catadores, entre outros (móveis com PET, brinquedos com sucata e recolhimento de óleo de cozinha usado, entre outros).

■ Elaboração de programas e projetos

5. Elaborar programas de reciclagem de lixo, com trabalho de coleta e destino final, para geração de emprego e renda para os catadores.
6. Dinamizar os projetos de reciclagem existentes, inclusive os de óleo de cozinha usado.

7. Criar a Cooperativa de Catadores de Lixo, com inclusão social, capacitando os catadores existentes como agentes ambientais.

■ Comunicação

8. Informar a população sobre questões relativas a lixo, coleta seletiva, reciclagem e geração de renda.

Possíveis parceiros

Agentes Ambientais . ANA . Associação Cultural Nascente Pequena (ACNP) . Associações de Moradores . Câmara Municipal . Cedae . CNM . CNRH . Conleste . Cooperativas de catadores de lixo . CREA . Eletrobrás Furnas . Empresas associadas ao Comperj . Empresas de coleta seletiva . Fontes da Serra Saneamento de Guapimirim Ltda. . Funasa . Inea . Ministério das Cidades . Ministério do Meio Ambiente . ONGs . Prefeitura Municipal . Rádio JG FM . SEA . Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável . Sindicatos . TVerde . Universidades.

Possíveis fontes de financiamento

Banco Bradesco . Banco Itaú . BNDES . Concessionária Rio-Teresópolis (CRT) . Eletrobrás Furnas . Empresas associadas ao Comperj . Fontes da Serra Saneamento de Guapimirim Ltda. . Funasa . LDO . LOA . Ministério das Cidades.

MOBILIDADE E TRANSPORTE



Uma linha de trem liga Guapimirim a Duque de Caxias

Praticamente todos os aspectos da vida moderna estão ligados a sistemas de transporte que permitem o deslocamento de pessoas, matérias-primas e mercadorias. Nosso ambiente, economia e bem-estar social dependem de transportes limpos, eficientes e acessíveis a todos. No entanto, os meios de transporte disponíveis são insustentáveis e ameaçam a qualidade de vida e a saúde da população e do planeta.

Nos últimos 30 anos, os investimentos públicos no Brasil privilegiaram a infraestrutura voltada para a circulação dos automóveis. Além da poluição atmosférica e sonora, este modelo de transportes gera um trânsito caótico e violento, que causa acidentes com milhares de mortes todos os anos.

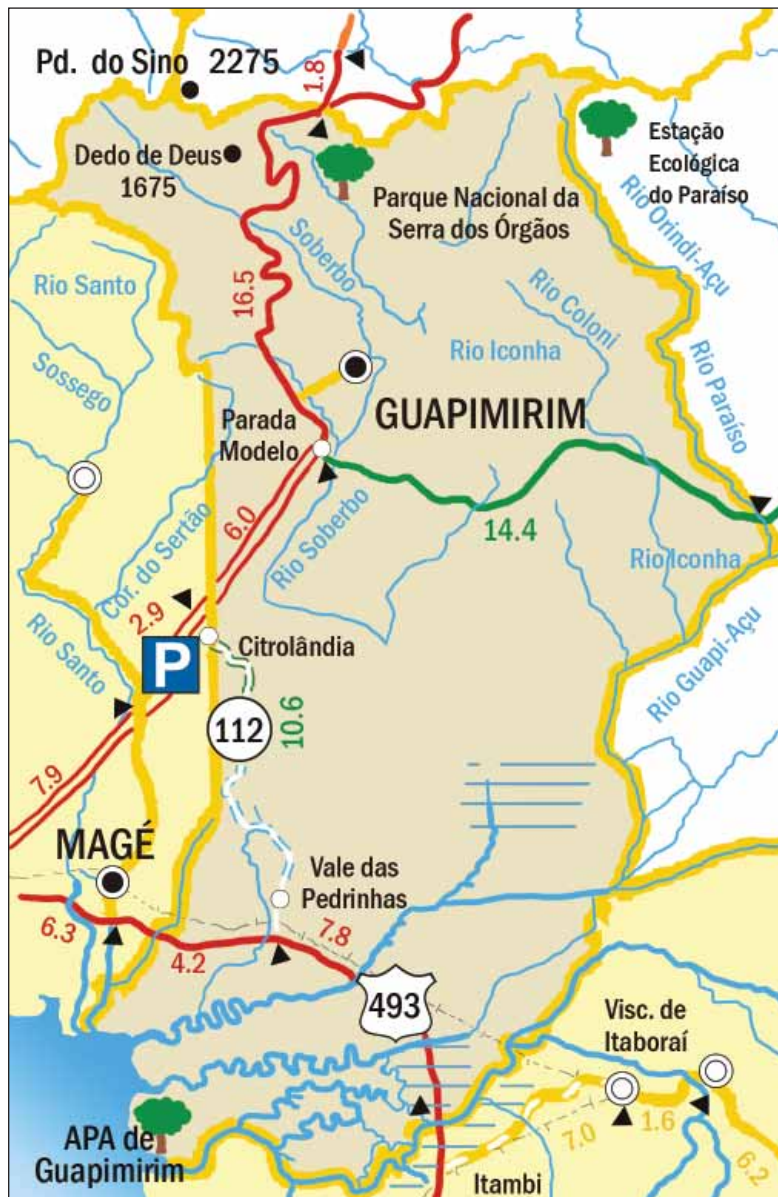
Segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), o setor de transportes já é responsável por um quarto das emissões de dióxido de carbono em todo o mundo. A tendência é que entre 2005 e 2030 essas emissões aumentem 57%, sendo 80% deste crescimento nos países em desenvolvimento e, em sua grande maioria, provenientes de carros particulares e caminhões.

Sistemas de transportes sustentáveis demandam uma boa distribuição de serviços nos bairros, de forma a reduzir a necessidade de deslocamentos, assim como transporte público de qualidade e ciclovias.

Os moradores de Guapimirim demonstraram preocupação com a *falta de transporte*, pois a permissionária Viação Paraíso Verde não atende à demanda dos municípios.

Há obras em andamento que beneficiarão o município, como a *malha rodoviária e futura ampliação das BR-116 (CRT) e BR-101*. A *estrada Guapi-Vale das Pedrinhas* foi concluída em maio de 2009.

Linhas intermunicipais ligam Guapimirim a Teresópolis, Rio de Janeiro e Cachoeiras de Macacu. Há também uma ligação indireta com Duque de Caxias, serviço de *vans* para o Centro do Rio de Janeiro e de transporte escolar. Guapimirim não conta com uma rodoviária.



Fonte: DNER (2010)

PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

● **Melhoria da mobilidade no município**

■ **Elaboração de projetos**

1. Elaborar um projeto de mobilidade e transporte para Guapimirim que contemple a ordenação e oferta de transportes públicos.

■ **Infraestrutura**

2. Criar a ligação viária de Vila Olímpia, passando pelo Vale das Pedrinhas até o Centro do município e concluir a ligação Vale das Pedrinhas – Centro.
3. Melhorar as estradas que passam pelo interior do município, que não possuem pedágio.
4. Desenvolver um projeto cicloviário para atender adequadamente a população.
5. Construir uma rodoviária.
6. Revitalizar a linha ferroviária de Guapimirim, provendo condições adequadas. Melhorar os horários dos ônibus.

■ **Gestão pública**

7. Rever os contratos de concessão das linhas de transporte que servem o município.

■ **Articulação**

8. Articular a regularidade dos serviços prestados com empresas de transporte.

Possíveis parceiros

Associações de Moradores . Câmara Municipal . Concessionária Rio-Teresópolis (CRT) . Detro. DNIT . ONGs . Prefeitura Municipal . Viação Paraíso Verde . Viação Regina . Viação Teresópolis.

Possíveis fontes de financiamento

Banco Bradesco . Banco Itaú . Concessionária Rio-Teresópolis (CRT) . CT – Transporte. LOA. Prefeitura Municipal . Viação Paraíso Verde . Viação Regina . Viação Teresópolis.

SEGURANÇA

Justiça e paz são aspirações humanas legítimas. Sua falta representa uma perda para a qualidade de vida. Segurança é um tema que transcende as ações policiais e judiciais de repressão e contenção da violência armada e prevenção de mortes.

Relaciona-se diretamente com a redução da evasão escolar, distribuição de renda, inclusão social, atenção básica à saúde, reforma urbana e rural, e solução das questões habitacionais. Ao tratar do tema, também é preciso dedicar atenção especial às questões que envolvem violência doméstica, de gênero, racismo e todo tipo de intolerância.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), só a criminalidade violenta custa cerca de R\$ 140 bilhões por ano ao País. Os custos totais da criminalidade são estimados em 10% do PIB brasileiro. Portanto, segurança pública também está relacionada a desenvolvimento econômico.

No Rio de Janeiro, com indicadores de segurança no mesmo patamar dos de países em guerra, o desafio da construção de um Estado seguro e acolhedor para seus cidadãos é a questão de fundo por trás de todos os objetivos. Conquistar a redução e o controle da violência armada implica compromissos e processos de longo prazo, com financiamento continuado e envolvimento de amplos setores da sociedade, aliados a políticas públicas eficazes.

Em Guapimirim, como nos demais municípios do estado, a Secretaria de Estado de Segurança (Seseg) é o órgão responsável pela segurança pública estadual. A partir de 1999, visando estruturar o setor, foram criadas as Áreas Integradas de Segurança Pública (Aisp), reunindo um batalhão da Polícia Militar e uma ou mais delegacias de Polícia Civil

Cada Aisp criou um Conselho Comunitário de Segurança para avaliar a qualidade do serviço prestado pela polícia, elaborar propostas para melhorar os índices de segurança com a gestão participativa da sociedade, contribuindo com a adoção de soluções integradas e para acompanhar resultados. O *Conselho Comunitário de Segurança Pública de Guapimirim* já está em sua terceira gestão.

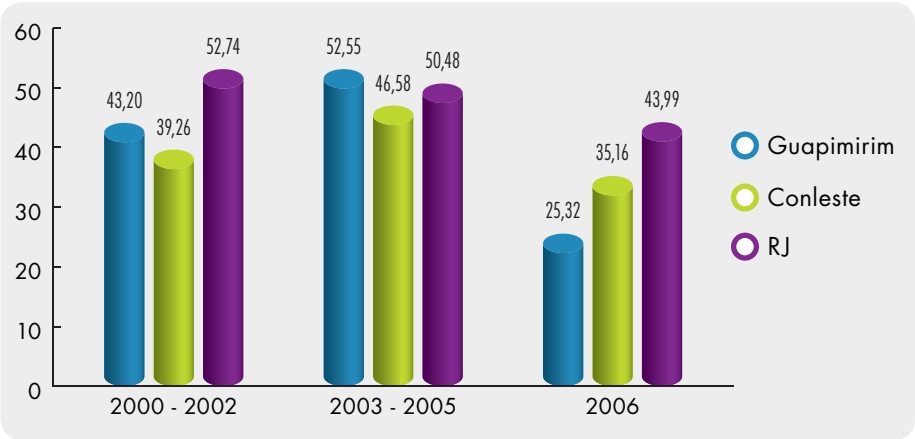
Junto com Magé, Guapimirim forma a Aisp 34, atendida pelo 34º Batalhão da Polícia Militar e pela 67ª Delegacia de Polícia.

O município dispõe de Guarda Municipal com efetivo de aproximadamente 60 homens. O treinamento é local, e a responsabilidade é cuidar da segurança do território e do patrimônio. Não foi realizado concurso para guarda municipal.



Guapimirim conta com uma Delegacia Legal

Gráfico 3: Taxa de mortalidade por causas externas (por 100.000 habitantes), por agressões no município de Guapimirim



Fonte: ONU-Habitat/UFF (2010)

A Guarda Municipal de Guapimirim
conta com efetivo de 60 guardas



PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

● Plano de segurança para Guapimirim

■ Planejamento

1. Acompanhar, em parceria com o Conselho Municipal de Segurança, a implementação da Delegacia Legal no município.
2. Intensificar a segurança nos bairros do município, reforçando o policiamento.
3. Dinamizar o Conselho Comunitário de Segurança Pública, ampliando a participação de todos os setores da sociedade.

■ Infraestrutura

4. Instalar um Batalhão de Polícia Militar no município, com distribuição de cabines policiais nos bairros.

Possíveis parceiros

Conselhos Municipais (Criança e do Adolescente, Segurança) . Conselho Tutelar . Guarda Municipal . MP . ONGs . Pmerj . Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro . Prefeitura Municipal .

Possíveis fontes de financiamento

LOA . LDO . Pronasci.





3

Ordem Social

EDUCAÇÃO



Os participantes do Fórum acham que o transporte escolar ainda pode melhorar

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), a educação, em todas as suas formas, molda o mundo de amanhã, instrumentalizando indivíduos com habilidades, perspectivas, conhecimento e valores necessários para se viver e trabalhar.

O capítulo 36 da Agenda 21 Global afirma que a educação e a consciência pública ajudam as sociedades a desenvolver plenamente suas potencialidades e que o ensino, tanto formal quanto informal, é indispensável para modificar a atitude das pessoas, de forma a capacitá-las para avaliar e enfrentar os obstáculos ao desenvolvimento sustentável. Para despertar a consciência ambiental e ética, também são fundamentais valores e atitudes, técnicas e comportamentos que favoreçam a participação pública efetiva nos processos decisórios.

Segundo o Relatório de Acompanhamento de Indicadores do Milênio na Região do Conleste (2009), o acesso ao Ensino Fundamental é praticamente universalizado nas grandes cidades brasileiras, e, em geral, as crianças chegam a ele na idade adequada. Todavia, o índice de reprovação ainda é elevado, o que impede que muitas concluam esse nível de ensino.

Apesar da adoção de políticas para reverter essa situação, continuam altas as taxas de reprovação, demandando ações mais eficazes de correção do fluxo escolar. Entre elas se incluem maior atenção às condições materiais de trabalho na escola, aumento do tempo de permanência dos alunos em suas dependências e investimentos na formação de professores e educadores.

Em Guapimirim, há preocupação com um possível *aumento da pobreza, da marginalidade, do número de moradores de rua e de pedintes* devido à *grande migração de população de baixo perfil socioeconômico*.

Os integrantes da Agenda 21 Local ressaltaram a *vulnerabilidade social (habitação, saúde, educação)* do município. Segundo pesquisa da ONU-Habitat/UFF, em 2007, Guapimirim apresentava um percentual de pobreza (28,6%) maior do que o conjunto do Conleste (23,2%) e em relação ao Estado do Rio de Janeiro (18,8%).

O grupo afirmou que *a estrutura física das escolas municipais é precária* e que, embora as medidas tomadas estejam melhorando a situação, *o transporte escolar ainda é deficiente*.

O grupo informou que a quantidade de *creches municipais* ainda é insuficiente para *atender à demanda*. Já os números do Ensino Fundamental e Médio de Guapimirim são semelhantes aos dos demais municípios do Conleste. O município vem melhorando no que diz respeito à permanência dos jovens na escola, tendo alcançado uma taxa de evasão de apenas 3,5% em 2009.

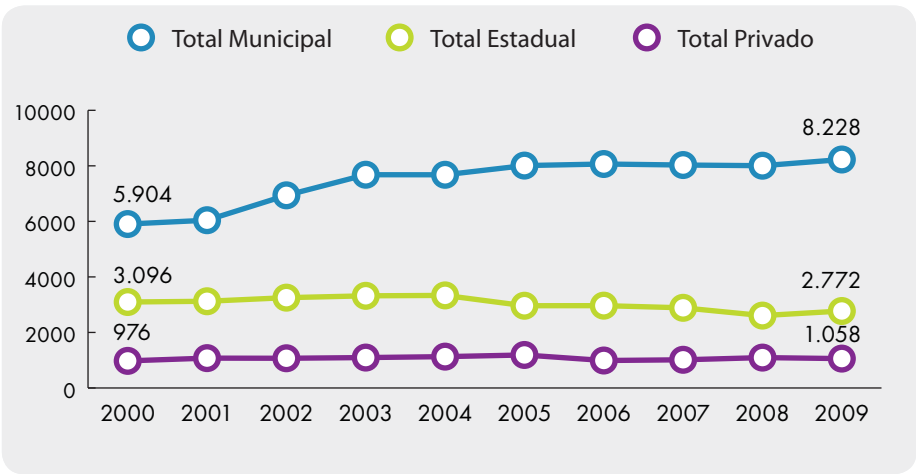
Com relação aos ensinos Médio e Profissional, nem o acesso, nem a permanência são satisfatórios. Os jovens e adultos contam com algumas atividades extracurriculares, mas estas ainda não atendem às necessidades de todos os bairros.

Tabela 3: Idebs observados em 2005, 2007 e 2009
Metas para Rede Municipal em Guapimirim

	Ideb observado			Metas projetadas							
Município	2005	2007	2009	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais	3,0	3,5	4,0	3,0	3,4	3,8	4,1	4,4	4,7	5,0	5,3
Anos finais	3,0	2,9	3,4	3,0	3,2	3,4	3,8	4,2	4,5	4,7	5,0

Fonte: Prova Brasil e Censo Escolar (2010)

Gráfico 4: Número de matrículas efetuadas
no município de Guapimirim



Fonte: Confederação Nacional dos Municípios (2010)

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) – Mede a qualidade da educação numa escala que vai de zero a dez. É calculado com base na taxa de rendimento escolar (aprovação e evasão), no desempenho dos alunos no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e na Prova Brasil. Quanto maior for a nota da instituição no teste e quanto menos repetências e desistências ela registrar, melhor será sua classificação. A partir deste instrumento, o Ministério da Educação traçou metas de desempenho bianuais para cada escola e cada rede até 2022. Em 2008, todos os 5.563 municípios brasileiros aderiram ao compromisso.

PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

● Educar para bem viver

■ Planejamento

1. Promover a alteração da grade curricular, visando aumentar os conhecimentos dos alunos sobre o contexto geopolítico local.

■ Articulação

2. Realizar parcerias com as entidades privadas e/ou governamentais, visando à permanência em horário integral de crianças e jovens no ambiente escolar.
3. Realizar parcerias com universidades, de modo a identificar a demanda e o potencial para cursos de graduação e tecnológicos.

■ Elaboração de programas e projetos

4. Elaborar programas contínuos de capacitação de professores.
5. Elaborar projetos que transformem a escola em uma unidade aberta com oferta de programas para a comunidade.

● Melhoria da infraestrutura educacional

■ Infraestrutura

1. Construir novas escolas de ensinos Fundamental e Médio, visando à elevação do perfil sociocultural do município.
2. Ampliar o número de escolas e cursos profissionalizantes (Faetec e Senac, entre outros), com aulas noturnas para capacitação de pessoas na comunidade.

3. Identificar as necessidades das escolas municipais, visando à melhoria na sua infraestrutura (aquisição de aparelhos e reformas nas construções, entre outras).

■ Fiscalização

4. Fiscalizar o Conselho Municipal de Ação Social para a otimização e melhoria das creches.

■ Articulação

5. Fortalecer as parcerias do poder público com a iniciativa privada, visando suprir a carência de transporte escolar.

Possíveis parceiros

Conselhos Municipais (Ação Social, Tutelar e de Direitos da Criança e Adolescente) . Escolas . MEC . ONGs . Parque Nacional da Serra dos Órgãos (Parnaso) . Secretarias Municipais (Educação e Cultura, Obras, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Planejamento, Fazenda) . Seeduc . Senac . Senai . Sesc . Unesco . Universidades.

Possíveis fontes de financiamento

Ampla . Concessionária Rio-Teresópolis (CRT) . FNDE . Fontes da Serra Saneamento de Guapimirim Ltda. . Fundação Bradesco . Fundação O Boticário de Proteção da Natureza . Fundação Roberto Marinho . Fundef . MEC . Unicef.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Trata-se de processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltados para a conservação do meio ambiente e dos bens de uso comum, essenciais à qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Seu papel é educar e conscientizar as populações sobre a importância da preservação do meio ambiente, oferecendo-lhes, ao mesmo tempo, opções de subsistência e oportunidades para melhorar sua qualidade de vida, mostrando que as comunidades locais são as principais beneficiárias das atividades de conservação.

No Brasil, para que esses objetivos sejam atingidos, a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9.795/99 e Decreto 4.281/02) estabelece que os temas ambientais devem estar presentes durante todo o processo de escolarização, até o Ensino Superior, de forma transversal, em todos os níveis e disciplinas.

Para que uma Agenda 21 Local seja bem-sucedida, é necessário um amplo entendimento dos propósitos e do conteúdo da Agenda 21. Assim, a Educação Ambiental tem uma importância central neste processo. É por meio dela que se pode promover a capacidade de compreensão das questões ambientais e do desenvolvimento, que levam à participação no processo e à mudança de valores necessários à construção de um mundo sustentável.

Em Guapimirim, embora as escolas municipais desenvolvam o Programa Educacional Ambiental e Qualidade de Vida, e na Lei Orgânica do município esteja prevista a competência do poder público de “promover educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para preservação do meio ambiente”, como o nível de escolaridade local, em geral, é baixo, a Educação Ambiental nas escolas em Guapimirim é precária. Falta capacitação para os professores e não há interesse destes em estimular a curiosidade dos estudantes sobre a questão ambiental em geral.

As escolas municipais garantem no seu projeto pedagógico os projetos de Educação Ambiental e vem capacitando gradativamente seus educadores sobre o tema

Fora da escola, embora existam ações como a Rádio Escolar no CEAG, da Tverde, blogs/sites e jornais locais e ONGs atuando na educação ambiental, faltam projetos para mobilizar e conscientizar a população sobre questões relativas ao desenvolvimento sustentável.

As preocupações com a Educação Ambiental em Guapimirim podem ser resumidas na seguinte reflexão do grupo: *a falta de informação sobre Educação Ambiental acaba acarretando problemas ambientais.*



A Rádio Escolar divulga a educação ambiental

PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

● **Por uma política de Educação Ambiental: nosso verde, nossa vida**

■ **Gestão pública**

1. Incluir a temática meio ambiente e desenvolvimento sustentável no projeto político-pedagógico das escolas municipais.
2. Elaborar políticas públicas para a Educação Ambiental.

■ **Capacitação**

3. Promover a capacitação continuada do corpo docente na temática ambiental.

■ **Articulação**

4. Estabelecer parcerias para a implementação de programas que informem sobre a importância da manutenção de rios e mananciais, o funcionamento da coleta seletiva e o reaproveitamento de resíduos.

■ **Elaboração de programas**

5. Realizar programas de voluntariado para minimizar os danos causados ao meio ambiente.

6. Criar programas de Educação Ambiental e de reciclagem, tendo como público-alvo as escolas de ensinos Fundamental e Médio e a comunidade em geral.

■ **Comunicação**

7. Difundir as informações por meio de ferramentas para a divulgação dos programas de Educação Ambiental.

Possíveis parceiros

Associações de Moradores . Escolas . Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra dos Órgãos . Conselho Gestor da APA de Guapimirim . Conselho Gestor da Estação Ecológica da Guanabara . Escolas . ONGs . Secretarias Municipais (Educação e Cultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável) . Universidades . Voluntários.

Possíveis fontes de financiamento

Concessionária Rio-Teresópolis (CRT) . FDE . Fecam . FNDE . FNMA . Fundação Bradesco . Fundação Roberto Marinho . Fundef . Ministério do Meio Ambiente . Unesco . Unicef.

CULTURA

Segundo a Unesco, a diversidade cultural, produto de milhares de anos de história e fruto da contribuição coletiva de todos os povos, é o principal patrimônio da humanidade. As civilizações e suas culturas também resultam da localização geográfica e das condições de vida que cada uma oferece, o que se traduz na riqueza e diversidade de formas de viver e sobreviver da espécie humana.

A cultura representa as formas de organização de um povo, seus costumes e tradições, que são transmitidos de geração a geração, como uma memória coletiva, formando sua identidade e, muitas vezes, mantendo-a intacta, apesar das mudanças pelas quais o mundo passa.

A identidade cultural é uma das mais importantes riquezas de um povo, pois representa um conjunto vivo de relações sociais e patrimônios simbólicos, historicamente compartilhados, que estabelece a comunhão de determinados valores entre os membros de uma sociedade. Trata-se de um conceito de tamanha complexidade, que pode ser manifestado de várias formas e envolver situações que vão desde a fala até a participação em certos eventos.

A diversidade cultural é um dos pilares da identidade brasileira e fator de sustentabilidade do desenvolvimento do País. O maior desafio nesta área é enfrentar a pressão que o desenvolvimento exerce sobre as estruturas tradicionais – sejam físicas, como sítios arqueológicos ou patrimônios históricos, sejam imateriais, como conhecimentos e práticas das populações.

Em Guapimirim, segundo os participantes do Fórum, os incentivos às atividades culturais são insuficientes e há pouca valorização da cultura tradicional local. Além disso, faltam projetos de resgate da cultura e de preservação do patrimônio histórico. O município possui Conselho Municipal do Meio Ambiente, criado pela Lei Municipal nº 219/98.

O Fórum de Guapimirim, de acordo com seus integrantes, focaliza de maneira especial a relação da cultura com o desenvolvimento da sociedade e prioriza o debate e a proposição de políticas públicas culturais aos gestores do município.

O grupo afirmou que os moradores de Guapimirim têm poucas possibilidades de *aproveitar os conhecimentos locais, de forma a usufruir da natureza*. Foi destacado o *conhecimento local sobre o manejo de ervas medicinais*, que pode ser uma das potencialidades locais para a realização de *intercâmbio cultural*.

O município não tem teatro, cinema ou outros equipamentos culturais. Não há Conselho Municipal de Cultura ou legislação de fomento e incentivo.

Atualmente, o município tem três bibliotecas municipais (biblioteca municipal no Centro, Ciep em Parada Modelo e a do Bairro do Orindi), uma biblioteca

Desigualdades no acesso à produção cultural

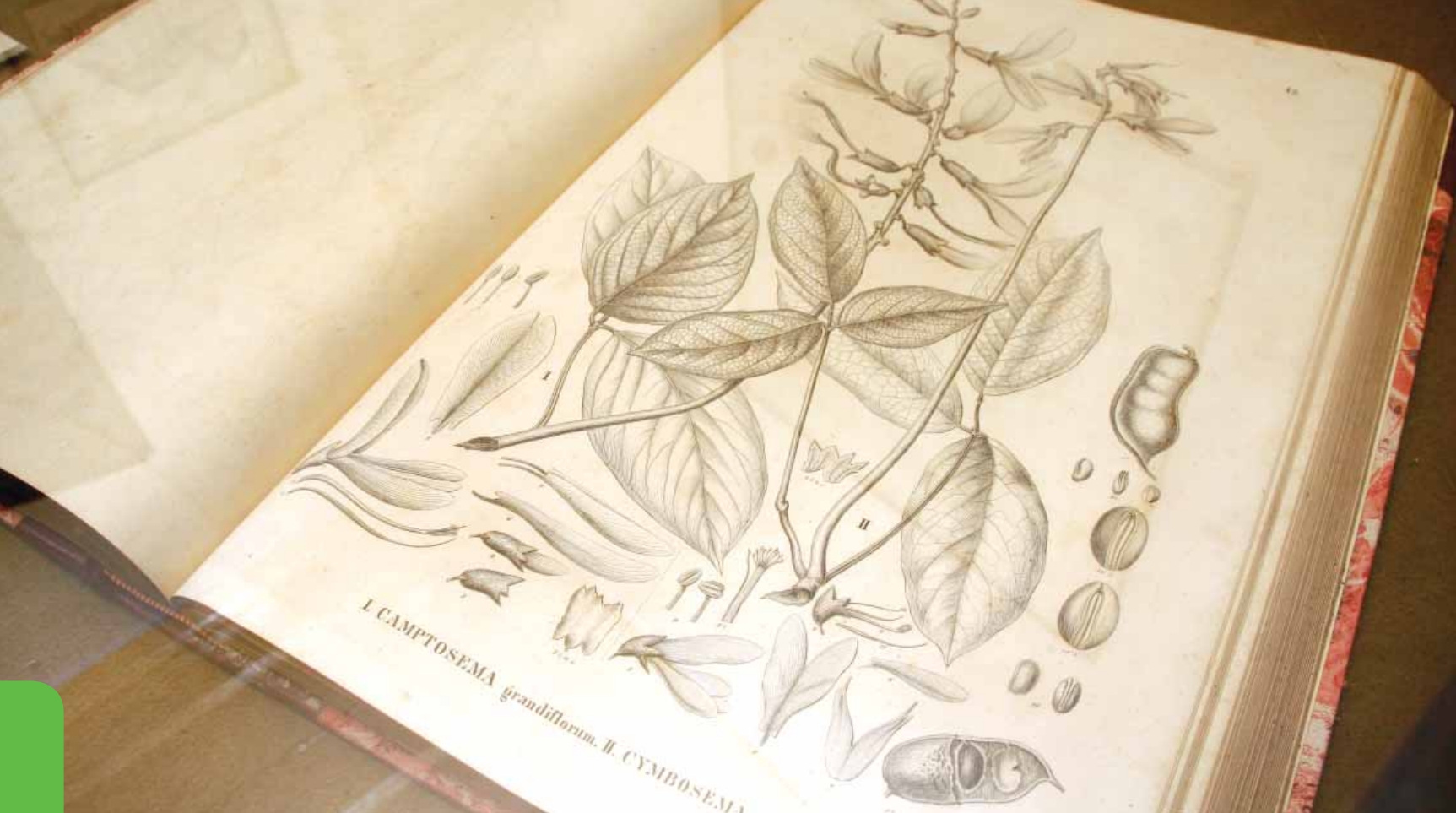
Entretenimento – Apenas 13% dos brasileiros vão ao cinema alguma vez no ano; 92% nunca frequentaram museus; 93,4% jamais visitaram uma exposição de arte; 78% nunca assistiram a um espetáculo de dança, embora 28,8% saiam para dançar. Mais de 90% dos municípios não possuem salas de cinema, teatro, museus e espaços culturais multiuso.

Livros e bibliotecas – O brasileiro lê, em média, 1,8 livro per capita/ano (contra 2,4 na Colômbia e 7 na França, por exemplo); 73% dos livros estão concentrados nas mãos de apenas 16% da população. O preço médio do livro de leitura corrente é de R\$ 25,00, elevadíssimo quando comparado com a renda do brasileiro nas classes C/D/E. Dos cerca de 600 municípios brasileiros que nunca receberam uma biblioteca, 405 ficam no Nordeste, e apenas dois no Sudeste.

Acesso à internet – 82% dos brasileiros não possuem computador em casa; destes, 70% não têm acesso à internet (nem no trabalho, nem na escola).

Profissionais da cultura – 56,7% da população ocupada na área de cultura não têm carteira assinada ou trabalham por conta própria.

(Fonte: <http://www.unesco.org/pt/brasil/cultura/access-to-culture/#c37219>).



O livro *Flora Brasiliensis* integra o acervo do Museu von Martius

escolar estadual no Colégio Estadual Alcindo Guanabara e várias bibliotecas comunitárias, que atendem bairros diferentes (Parada Ideal, Barreira, Vale do Jequitibá, Parque N. S. da Ajuda) e um centro cultural utilizado para formação de jovens na área da cultura.

Entre as manifestações populares de Guapimirim se destacam a Folia de Reis e o Grêmio Musical, em funcionamento há mais de 50 anos.

O escultor Amabilio Macedo e os artistas plásticos José Hermínio e Antônio Liboredo têm grande reconhecimento local. Também se destaca o violonista Zé Meneses, consagrado internacionalmente.

Além da Estrada Real, há dois pontos turísticos-culturais:

- O museu von Martius e o Centro de Visitantes, instalado em casarão do século XIX;
- A Capela N. S. da Conceição, datada de 1713, construção histórica em estilo barroco, situada numa pequena ilha fluvial entre dois braços do Rio Soberbo, tombada pelo Inepac;

Algumas ONGs e outros atores sociais têm buscado parcerias para desenvolver projetos culturais. Uma parceria que vem dando certo são os Pontos de Cultura no Estado do Rio de Janeiro. No município, o projeto selecionado foi o Guapimirim em Foco: Identificação de Valores Culturais Locais, da Associação Cultural Nascente Pequena.



Os trabalhos do escultor Amabilio Macedo são motivo de orgulho para a cidade

PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

● Ações para o desenvolvimento cultural do município

■ Planejamento

1. Realizar intercâmbios, nacionais e internacionais, com institutos interessados em desenvolver projetos que promovam o desenvolvimento cultural do município.

■ Gestão pública

2. Criar o Conselho Municipal de Cultura e Patrimônio Histórico.
3. Fomentar a criação da Lei de Isenção do ISS para empresas de produção artística e de caráter cultural, visando à promoção da cultura.

■ Infraestrutura

4. Criar e assegurar a manutenção de pontos de entretenimento e cultura (cinemas, teatros, retretas etc.).
5. Criar um local aberto à visitação pública (museu, casa de memória), reunindo informações históricas e culturais do município.

● Resgate da cultura tradicional

■ Estudos técnicos

1. Mapear e classificar os vários tipos de conhecimentos tradicionais, bem como do patrimônio histórico local.

■ Planejamento

2. Estabelecer um calendário das festas tradicionais do município.

3. Incluir o conteúdo sobre as culturas tradicionais do município na grade curricular.

■ Comunicação

4. Divulgar os vários tipos de conhecimentos tradicionais, bem como do patrimônio histórico local existente, utilizando ferramentas de comunicação.
5. Realizar campanhas escolares com foco na preservação e valorização da cultura e do patrimônio histórico local.
6. Divulgar os conhecimentos tradicionais sobre ervas medicinais.

Possíveis parceiros

Câmara Municipal . Instituições governamentais internacionais . MEC . ONGs . Secretarias Estaduais (Educação e Cultura) . Secretarias Municipais (Educação e Cultura, Saúde, Obras, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Planejamento, Fazenda).

Possíveis fontes de financiamento

Água Mineral Dedo de Deus . Ampla . Banco do Brasil . Basf . Concessionária Rio-Teresópolis (CRT) . Embaixada da Alemanha . Fontes da Serra Saneamento de Guapimirim Ltda. . Fundação Bradesco . Fundação Roberto Marinho . Instituto Itaú Cultural . Minc . Petrobras.

SAÚDE

A Agenda 21 brasileira afirma em seu objetivo 7 – “Promover a saúde e evitar a doença, democratizando o SUS” – que a origem ambiental de diversas doenças é bem conhecida e que o ambiente natural e as condições de trabalho, moradia, higiene e salubridade, tanto quanto a alimentação e a segurança, afetam a saúde, podendo prejudicá-la ou, ao contrário, prolongar a vida.

Segundo a Agenda 21 Global, o desenvolvimento sustentável depende de uma população saudável. No entanto, os processos de produção e de desenvolvimento econômico e social interferem nos ecossistemas e podem colaborar para a existência de condições ou situações de risco que influenciam negativamente o padrão e os níveis de saúde das pessoas.

As principais questões ambientais que afetam a saúde humana envolvem a poluição decorrente da falta de saneamento, a contaminação do meio ambiente por poluentes químicos, a poluição atmosférica e os desastres ambientais.

Atualmente, além de se reconhecer a interdependência entre saúde, desenvolvimento econômico, qualidade de vida e condições ambientais, aumenta a consciência de que a capacidade humana de interferência no equilíbrio ambiental acarreta responsabilidades da sociedade sobre seu destino e o da vida no planeta.



Hospital Municipal de Guapimirim

O município de Guapimirim possui um Conselho Municipal de Saúde. No entanto, a maior preocupação apontada pelos participantes do Fórum foi a *falta de políticas direcionadas à saúde*.

Embora recentemente tenham sido *ampliados os serviços de saúde no município*, com a *inauguração de um hospital em Parada Modelo*, os *postos de saúde são inadequados* e o *hospital não atende a casos de maior complexidade*, levando à *necessidade de deslocar os pacientes para serem tratados em outros municípios*, com os quais existe convênio para atendimento de casos especiais.

O *Programa de Planejamento Familiar*, que está sendo iniciado no município, *ainda é pouco divulgado* e precisa de adequação para atender à demanda.

A *Secretaria Municipal de Assistência Social* oferece um *programa para atendimento às gestantes de todo o município* que inclui palestras semanais com profissionais da saúde, auxílio-alimentação, enxoval para o bebê e oficinas de geração de trabalho e renda.

Há interesse local em *recursos provenientes da Petrobras, com base na exploração de petróleo*, que possam ser direcionados à melhoria da saúde no município.



Os serviços de saúde locais atendem os casos de baixa e média complexidade

O atendimento na área de saúde pública municipal de Guapimirim inclui um hospital geral, uma policlínica, duas clínicas/ambulatórios especializados, sete postos de saúde, uma unidade de apoio, diagnose e terapia, quatro consultórios e duas outras unidades.

PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

● Gestão democrática e integrada da saúde pública

■ Gestão pública

1. Assegurar a eficiência nas políticas direcionadas à saúde, tornando-a acessível a toda a população.
2. Elaborar políticas para criação, fiscalização e monitoramento de postos de saúde comunitários.
3. Fortalecer o Programa de Saúde da Família (PSF), ampliando sua abrangência territorial através de maior número de PSFs, com base nas necessidades identificadas por regiões do município.
4. Integrar os serviços do Programa de Saúde da Família (PSF) com outras ações e programas da rede privada existentes no município, visando à construção de redes de ação social.
5. Melhorar as políticas de combate e prevenção a hanseníase, tuberculose e Aids.
6. Elaborar um programa de reforço estrutural familiar com ações educativas, acompanhamento psicológico e ação social.
7. Fortalecer o Conselho Municipal de Saúde em seu papel de monitoramento e fiscalização da gestão municipal da saúde.
8. Ampliar o Programa Remédio em Casa para o atendimento de pessoas com dificuldade de locomoção em todo o município.

■ Planejamento

9. Criar um grupo de trabalho no Fórum da Agenda 21 Local que busque o apoio da Secretaria Municipal de Saúde no desenvolvimento de trabalhos, seminários e projetos elaborados para a criação ou melhoria de Programas de Prevenção e Educação Sexual, DSTs e Planejamento Familiar.

■ Articulação

10. Realizar parcerias entre o poder público, instituições privadas e profissionais liberais do município, visando à adoção de práticas complementares ao atendimento de saúde, tais como terapias naturais e tradicionais, e novas práticas holísticas.

■ Infraestrutura

11. Melhorar as condições de atendimento em hospitais e postos de saúde municipais, valorizando o atendimento humanizado e a capacitação dos profissionais de saúde.
12. Ampliar a oferta local de serviços de saúde e o horário de funcionamento dos postos, provendo acesso 24 horas com abrangência territorial, disponibilidade e sem burocracia no atendimento com ambulâncias.
13. Implantar o serviço de atendimento do Samu no município.
14. Ampliar o serviço odontológico público.
15. Ampliar a área de abrangência das farmácias populares.

■ Comunicação

16. Desenvolver ações educativas, palestras, seminários, workshops e campanhas voltados para a manutenção da saúde e a cobertura a riscos epidêmicos, de forma a orientar sobre assistência, proteção e prevenção, dando foco a temas priorizados com base nas estatísticas de necessidades regionais e políticas públicas de saúde.

Possíveis parceiros

Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Guapi-
mirim (Aciag) . Anvisa . Câmara Municipal . Conselhos Mu-
nicipais (Saúde, Ação Social, Tutelar e de Direitos da Criança
e Adolescente, dos Idosos e Necessidades Especiais) . Escolas .
Ministério da Saúde . MP . ONGs . Secretarias Estaduais (Saúde
e Defesa Civil, Assistência Social e Direitos Humanos) . Secre-
tarias Municipais (Ação Social, Obras, Planejamento, Fazenda,
Saúde) . Universidades.

Possíveis fontes de financiamento

BNDES . Embaixada da Alemanha . Embaixada do Canadá .
Empresas associadas ao Comperj . Fiocruz . Instituto Ronald
McDonald . Ministério da Saúde.

GRUPOS PRINCIPAIS

A Agenda 21 Global define como grupos principais as mulheres, crianças e jovens, povos indígenas, ONGs, autoridades locais, trabalhadores e seus sindicatos, comerciantes e industriários, a comunidade científica e tecnológica, agricultores e empresários. É desses grupos que o documento cobra comprometimento e participação para a implementação dos objetivos, políticas e mecanismos de ação previstos em seu texto.

Sendo um processo democrático e promotor da cidadania, a construção da Agenda 21 Local não pode deixar de considerar as necessidades e interesses de outros grupos, como afrodescendentes, ciganos, idosos, pessoas com deficiência, homossexuais, travestis e outras minorias.

A Agenda 21 brasileira vai além e destaca como uma de suas prioridades a necessidade de diminuir as desigualdades sociais no País para garantir as condições mínimas de cidadania a todos os brasileiros, enfatizando a importância de proteger os segmentos mais vulneráveis da população: mulheres, negros e jovens.

É na Seção III, dedicada ao fortalecimento do papel dos grupos principais, que a Agenda 21 Global propõe o desenvolvimento de processos de consulta às populações locais para alcançar consenso sobre uma “Agenda 21 Local” para a comunidade. No Capítulo 28, recomenda que os países estimulem todas as suas autoridades locais a ouvirem cidadãos e organizações cívicas, comunitárias, empresariais e industriais locais para obter as informações necessárias para formular as melhores estratégias, aumentando a consciência em relação ao desenvolvimento sustentável. Para a legitimidade e sucesso deste processo, é fundamental a inclusão de representantes de todos os grupos sociais.

Em Guapimirim, a percepção dos integrantes da Agenda 21 Local é de que *faltam políticas públicas participativas e transparentes voltadas aos grupos principais*. A percepção dos representantes deste grupo é de que *há falta de participação e parcerias com a iniciativa privada e outras esferas*.

No debate sobre a juventude, foi ressaltada a *falta de capacitação profissional para os jovens no município, a inexistência do programa Meu Primeiro Emprego e a falta de participação desse grupo nos processos decisórios*.

Além da existência do Conselho Tutelar, há vários programas de atendimento social no município, como, por exemplo:

- *Paif – Programa de Assistência Integral à Família;*
- *Peti – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (no município ainda é preventivo);*

- *Sentinela – Lida com as questões de abuso e violência doméstica.* Este é hoje denominado pelo governo federal como Centro de Referência Especial da Assistência Social (Creas), voltado para o atendimento às famílias fragmentadas que tiveram seus direitos violados;
- *Fenix T – Trabalha com alunos com dificuldade de aprendizado;*
- *Cras – Centro de Referência de Assistência Social – existem três unidades.*

Atualmente, no Vale das Pedrinhas, existe um polo da Secretaria de Ação e Promoção Social, com atendimento integral do Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e também cinco escolas e dois postos de saúde, além do processo em curso de urbanização da região.

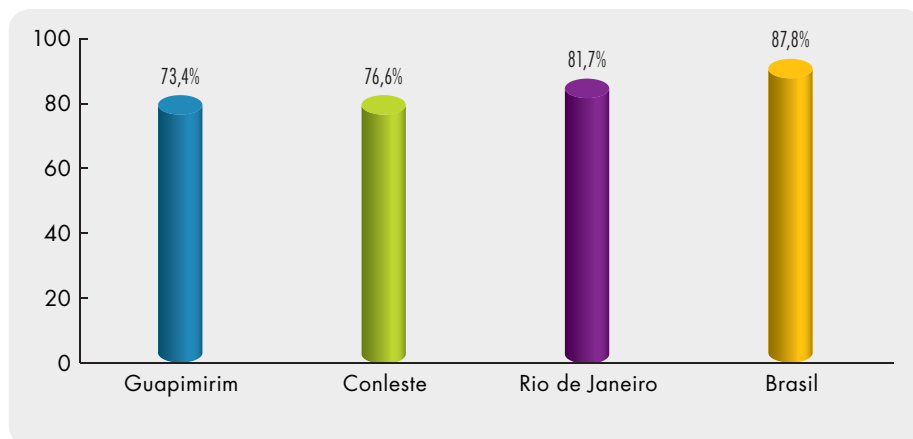
No entanto, na visão dos participantes, *falta gerenciamento dos programas existentes* que atendem a *idosos, jovens, deficientes e outros carentes*. Eles também mencionaram a necessidade de *maior divulgação e de ampliação dos programas*.

Com relação às mulheres, o grupo informou que não existe *Conselho Municipal da Mulher*. Anualmente a prefeitura realiza a *Conferência Municipal dos Direitos da Mulher* e há o *Núcleo de Apoio à Mulher contra a Violência Doméstica (Creas)*. A Delegacia da Mulher mais próxima é a de Caxias. Não há vereadoras eleitas e na administração há apenas duas secretárias municipais.

Segundo dados do Rais-MTE, em 2007 o percentual de mulheres no mercado de trabalho em Guapimirim era de 43,4%, superior à média observada nos demais municípios do Conleste (38,6%), no estado (40,4%) e no Brasil (40,8%).

Quanto à remuneração, o mesmo não acontece: em 2009, a mulher em Guapimirim tinha um salário correspondente a 73,4% do salário do homem na mesma posição (ou seja, 26,6% de defasagem salarial para o mesmo posto de trabalho). Já a média dos municípios do Conleste era de 76,6%, a do estado, 81,7%, e a do Brasil, 87,8%.

Gráfico 5: Diferencial de remuneração feminina (em %) no município de Guapimirim, comparado ao Conleste, ao Estado do Rio de Janeiro e ao país.



Fonte: UFF/ONU-HABITAT/UFF Habitat (2009)

Faltam programas de capacitação profissional da mulher, embora a prefeitura desenvolva políticas voltadas ao empreendedorismo feminino, à qualificação e à orientação das mulheres.

Para os idosos e portadores de necessidades especiais, a preocupação mencionada foi com a dificuldade de acesso aos espaços públicos, decorrente da falta de planejamento urbano. Falta também uma política pública de integração dos serviços de atendimento a esse grupo.

O município tem vocação para o voluntariado e conta com ONGs e outras associações que desenvolvem atividades como o TeleCentro, na Tecnoarte.

Embora existam algumas iniciativas apoiadas pela prefeitura, faltam parcerias com as ONGs, particularmente por parte do poder público (nas três esferas), para a elaboração e desenvolvimento de projetos.

Há poucos sindicatos no município, e os que existem funcionam precariamente, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais. Falta ainda identificar as diversas categorias profissionais e suas bases de atuação.

PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

● Atendimento às necessidades dos idosos

■ Planejamento

1. Acompanhar a implantação do Estatuto do Idoso, por intermédio dos espaços e instrumentos de participação disponíveis.
2. Buscar a ampliação de programas voltados para os idosos em todos os bairros.

■ Infraestrutura

3. Criar uma Casa de Convivência para idosos.

● Valorização dos direitos das mulheres

■ Planejamento

1. Convidar as mulheres a participarem na definição e acompanhamento de políticas públicas voltadas para seus direitos.

■ Gestão pública

2. Criar o Conselho Municipal da Mulher.
3. Ampliar a rede de ações e programas de atenção, assistência e proteção à mulher.

■ Articulação

4. Articular a revitalização do Movimento Organizado da Mulher (MOM).

● Ações para melhorar as condições das pessoas com deficiência

■ Elaboração de programas e projetos

1. Elaborar programas, projetos, ações e atividades para pessoas com deficiência.

■ Infraestrutura

2. Adequar as instalações, equipamentos e serviços municipais para facilitar o acesso e circulação de pessoas com deficiência.

● Estratégias para a valorização dos jovens

■ Gestão pública

1. Elaborar uma política de inclusão de jovens na tomada de decisões e no mercado de trabalho.

■ Planejamento

2. Promover o desenvolvimento do empreendedorismo aos jovens, sensibilizando-os para futura absorção da mão de obra capacitada com a instalação do Comperj.

● Medidas para fiscalizar a atuação das instituições do Terceiro Setor

■ Articulação

1. Criar espaços de articulação entre o poder público, iniciativa privada e ONGs como, por exemplo, fóruns periódicos.
2. Buscar a ampliação, criação e manutenção de projetos locais, através de parcerias com o poder público e ONGs.

■ Capacitação

3. Realizar cursos de capacitação para ONGs, cooperativas, associações de moradores e voluntários em projetos culturais, educacionais e socioambientais (ex.: elaboração de projetos, captação de recursos e patrocínios etc.).

■ Infraestrutura

4. Criar um portal de informações sobre as ONGs, com um cadastro atualizado da oferta de serviços voluntários no município, divulgando seus serviços e os resultados alcançados.

■ Fiscalização

5. Fiscalizar o processo de contratação e prestação de serviços oferecidos por ONGs.

● Bases para a valorização dos grupos principais

■ Gestão pública

1. Fortalecer e dinamizar a ação dos Conselhos Municipais (Ação Social, Idosos, Pessoas com Deficiência, entre outros).

■ Comunicação

2. Realizar debates entre a população beneficiária sobre os processos de formulação das políticas públicas relacionadas ao tema.

■ Capacitação

3. Realizar cursos de qualificação, vinculando-os aos programas de geração de trabalho e renda, contemplando os diversos grupos principais.

Possíveis parceiros

Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Guapimirim (Aciag) . Associações de Moradores . Câmara Municipal . Conselhos Municipais (Ação Social, Direitos da Criança e do Adolescente, Idosos) . Empresas associadas ao Comperj . Ministério de Minas e Energia . MP . ONGs . Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (Vara da Infância, da Família) . Sebrae . Secretarias Estaduais (Educação, Assistência Social) . Secretarias Municipais (Ação Social, Educação e Cultura, Planejamento, Fazenda) . Senac . Senai . Sesc . Unesco . Unicef . Universidades.

Possíveis fontes de financiamento

BNDES . Conade . Empresas associadas ao Comperj . Fundação Roberto Marinho . Fundação Ronald McDonald . Sebrae.

PADRÕES DE CONSUMO

A pobreza e a degradação ambiental estão estreitamente relacionadas. Enquanto a primeira tem como resultado determinados tipos de pressão ambiental, segundo a Agenda 21, as principais causas da deterioração ininterrupta do meio ambiente mundial são os padrões insustentáveis de consumo e produção, especialmente nos países industrializados. Motivo de séria preocupação, tais padrões de consumo e produção provocam o agravamento da pobreza e dos desequilíbrios.

É muito comum confundir “consumir” com “fazer compras”. Consumir é um ato muito mais presente em nossas vidas. Todos os dias consumimos água, alimentos, combustíveis etc. Como cada um desses elementos se origina do planeta e nele permanece depois de usado, o consumo interage diretamente com a sustentabilidade e pode ser um poderoso instrumento para alcançá-la.

Tomar consciência dos hábitos de consumo, pensar sobre todos os materiais presentes em cada objeto, sua origem e destinação final requer uma revisão de hábitos, costumes e valores. A fim de atingir a escala necessária para fazer a diferença, todas as esferas sociais precisam estar envolvidas nesta transformação: governos, empresas, ONGs e cidadãos. As mudanças necessárias são profundas, mas o movimento do consumo consciente afirma que o poder de promovê-las está ao alcance de cada um, em sua própria vida, em seus atos cotidianos.

Consumo responsável – Significa adquirir produtos eticamente corretos, ou seja, cuja elaboração não envolva a exploração de seres humanos e animais e não provoque danos ao meio ambiente.

Em Guapimirim, o grupo do Fórum da Agenda 21 Local apontou que, para a garantia dos direitos do consumidor, *existe o Procon, mas faltam programas e ações que mudem os padrões de produção/consumo, tornando-os mais sustentáveis.*

O grupo ressaltou algumas ações locais, como *hortas comunitárias* (realizadas pela *Secretaria de Ação Social, Secretaria de Educação e Secretaria de Agricultura*) e o *projeto Óleo em PET*, que, em um ano, recolheu 1.200 litros de óleo vegetal usado, que foram transformados em detergente e sabão. No entanto, *falta um programa de educação alimentar e cultural.*

Foi mencionado que *a frota de veículos movidos a gás natural veicular (GNV) é pequena, havendo apenas um único posto de abastecimento e um programa incipiente de estímulo à conversão.*

O grupo da Agenda 21 Local chama a atenção para a *falta de conscientização da comunidade para a mudança dos padrões de consumo*, cabendo ao município investir na educação para a formação de um consumidor responsável e sustentável.

PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

● Apoio ao consumo consciente, sustentável e eficiente

■ Gestão pública

1. Elaborar políticas públicas de incentivo ao consumo sustentável.

■ Planejamento

2. Criar incentivos para a implantação e/ou ampliação de hortas comunitárias voltadas ao atendimento da rede de educação do município.

■ Articulação

3. Estabelecer parcerias com empresas para apoio aos programas de comunicação educativa com temas relacionados aos padrões de consumo.

■ Elaboração de projetos e programas

4. Realizar programas e projetos de incentivo às mudanças nos padrões de consumo.
5. Elaborar programas de educação alimentar e de consumo consciente nas escolas e creches de todo o município (produção de legumes).

■ Comunicação

6. Divulgar os benefícios da produção orgânica e meios de comercialização para os agricultores (merenda escolar, mercados).
7. Elaborar programas de comunicação, com linguagem de fácil compreensão, que respondam a questões relacionadas a produção, consumo e descarte (coleta seletiva e uso racional da água).
8. Divulgar informações sobre mudança de padrão de consumo através de diversas mídias em todo o município.

Possíveis parceiros

Associações de Moradores . Escolas . ONGs . Procon . Secretarias Municipais (Educação e Cultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Planejamento, Fazenda) . Universidades.

Possíveis fontes de financiamento

Ampla . Coca Cola Company . Concessionária Rio-Teresópolis (CRT) . FNMA . Fundação Bradesco . Fundação O Boticário de Proteção da Natureza.

ESPORTE E LAZER



O Ginásio Poliesportivo, em Bananal, também é utilizado para shows e eventos

O conceito de qualidade de vida, embora subjetivo, independentemente da nação, cultura ou época, relaciona-se a bem-estar psicológico, boas condições físicas, integração social e funcionalidade.

O esporte e o lazer são fatores de desenvolvimento local pelos benefícios que proporcionam à saúde física e mental dos seres humanos e pela oportunidade que oferecem de desenvolvimento individual e convivência social. São atividades reconhecidas pelas Nações Unidas como direitos humanos e, portanto, devem ser promovidas em todo o mundo.

Atividades esportivas são uma ferramenta de baixo custo e alto impacto nos esforços de desenvolvimento, educação e combate à violência em várias sociedades, e o lazer é fundamental para a qualidade de vida dos indivíduos.

Ambos têm o poder de atrair e mobilizar a juventude, promovendo a inclusão e a cidadania, valores como respeito ao outro e à natureza, aceitação de regras, trabalho de equipe e boa convivência social. Além disso, atividades de esporte e lazer geram empregos e renda.

Em Guapimirim, apesar da percepção do grupo sobre a *falta de atividades de lazer e esportivas*, existem iniciativas pontuais da Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer, como, por exemplo, a participação de oito a dez clubes municipais nas competições anuais interestaduais, como o Jari – Jogos Abertos do Interior e das Olimpíadas da Baixada.

Também há o Kartódromo Internacional de Guapimirim, onde são realizadas a Copa Guapimirim de *Kart* e outras competições.

A cidade possui cenários perfeitos para a prática de esportes, como *mountain bike*, ciclismo, rapel, escalada, enduro com motos e *trekking*.

PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

● Difusão das atividades esportivas

■ Estudos técnicos

1. Realizar um diagnóstico das ações esportivas existentes, para promover a extensão destas a todos os bairros.

■ Infraestrutura

2. Construir áreas de esporte e lazer, equipadas e disponíveis para toda a população.

Possíveis parceiros

Associações de Moradores . Câmara Municipal . CBB . CBF . CBV . COB . Empresas associadas ao Comperj . Escolas . Ministério de Esportes . Oi Futuro . Prefeitura Municipal . Secretaria de Estado de Esporte e Lazer . Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer. Suderj.

Possíveis fontes de financiamento

Ashoka . Eletrobras . Embaixada do Canadá . Empresas associadas ao Comperj . Ministério de Esportes . Oi Futuro . Unicef.





4

Ordem Econômica

GERAÇÃO DE TRABALHO, RENDA E INCLUSÃO SOCIAL

As mudanças climáticas e seus impactos, e a degradação do meio ambiente em geral, têm implicações significativas para o desenvolvimento econômico e social, para os padrões de produção e de consumo e, portanto, para a criação de empregos e geração de renda.

Ao contrário do que muitos afirmam, a transição para a sustentabilidade pode aumentar a oferta de emprego e a geração de renda. A relação direta entre o mundo do trabalho e o meio ambiente constitui a essência dos chamados empregos verdes – trabalhos e atividades que contribuem para a preservação ou restauração da qualidade ambiental, com remuneração adequada, condições de trabalho seguras e respeito aos direitos dos trabalhadores.

Os empregos verdes podem ser o caminho para enfrentar tanto a degradação ambiental, reduzindo os impactos da atividade econômica, quanto o desafio social representado por 1,3 bilhão de pessoas no mundo em situação de pobreza. Eles podem beneficiar trabalhadores com diferentes níveis de qualificação e são encontrados em uma ampla gama de setores da economia, tais como os de fornecimento de energia, reciclagem, agrícola, construção civil e transportes.

Levantamento da Organização Internacional do Trabalho (OIT) aponta que, em 2008, o Brasil tinha aproximadamente 2,6 milhões de empregos verdes – o que representava 6,73% do total de postos formais de trabalho – e que a oferta desse tipo de emprego no País vem crescendo a uma taxa anual de cerca de 2%.

Princípios dos Empreendimentos Sustentáveis

- Substituem itens produzidos nacional ou internacionalmente por produtos criados local e regionalmente;
- Assumem responsabilidade por seus efeitos no mundo natural;
- Não exigem fontes exóticas de capital para se desenvolver e crescer;
- Empenham-se em processos de produção humanos, dignos e intrinsecamente satisfatórios;
- Criam objetos duráveis e de utilidade em longo prazo, cujo uso ou disposição final não prejudicarão as futuras gerações;
- Transformam seus consumidores em clientes por meio da educação.

(Paul Hawken)

A economia de Guapimirim, no período 2002-2007, correspondia a 0,31% do PIB da Região Metropolitana⁴ e a 3,96% do PIB dos municípios que fazem parte da Região de Influência Direta do Comperj⁵.

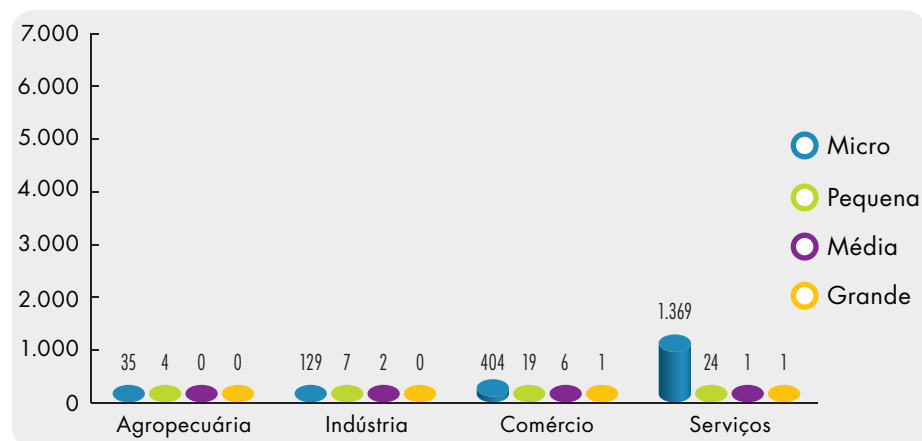
Guapimirim é um dos 87 municípios do Estado do Rio de Janeiro que recebem *royalties* pela exploração e produção de petróleo – a arrecadação anual do município com o repasse destes recursos é de R\$ 26 milhões.

O perfil do setor produtivo do município se encontra no Gráfico 6. Em todos os setores da economia, o porte predominante de estabelecimento é de microempresa.

4 IBGE, em parceria com órgãos estaduais de estatística (Fundação Cide), Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

5 IBGE, em parceria com órgãos estaduais de estatística (Fundação Cide), Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

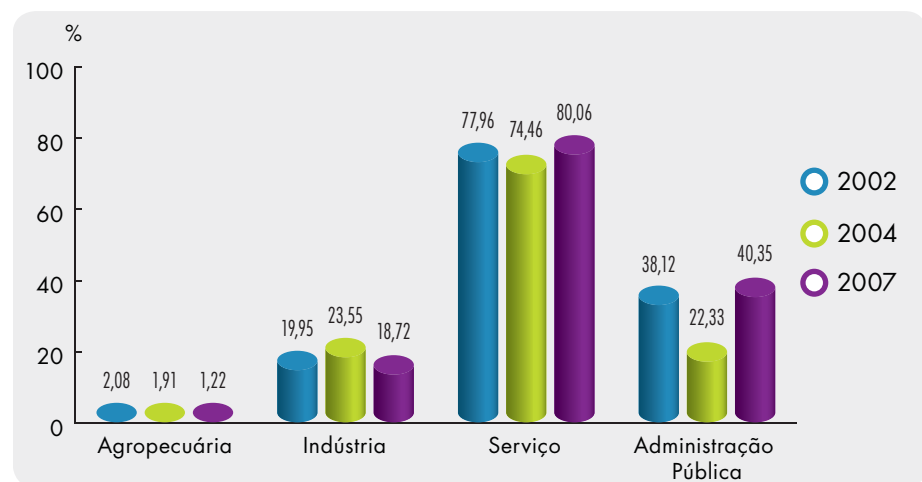
Gráfico 6: Número de estabelecimentos por setor conforme tamanho



Fonte: SEBRAE, base de dados RAIS/ESTAB 2007

Entre 2002 e 2007, o setor de serviços foi responsável por 80% da renda gerada no município (Gráfico 7). Os demais setores mantiveram suas participações relativas inalteradas. A administração pública, que representa uma parcela do setor de serviços, perdeu participação relativa na economia – a queda foi de 16% em 2004. Em 2007, ficou em 40,35%. A participação da agropecuária permaneceu pequena (em torno de 2%).

Gráfico 7: Participação relativa dos setores no PIB do município em 2002, 2004 e 2007

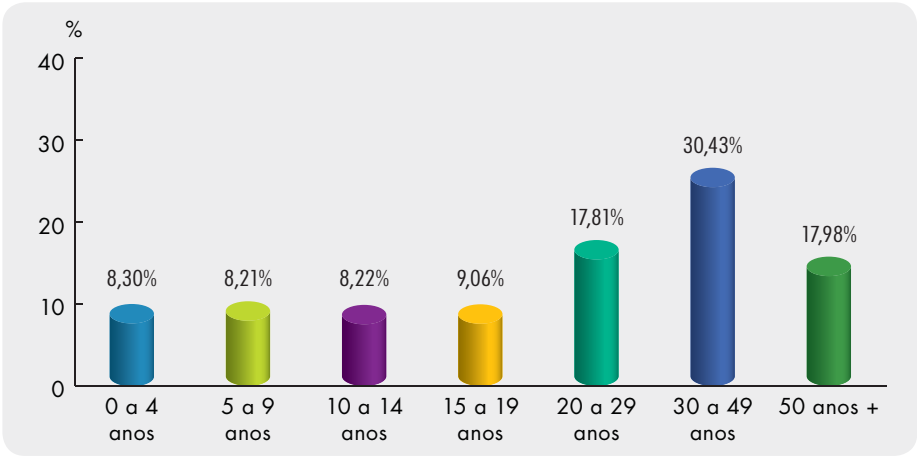


Fonte: IBGE 2008.

Royalties – Uma das compensações financeiras relacionadas às atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural que as companhias petrolíferas pagam aos estados e municípios produtores. A legislação prevê regras diferentes para a distribuição dos *royalties* em função da localização do campo produtor, se em terra ou no mar.

A população estimada em 2007 era de cerca de 44.600 habitantes, sendo que 67,4% residiam na área urbana e 32,6%, na área rural⁶. A maior parcela dessa população tem idade acima de 15 anos (Gráfico 8).

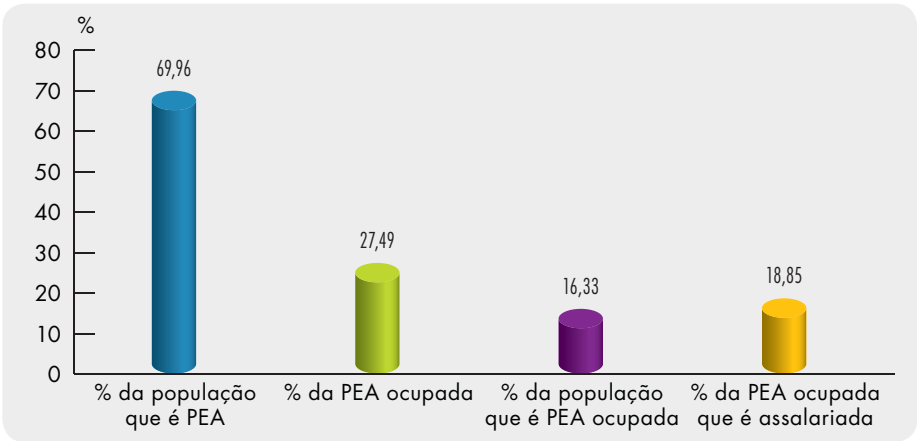
Gráfico 8 – Percentual da população segundo faixa etária em 2007



Fonte: Fundação Cide. Anuário Estatístico 2008.

Considerando-se a idade estimada para a População Economicamente Ativa, a PEA do município de Guapimirim, em 2007, correspondia a 69,9% da população, apenas 27,49% ocupada com carteira assinada. Os dados mostram ainda que quase 19% era assalariada (Gráfico 9).

Gráfico 9: População Economicamente Ativa em 2007

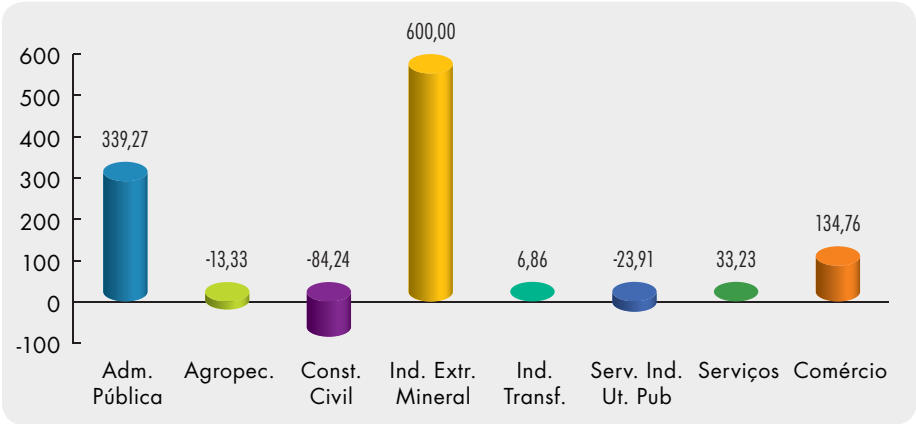


Fonte: IBGE, Estatísticas do Cadastro Central de Empresa.

6 IBGE e Sebrae, base de dados Rais/2007.

No período 2003-2007, o salário médio da população empregada em Guapimirim foi de R\$ 418,19⁷. Este valor correspondia a 1,42 salários mínimos⁸. O Gráfico 10 apresenta as taxas de variação de emprego com carteira assinada.

Gráfico 10: Taxa de variação de emprego com carteira assinada por setor de atividade entre os anos de 2001 e 2008



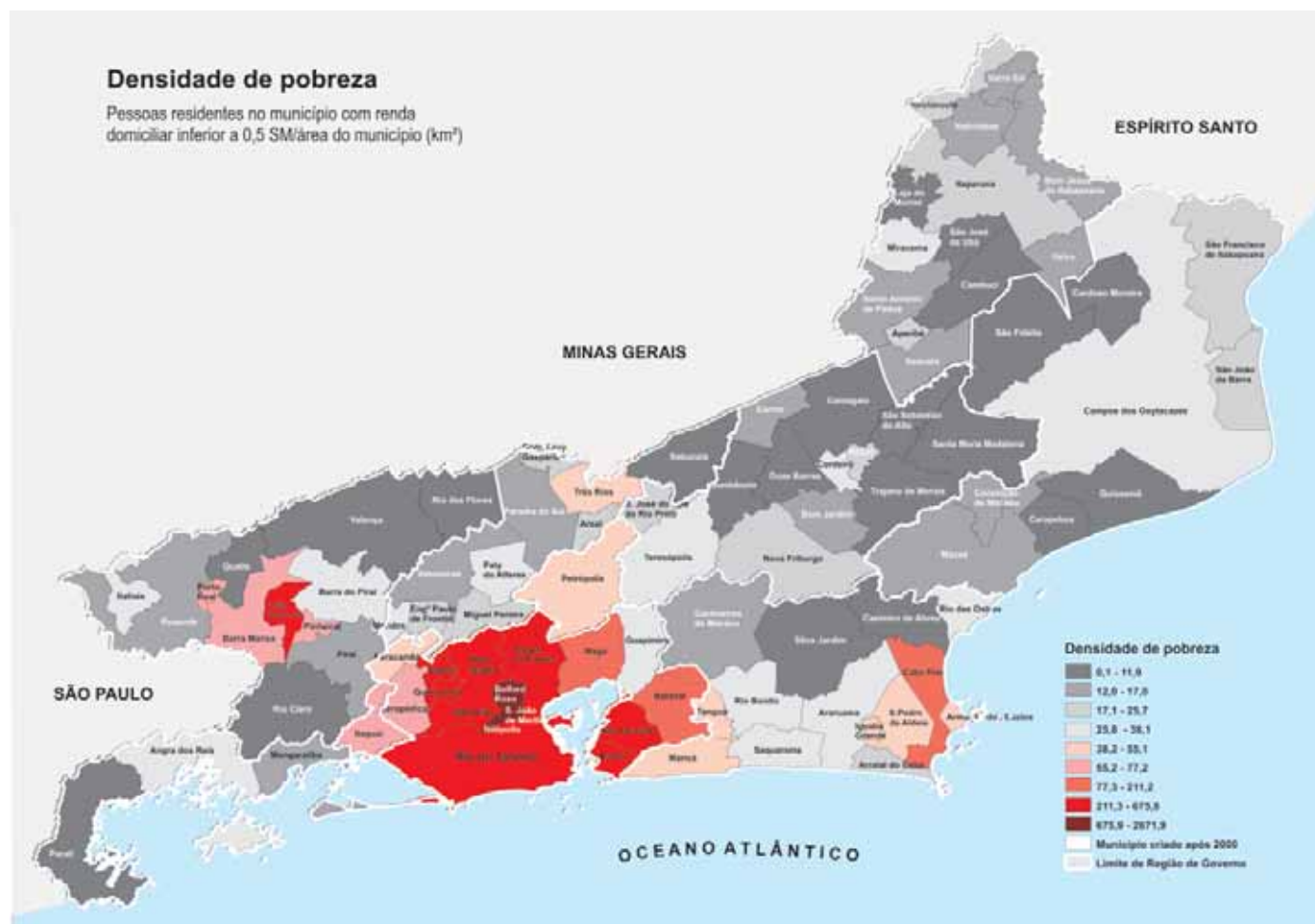
Fonte: IBGE 2009.

Esses dados ratificam a preocupação manifestada pelos participantes do grupo de Guapimirim com o desemprego, a pobreza e a desigualdade social no município. Segundo dados da Fundação Cide, no período 2002-2007 a taxa de crescimento do PIB *per capita* de Guapimirim foi de 48,3%, contra 57,07% do alcançado pela Região Metropolitana. No município, em 2002 o PIB *per capita* era R\$ 5.209 e em 2007 chegou a R\$ 7.726. Esses dados sugerem que a economia do município está em processo de crescimento econômico.

Todavia, o processo de crescimento de Guapimirim indicado pelos resultados do PIB *per capita* não parece tão robusto quando contrastado com os indicadores do mercado de trabalho.

7 Corresponde à média aritmética dos salários das 20 ocupações que mais empregaram no período 2003-2007.
8 Valor obtido da média aritmética dos salários mínimos do período 2003-2007.

Mapa 7: Densidade de pobreza no Estado do Rio de Janeiro



Fonte: Estratégias de ação para a conservação da biodiversidade no Estado do Rio de Janeiro (2009), in Anuário Estatístico do Rio de Janeiro, Fundação Ceperj (<http://www.ceperj.rj.gov.br/>).

Em Guapimirim, a preocupação da comunidade com o *emprego de hoje e do futuro, com a devida capacitação*, foi expressiva. O grupo afirmou que o *emprego é difícil e os salários são baixos*.

Esta preocupação é corroborada pelos dados do Relatório dos Objetivos do Milênio⁹, que aponta que a taxa de desemprego estimada de Guapimirim é alta, tendo atingido 12,3% em 2006, ultrapassando a média do Estado do Rio de Janeiro, que foi de 11,8%¹⁰.

9 Fonte: ONU-Habitat, Petrobras e Universidade Federal Fluminense (UFF). Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, Guapimirim, ano de 2007 – Relatório de Acompanhamento, p. 27. Rio de Janeiro, 2008.

10 Complementando a informação, no mesmo estudo, segundo a estimativa realizada, ao longo do período 2000-2006, a taxa de desemprego no município de Guapimirim reduziu-se em 5,6 pontos percentuais.

No que se refere ao valor do salário local, o mesmo estudo, em 2006, mostra que a remuneração média mensal da mão de obra formal empregada no município foi de R\$ 662, bem mais baixa que a média do Estado do Rio de Janeiro (R\$ 1.330,00) e que a do Brasil (R\$ 1.170,00).

O Relatório de Guapimirim do Estudo dos Objetivos do Milênio de 2006 indicava a presença de 383 pequenas e médias empresas entre as quatro cadeias produtivas selecionadas para a pesquisa, sendo que a maior concentração de empregos estava no setor da Agroindústria, seguida pelo setor da Construção¹¹.

Tabela 4: Concentração da oferta de empregos por setor no município

Agroindustrial	57,1%
Químico–petroquímica	17,5% (aproximadamente)
Metal-mecânica	3% (aproximadamente)
Construção	22,4%

Fonte: ONU-Habitat, Petrobras e Universidade Federal Fluminense (UFF). Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, Guapimirim, ano de 2007 – Relatório de Acompanhamento, p. 27 e 28. Rio de Janeiro, 2008.

O grupo ressalta que, para que Guapimirim possa gerar mais empregos para os munícipes, *faltam cursos e informações para capacitação e qualificação técnica da população , inclusive para atender às, necessidades dos futuros empreendimentos que serão atraídos para a região pelo Comperj.*

A implantação do complexo petroquímico é um fator de atração de novos negócios para Guapimirim. Segundo o estudo Firjan¹² de Potencial de Desenvolvimento Produtivo do Comperj, a Região de Influência Direta deve captar cerca de 50% dos investimentos voltados para a indústria de materiais plásticos. Destes, 7,5% estão previstos para o município.

¹¹As cadeias produtivas citadas foram responsáveis pela geração de 469 empregos em Guapimirim, em 2006.

¹² Fonte: Comperj, Potencial de Desenvolvimento Produtivo – Estudos para o Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, nº 1, Firjan/Fundação Getulio Vargas, p. 23. Maio de 2008. Segundo este estudo, o cenário conservador para o surgimento de indústrias do setor plástico na região ampliada é de 362 empresas e de 724 no Cenário Otimista; considerando que as estimativas apresentadas são de que mais de 90% dessas indústrias corresponderão a micro ou pequenas empresas (até 99 empregados), o impacto em termos de efeito renda será bastante significativo. Para Guapimirim, por exemplo, o impacto destes investimentos pode chegar em 2015 a levar o PIB do município a alcançar percentuais da ordem de 29% (p. 5).

Independentemente da construção do Comperj, a percepção do grupo é que, além de *faltar participação e envolvimento do poder público, faltam programas mais estruturantes, voltados à geração de trabalho e renda no município.*

No que se refere ao fortalecimento de processos produtivos locais a partir da reciclagem e da ideia de sustentabilidade, os participantes informaram que existem no município *grupos de catadores de material para reciclagem* e também o *sindicato rural*, porém *não estão organizados.*

O grupo se queixou ainda da *falta de políticas de apoio ao fortalecimento dos sindicatos*, para que haja maior protagonismo dos trabalhadores em Guapimirim.

PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

● Elaboração de políticas públicas para geração de emprego e renda

■ Gestão pública

1. Assegurar o acesso da população às demandas de emprego que surgirão a partir da instalação do Comperj.

■ Fiscalização

2. Monitorar a população desempregada que chegará ao município, atraída pela instalação do Comperj e empresas associadas, por meio de programas de qualificação e inserção no mercado de trabalho.

■ Infraestrutura

3. Criar um banco de dados com a disponibilidade de profissionais locais, nas suas mais variadas habilidades, e oportunidades de empregos.

■ Articulação

4. Realizar parcerias com as empresas da cadeia produtiva do Comperj para a utilização e atualização do banco de dados.
5. Realizar parcerias com o poder público, visando à contratação de jovens aprendizes.

■ Capacitação

6. Estimular a oferta e manutenção de cursos de capacitação e profissionalização, através do Prominp.

● Incentivo à capacitação profissional

■ Gestão pública

1. Criar incentivos fiscais para atrair novas empresas, adequadas às normas socioambientais do município.
2. Assegurar transporte gratuito para a população a ser capacitada.
3. Implantar núcleos de capacitação profissional, com vocações diversificadas nos horários ociosos das unidades educacionais existentes.

■ Articulação

4. Articular com a cadeia produtiva do Comperj a realização de parcerias para a capacitação e empregabilidade dos profissionais de Guapimirim.
5. Firmar convênios e parcerias com o Sistema Firjan, universidades e outras instituições, para desenvolver programas e projetos que viabilizem a capacitação profissional da população.

■ Infraestrutura

6. Reativar os espaços existentes (Cenec, Wartighton e Curtume Carioca), para atender às demandas locais de capacitação e ocupação do tempo.

■ Planejamento

7. Identificar as demandas por capacitação e atualização profissional no município.

■ Capacitação

8. Realizar programas de capacitação, com complementação pedagógica para os jovens.
9. Estimular a criação de cursos técnicos profissionalizantes, visando atender às demandas do Comperj.

Possíveis parceiros

Câmara Municipal . Empresas associadas ao Comperj . Faetec . Firjan . Ministérios (Trabalho e Emprego, Educação) . ONGs . Prefeitura Municipal . Sebrae . Secretarias Estaduais (Educação Trabalho e Renda) . Secretarias Municipais (Educação, Promoção Social) . Senac . Universidades.

Possíveis fontes de financiamento

Banco do Brasil . BNDES . Caixa Econômica Federal . Empresas associadas ao Comperj . FAT . Planfor . Proger.

AGRICULTURA



Os participantes do Fórum acreditam que Guapimirim pode aproveitar melhor sua vocação agrícola

Permacultura – É uma síntese das práticas agrícolas tradicionais com ideias inovadoras. Unindo o conhecimento secular às descobertas da ciência moderna, proporciona o desenvolvimento integrado da propriedade rural de forma viável e segura para o agricultor familiar. O projeto permacultural envolve o planejamento, a implantação e a manutenção conscientes de ecossistemas produtivos que tenham a diversidade, a estabilidade e a resistência dos ecossistemas naturais. Ele resulta na integração harmoniosa entre as pessoas e a paisagem, provendo alimentação, energia e habitação, entre outras necessidades materiais e não materiais, de forma sustentável.

A Agenda 21, em seu Capítulo 32, afirma que a agricultura ocupa um terço da superfície da Terra e constitui a atividade central de grande parte da população mundial. Segundo o documento, as atividades rurais ocorrem em contato estreito com a natureza – a que agregam valor com a produção de recursos renováveis –, ao mesmo tempo em que a tornam vulnerável à exploração excessiva e ao manejo inadequado.

A agricultura é sustentável quando é ecologicamente equilibrada, economicamente viável, socialmente justa, culturalmente apropriada e orientada por um enfoque holístico. Este modelo de agricultura respeita a diversidade e a independência, utiliza os conhecimentos da ciência moderna para se desenvolver e não marginaliza o conhecimento tradicional acumulado ao longo dos séculos por grandes contingentes de pequenos agricultores em todo o mundo.

Um modelo sustentável de agricultura produz alimentos saudáveis para os consumidores e os animais, não prejudica o meio ambiente, é justo com seus trabalhadores, respeita os animais, provê sustento digno aos agricultores e apoia e melhora as comunidades rurais. Além disso, deve manter nossa capacidade futura de produzir alimentos, distribuindo-os com justiça, mantendo a qualidade do meio ambiente e preservando a diversidade cultural e biológica das variedades tradicionais de plantas cultiváveis.

Em Guapimirim, dados relativos à agricultura¹³ e à agropecuária mostram que, embora os setores ocupem grande extensão territorial, sua participação no PIB do município é de apenas 2% (Gráfico 7)¹⁴.

Os integrantes da Agenda 21 Local informaram que houve expressiva *migração do campo para a cidade, em função das poucas oportunidades na área rural*, que, segundo eles, está *em processo de desvalorização*.

As principais preocupações relacionadas ao setor agrícola são *a falta de atuação direta dos órgãos competentes para auxiliar no fortalecimento dos agricultores (familiar ou extensiva), a falta de incentivos ao pequeno produtor e a inexistência de incentivos financeiros (Banco da Terra) para os agricultores de baixa renda*.

¹³ Segundo dados da Fundação Cide, em 2003, no setor primário predominavam as culturas do aipim e da banana.

¹⁴ Dados mais recentes, da Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro (Cide), 2003, acessados em 10 de fevereiro de 2010 na url <http://www.cide.rj.gov.br/Cidinho/municipio/guapimirim.pdf>, informam que esta participação era de 1,98%.

Outra questão apontada pelo grupo foi o fato de ser comum, *dentro das comunidades, a falta de integração entre os programas desenvolvidos pelos órgãos federal, estadual (principalmente Emater) e municipal.*

Entretanto, os participantes assinalam que em Guapimirim não só as *riquezas naturais* precisam ser *aproveitadas para melhorar a geração e distribuição de renda no campo*, mas também os *recursos humanos na área rural estão prontos* e precisam ser *capacitados e empregados*.

Com referência ao comprometimento do município com o desenvolvimento sustentável, há preocupação com a *utilização incorreta dos agrotóxicos* e com a *falta de iniciativa dos órgãos competentes para estimular a aptidão agrícola por meio de programas de manejo adequado da terra e de práticas de agricultura sustentável*, tanto *orgânica* quanto *tradicional*. Uma sugestão oferecida pelo grupo foi a de *trabalhar com a tecnologia da permacultura*.

O grupo informou sobre um projeto público nesta área, *a horta comunitária, envolvendo crianças, jovens e pessoas da terceira idade, coordenado pela Secretaria de Ação Social*. Ressaltou também que a *grande extensão territorial* pode *propiciar as atividades agrícolas sustentáveis* e preservar áreas *agrícolas (sistemas agroflorestais)*.

O município está investindo em agricultura orgânica e já recebeu 30 hortas do projeto Pais, financiado pelo Banco do Brasil e Petrobras. Destas, 17 já foram implantadas e estão com boa produção. O convênio com a Emater irá trazer nova visão para os produtores rurais.

A banana em cacho, a mandioca e a cana-de-açúcar foram os principais produtos agrícolas das lavouras de Guapimirim em 2008, com uma produção de 1.940, 1.710 e 1.250 toneladas, respectivamente. As áreas plantadas chegaram a 210 hectares, no caso da banana, com rendimento médio de 9.238 kg/ha; a 90 hectares de mandioca, com 19 mil kg/ha; e a 25 hectares, com 50 mil kg/ha. O município cultivava ainda batata-doce (405 t), goiaba (367 t), coco-da-baía (735 mil frutos) e borracha/látex coagulado (4 t).

A pecuária destacou-se, ainda em 2008, na criação de bovinos (18.500 cabeças), aves (13.750 cabeças), suínos (2.900 cabeças), equinos (1.600 cabeças), codornas (4.650 cabeças) e vacas ordenhadas (3.400 cabeças). Guapimirim também tem criação de caprinos, muares e bubalinos, entre outros, além de produzir leite (3.833 mil litros), ovos de galinha (27 mil dúzias), ovos de codorna (91 mil dúzias) e mel de abelha (750 quilos). Os dados são do IBGE/2010.

Outra fonte de emprego e renda é a catação de caranguejo.

Sistema agroflorestal – Forma de uso da terra na qual se combinam espécies arbóreas lenhosas (frutíferas e/ou madeiras) com cultivos agrícolas e/ou animais, de forma simultânea ou em sequência temporal, e que interagem econômica e ecologicamente. Tem como objetivo otimizar a produção com o uso mais eficiente dos recursos (solo, água, luz etc.), a diversificação da produção e a interação positiva entre os componentes. Sistemas agroflorestais fazem parte das diretrizes centrais de desenvolvimento rural sustentável e podem ser implantados em áreas alteradas por atividades agrícolas malsucedidas, contribuindo para reduzir o desmatamento de novas áreas de floresta

(Fonte: Embrapa).



Na pecuária do município destaca-se a criação de bovinos.

PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

● Estímulo ao desenvolvimento econômico rural

■ Gestão pública

1. Criar o Conselho Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
2. Cobrar da Emater a reativação de seu escritório no município.
3. Executar as propostas elaboradas no Plano Local de Desenvolvimento Sustentável para a agricultura e pecuária.

■ Planejamento

4. Criar uma Câmara Técnica no Fórum da Agenda 21 Local voltada para o Desenvolvimento Rural.
5. Promover o associativismo, a formação de cooperativas e o empreendedorismo no meio rural.

■ Articulação

6. Buscar o apoio da Emater e Embrapa para assessorar os produtores rurais locais.
7. Estabelecer termos de cooperação técnica com a Emater.

● Promoção da agricultura familiar

■ Gestão pública

1. Cobrar o subsídio de projetos estratégicos para o fortalecimento da agricultura familiar.
2. Promover a regularização fundiária, para a obtenção de recursos disponíveis, através do Pronaf e outros incentivos.

■ Capacitação

3. Realizar a capacitação dos produtores rurais, por meio da elaboração de projetos sustentáveis.
4. Ampliar a oferta de cursos profissionalizantes para o trabalhador rural.
5. Oferecer cursos de capacitação e reciclagem aos produtores rurais, para agregar valor à produção local.

■ Comunicação

6. Informar as famílias rurais sobre o aproveitamento produtivo a partir do manejo sustentável dos recursos naturais.
7. Informar os produtores quanto ao uso nocivo de agrotóxicos.
8. Solicitar maior divulgação dos projetos existentes.

● Desenvolvimento de sistemas agroflorestais

■ Planejamento

1. Criar cooperativas de trabalhadores rurais, bem como as respectivas associações, para desenvolver mecanismos que promovam o manejo sustentável das áreas agricultáveis.

■ Articulação

2. Articular o apoio e a assessoria técnica das instituições de pesquisa, universidades, Emater e Embrapa para dar apoio aos produtores rurais.

■ Capacitação

3. Realizar a capacitação dos produtores rurais, agricultores familiares e sitiantes sobre os benefícios gerados a partir da implementação dos sistemas agroflorestais.

■ Comunicação

4. Divulgar novas metodologias de desenvolvimento rural sustentável.
5. Divulgar a utilização de metodologias bem-sucedidas para a implementação de projetos rurais sustentáveis.

■ Infraestrutura

6. Ativar o Mercado Modelo do município, para facilitar o escoamento da produção agroecológica e de artesanato.

● Bases para o fortalecimento da pesca

■ Planejamento

1. Cadastrar os pescadores do município, visando desenvolver estratégias para fortalecer o comércio do pescado.
2. Incentivar a prática da criação de camarão.

■ Elaboração de projetos

3. Elaborar projetos que permitam aos criadores de peixes uma produção satisfatória para a comercialização.

■ Comunicação

4. Divulgar técnicas de manejo sustentável e controle do *catfish* (espécie invasora).
5. Divulgar as práticas e as técnicas de aquicultura para a população.

Possíveis parceiros

Cartórios . Colônia de Pescadores Z-8 . Emater . Embrapa . Incra . Marinha do Brasil . Ministérios (Meio Ambiente, Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Desenvolvimento Agrário, Aquicultura e Pesca) . ONGs . Prefeitura Municipal . Seappa . Secretarias Municipais (Fazenda, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Agricultura, Turismo) . Sindicato dos Trabalhadores Rurais . Sindicato Rural . Universidades.

Possíveis fontes de financiamento

Banco do Brasil . BNDES . Caixa Econômica Federal . CT Agro . Fecam . Fiperj . FNMA . Fundo Nacional da Pesca . LOA . Pais . Pronaf.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Em seu Capítulo 30, a Agenda 21 reconhece que a prosperidade constante, objetivo fundamental do processo de desenvolvimento, resulta principalmente das atividades do comércio e da indústria. Mas alerta que o setor econômico deve reconhecer a gestão do meio ambiente como uma de suas mais altas prioridades. Não é possível ter uma economia ou uma sociedade saudável num mundo com tanta pobreza e degradação ambiental. O desenvolvimento econômico não pode parar, mas precisa mudar de rumo para se tornar menos destrutivo.

As políticas e operações empresariais podem desempenhar um papel importante na redução do impacto sobre o uso dos recursos e o meio ambiente por meio de processos de produção mais eficientes, estratégias preventivas, tecnologias e procedimentos mais limpos de produção ao longo do ciclo de vida de um produto. É necessário estimular a inventividade, a competitividade e as iniciativas voluntárias para estimular opções mais variadas e efetivas.

A competitividade também exige das indústrias e do comércio a adequação a esta tendência, o que está propiciando o surgimento de produtos e serviços ambientais que visam à diminuição dos danos ao meio ambiente.

A contribuição deste setor para o desenvolvimento sustentável pode aumentar à medida que os preços de bens e serviços reflitam cada vez mais os custos ambientais de seus insumos, produção, uso, reciclagem e eliminação, segundo as condições de cada local.

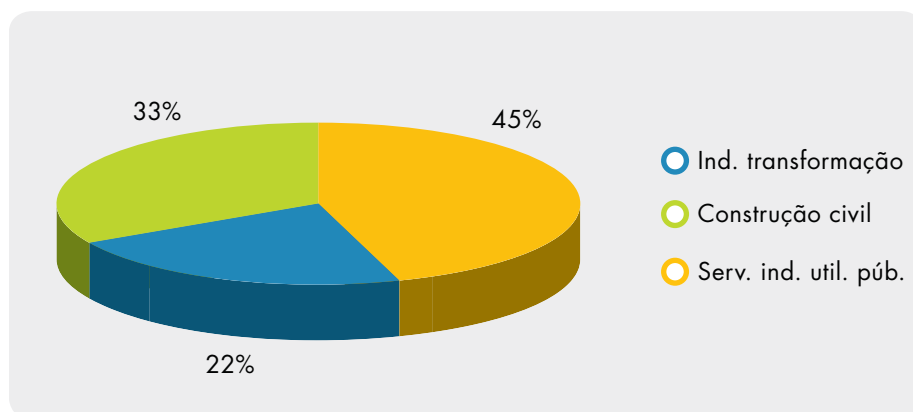
Em Guapimirim, a indústria e o comércio representavam, em 2004, respectivamente, 24% e 3% da atividade econômica do município, totalizando 27% do seu PIB.

Na indústria, a maior participação era dos serviços industriais de utilidade pública, com 45%. A indústria da construção civil respondia por 33%, e a indústria de transformação, por 22% (Gráfico 11).

Em 2003, segundo dados da Fundação Cide, o PIB municipal concentrava-se na área do comércio e serviços (68,58%), seguindo-se a indústria (29,47%) e a agropecuária (1,95%). O município participava com 0,09% do PIB estadual e com 0,13% do PIB da Região Metropolitana¹⁵.

15 Fonte: Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro (Cide), 2003, acessado em 10 de fevereiro de 2010 na url <http://www.cide.rj.gov.br/CIDINHO/municipio/guapimirim.pdf>.

Gráfico 11: Percentual de participação dos setores da indústria em 2004

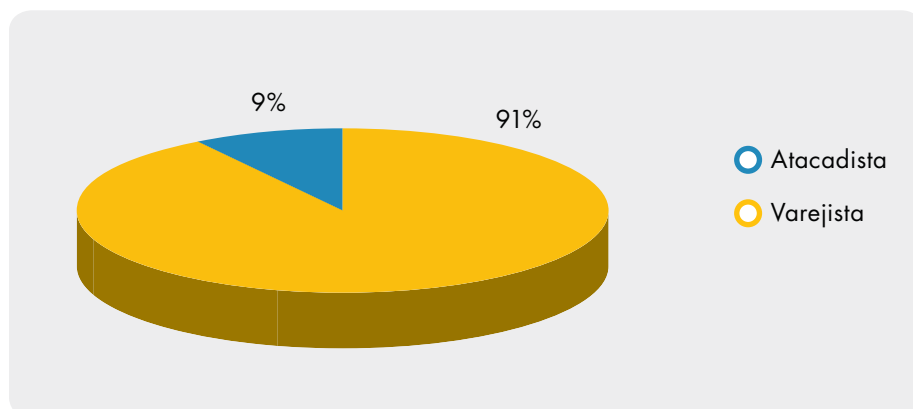


Fonte: Anuário estatístico do Rio de Janeiro, 2006 – Cide.

Na indústria de transformação, destaca-se a de papel e papelão, com 70% de participação. No setor terciário, a atividade mais forte era a de prestação de serviços, seguida do comércio varejista e do transporte.

O comércio, por sua vez, era dominado pelo segmento varejista, que representava 91% do setor (Gráfico 12).

Gráfico 12: Percentual de participação dos setores do comércio em 2004



Fonte: Anuário Estatístico do Rio de Janeiro, 2006 – Cide.

Segundo os representantes da Agenda 21 Local, o que caracteriza a indústria e o comércio de Guapimirim é a *falta de oportunidades de trabalho, somada à baixa mobilidade social*. O município tem a *Associação de Comércio, Indústria e Agropecuária de Guapimirim (Aciag)*.

Eles também mencionaram a produção de *artesanato* local, como, por exemplo, a *proveniente do projeto Maquetando, que trabalha com corte e costura*,



Comércio no centro da cidade

bolsas e retalhos. O grupo ressaltou ainda o potencial que o artesanato tem para a formação de cooperativas e para a inclusão social incluindo mulheres, idosos e jovens.

A realidade industrial da região deverá ser alterada devido à instalação do Comperj. O valor adicionado a ser gerado pelos empreendimentos durante a fase de operação do Complexo Petroquímico, com relação ao PIB do município, está na Tabela 5.

Tabela 5: Projeções para a relação entre Valor Adicionado e PIB a partir da instalação do Complexo Petroquímico

Valor Adicionado / PIB (2015)		
Município	Cenário Conservador	Cenário Otimista
Guapimirim	13,22%	26,44%
Rio de Janeiro	0,02%	0,05%

Fonte: Fundação Getulio Vargas (2008).

PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

● Fortalecimento do comércio local

■ Gestão pública

1. Legalizar os empreendimentos comerciais existentes.
2. Ampliar os programas de microcrédito para os pequenos empreendedores locais.

■ Planejamento

3. Criar cooperativas e associações de produção.
4. Criar um espaço virtual para a comercialização dos produtos locais.

■ Capacitação

5. Realizar cursos de capacitação voltados para o cooperativismo e associativismo na região.

■ Comunicação

6. Informar os empreendedores locais sobre as vantagens da formalização de seu negócio.

● Incentivo ao artesanato local

■ Estudo técnico

1. Realizar um levantamento do potencial artesanal existente no município (ex.: fibras naturais).

■ Articulação

2. Realizar parcerias com instituições de ensino e pesquisa para agregar valor à produção local.

■ Capacitação

3. Realizar cursos de capacitação para os profissionais artesãos.

■ Infraestrutura

4. Utilizar o espaço do Mercado Modelo para a comercialização do artesanato local.

■ Planejamento

5. Utilizar os produtos reciclados e reaproveitados como matéria-prima na confecção de peças de artesanato.
6. Criar cooperativas de artesãos, fornecendo infraestrutura adequada para a produção de suas peças.

■ Comunicação

7. Promover a divulgação do artesanato criado no município.

Possíveis parceiros

Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Guapimirim (Aciag) . Empresas associadas ao Comperj . Ibama . Inea . Ministérios (Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Trabalho e Emprego) . ONGs . Prefeitura Municipal . SEA . Seappa . Sebrae . Secretaria Municipal de Agricultura . Senac . Senai . Sesc . Sesi . Universidades.

Possíveis fontes de financiamento

BNDES . Empresas associadas ao Comperj . FAT . Febracoop . Fecam . Firjan . Senac . Senai . Sesc . Sesi.

TURISMO

O turismo está entre as atividades econômicas que mais dependem da conservação e valorização do meio ambiente natural e construído, especialmente para os destinos cujo destaque são os atrativos relacionados à cultura e às belezas naturais. É considerado sustentável quando consegue alcançar os resultados econômicos desejados respeitando o meio ambiente e o desenvolvimento das comunidades locais.

Os turistas, cada vez mais, favorecem empreendimentos que minimizam a poluição, o desperdício, o uso de energia, de água e de produtos químicos tóxicos. Visitantes satisfeitos, que levam consigo novos conhecimentos e recomendam aos amigos que tenham a mesma experiência, são a garantia de sucesso de um destino turístico.

Um ambiente saudável e preservado, no qual há respeito pela diversidade humana, natural e cultural é o ideal para a prática sustentável do turismo. Se essas condições não são asseguradas, o destino começa a declinar e deixa de gerar os benefícios a que se propõe.

O desenvolvimento do turismo sustentável deve respeitar a legislação vigente, garantir os direitos das populações locais, conservar o ambiente natural e sua biodiversidade, considerar o patrimônio cultural e os valores locais, e estimular o desenvolvimento social e econômico dos destinos turísticos.

Negócios turísticos sustentáveis empregam e capacitam a população local, compram produtos da região e usam serviços também locais. Cooperam com a manutenção de habitats naturais, sítios históricos e lugares que se destacam pela beleza da paisagem.



Vestígios do antigo calçamento da Estrada Real

Guapimirim conta com as seguintes atrações com potencial turístico:

- Capela de Nossa Senhora da Conceição – construção de 1713, localizada em uma pequena ilha no Parque Nacional da Serra dos Órgãos;
- Museu Von Martius – instalado na casa-sede da antiga Fazenda Barreiras, dentro do Parque Nacional de Serra dos Órgãos, em homenagem ao botânico alemão que chegou ao Brasil em 1817 e ali se hospedou após percorrer diversos estados brasileiros;
- Parque Nacional da Serra dos Órgãos – ocupa uma área de 10 mil hectares entre as terras de Petrópolis, Magé, Guapimirim e Teresópolis. Permite a prática de alpinismo, excursionismo e caminhadas ecológicas durante todo o ano, dispondo de infraestrutura de abrigos;
- Cachoeira do Soberbo – um salto de 4 m de altura, onde as águas caem por entre duas enormes rochas, formando uma piscina natural com 12 m de diâmetro;

- Quedas d'água – também no Rio Soberbo, há locais para banhos, saltos, piqueniques e acampamento, com piscina natural. Destacam-se as ruínas da antiga ferrovia que ligava Magé a Teresópolis, construída nos anos do Império;
- Vale das Pedrinhas – sítio arqueológico formado por sambaquis de 3 mil anos;
- Pantanal Fluminense – localizado no Vale das Pedrinhas, tem 14.340 hectares com alto índice de biodiversidade animal, onde vivem jacarés-de-papo-amarelo, 171 espécies de aves, 15 espécies de peixes, mamíferos e répteis;
- Parque da Serra da Caneca Fina – área cercada de cachoeiras;
- Parque Estadual dos Três Picos – Seus mananciais abastecem a Região Serrana e o Grande Rio¹⁶;
- Centro de Primatologia;
- Seringal de Guapimirim.

Na avaliação dos integrantes da Agenda 21 Local, *o município tem recursos naturais de riqueza inestimável que, com projetos bem elaborados nas áreas de turismo, por exemplo, oferecem possibilidades de atrair recursos financeiros nacionais, como do BNDES, ou internacionais, como do BID e WWF, e assim abrir o leque de oportunidades de trabalho para a população em distintas vertentes.*

Foi ressaltada a *riqueza natural de Guapimirim e sua consequente vocação para o ecoturismo, para o turismo rural na área do Parnaso e para o turismo de aventura. Segundo o grupo, já se faz ecoturismo no município e no Parnaso existem guias formados em curso promovido pelo Ibama.*

Foi lembrada a *existência de uma linha ferroviária que, segundo o grupo, apesar de sucateada, pode vir a ser um atrativo cultural.*



O jacaré de papo amarelo é um dos animais que podem ser observados no “Pantanal Fluminense”

¹⁶ Informações retiradas do site Explore Brasil, acessado em 11 de fevereiro, <http://www.explorevale.com.br/serraverdeimperial/guapimirim/turismo.htm>.

PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

● Elaboração de políticas públicas voltadas para o incremento da atividade turística local

■ Infraestrutura

1. Recuperar a linha ferroviária, para utilização dos moradores, turistas e transporte de carga.

■ Gestão pública

2. Fortalecer o Conselho Municipal de Turismo e sua articulação com o Fórum da Agenda 21 Local.

■ Elaboração de projetos

3. Elaborar um projeto turístico que contemple os atrativos e equipamentos disponíveis na cidade.

■ Planejamento

4. Desenvolver roteiros turísticos mais apropriados a cada segmento (jovem, terceira idade, ecoturismo, turismo de aventura, religiosos, entre outros), visando incrementar o fluxo de turistas na cidade de modo sustentável.

■ Fiscalização

5. Fiscalizar as condições de infraestrutura local, com canais diretos de interlocução com as empresas prestadoras de serviço.

■ Comunicação

6. Elaborar um plano de comunicação para maior divulgação do potencial turístico municipal.

● Promoção dos roteiros turísticos locais

■ Gestão pública

1. Recuperar a memória do Plano Nacional de Movimentação do Turismo (PNMT).

■ Planejamento

2. Mapear, catalogar e divulgar os equipamentos turísticos (hotéis, restaurantes, sítios), bem como a infraestrutura disponível (hospital, DPO, farmácias e linhas de ônibus), para o desenvolvimento do projeto turístico local.
3. Identificar as condições de utilização de cada um dos atrativos turísticos, classificando-os em: “OK” (Uso Imediato), “PR” (Pequenos Reparos), “NO” (Necessidade de Obras) e “I” (Impraticável o Acesso ao Local).

4. Elaborar roteiros turísticos no município e inseri-los em um contexto regional.

5. Promover o uso sustentável dos atrativos turísticos.

6. Identificar e classificar os eventos que acontecem no município durante o ano e criar um calendário geral.

7. Estimular a organização de eventos culturais, como a Flip Paraty, Festival de Inverno, Cavalgadas e Semana da Orquidea.

■ Capacitação

8. Realizar capacitação específica para pequenos empreendimentos.

■ Comunicação

9. Comunicar aos proprietários de hotéis, restaurantes e sítios a importância de legalizarem seus empreendimentos.

10. Divulgar os pontos e roteiros turísticos para outros municípios.

■ Infraestrutura

11. Aplicar os investimentos em sinalização apropriada às atividades turísticas.

● Implantação de uma central de informações turísticas

■ Articulação

1. Realizar parcerias entre os setores público e privado para viabilizar a instalação da Central de Informações Turísticas.

■ Infraestrutura

2. Criar um sistema de informação integrado entre os pontos turísticos e os pontos de interesse de visitação.

3. Elaborar um *site* qualificado para o *trade* turístico para diversos públicos-alvos.

4. Identificar o ponto mais adequado para a instalação da Central de Informações Turísticas.

■ Capacitação

5. Capacitar jovens com perfil de atendimento e hospitalidade para o exercício das funções necessárias.

6. Realizar a capacitação profissional dos jovens, inserindo-os no mercado formal (guias de trilhas, de grupos, de turismo e ecoturismo).

■ Comunicação

7. Elaborar campanhas de divulgação, visando à difusão e promoção dos atrativos turísticos do município.

● Melhoria do acesso e condições de uso nas áreas turísticas do município

■ Gestão pública

1. Cobrar do Corpo de Bombeiros a presença de salva-vidas nas cachoeiras com maior frequência de turistas e banhistas.

■ Infraestrutura

2. Instalar placas sinalizadoras com informações para população e turistas.
3. Instalar um sistema de alarme sonoro nos rios, cachoeiras e quedas d'água, visando à prevenção de acidentes decorrentes do fenômeno “cabeça d'água”.

● Fomento à política de turismo sustentável

■ Planejamento

1. Elaborar um calendário de eventos orientados para a utilização do patrimônio natural do município.
2. Elaborar estratégias que estimulem a prática do ecoturismo, como forma alternativa de geração de renda.
3. Aproveitar os guias de turismo já capacitados para a expansão da cadeia produtiva do turismo local.

■ Articulação

4. Realizar parcerias com proprietários de RPPNs e gestores de Unidades de Conservação a fim de utilizar essas áreas para a prática de atividades turísticas sustentáveis.

■ Elaboração de programas

5. Elaborar programas de ecoturismo, caminhadas, montanhismo e esportes radicais, entre outros.

■ Comunicação

6. Divulgar os atrativos turísticos locais existentes para a prática de atividades turísticas sustentáveis.

Possíveis parceiros

Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Guapimirim (Aciag) . Concessionária Rio-Teresópolis (CRT) . Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra dos Órgãos . Conselho Gestor da APA de Guapimirim . Conselho Gestor da Estação Ecológica da Guanabara . Defesa Civil . Embratur . Flumitrens . Guarda Municipal . ICMBio . Inea . MTur . MP. ONGs . Prefeitura Municipal . SEA . Sebrae . Secretaria Municipal de Turismo . Turisrio.

Possíveis fontes de financiamento

BNDES . Concessionária Rio-Teresópolis (CRT). Empresas associadas ao Comperj. FAT. LOA. MTur. Prodetur.

GERAÇÃO DE RESÍDUOS

As atividades industriais, agroindustriais, hospitalares, de transportes, serviços de saúde, comerciais e domiciliares produzem grandes volumes de resíduos sólidos sob a forma de plásticos, metais, papéis, vidros, pneus, entulhos, lixo eletrônico, substâncias químicas e alimentos. Para piorar este quadro, a maioria dos municípios não conta com mecanismos de gerenciamento integrado desses resíduos.

Substâncias químicas perigosas de origem orgânica, como os organoclorados, ou inorgânica, como metais pesados (chumbo e mercúrio, entre outros), provocam doenças e não se degradam na natureza. Pilhas, baterias de telefones celulares, lâmpadas de mercúrio e outros resíduos perigosos têm em sua composição metais pesados, altamente tóxicos, não biodegradáveis e que se tornam solúveis, penetrando no solo e contaminando as águas.

Já os resíduos infectantes gerados pelos serviços de saúde constituem risco pelo potencial de transmissão de doenças infectocontagiosas, uma vez que nem sempre são coletados, tratados, eliminados ou dispostos corretamente. É urgente a diminuição, o gerenciamento, a reciclagem e a reutilização dos resíduos gerados ao longo de todas as fases do processo econômico, considerando que muitos deles podem ser reaproveitados, beneficiando a todos.

Em Guapimirim, os integrantes da Agenda 21 Local informaram que o município ainda não se adequou ao Programa Nacional de Resíduos.

Eles manifestaram preocupação *com o trânsito de veículos com cargas tóxicas na BR-116 e BR-101.*

Classes dos resíduos

1 – Perigosos – Apresentam riscos à saúde pública e ao meio ambiente, exigindo tratamento e disposição especiais;

2 – Não inertes – Não apresentam periculosidade. (ex.: lixo doméstico);

3 – Inertes – Não contaminam a água, não se degradam ou não se decompõem quando dispostos no solo (se degradam muito lentamente). Muitos deles são recicláveis (ex.: entulhos de demolição, pedras e areias retirados de escavações).

Tabela 5: Relação entre origem e classes de resíduos e responsáveis por seu descarte

Origem	Possíveis Classes	Responsável
Domiciliar	2	Prefeitura
Comercial	2, 3	Prefeitura
Industrial	1, 2, 3	Gerador do resíduo
Público	2, 3	Prefeitura
Serviços de saúde	1, 2, 3	Gerador do resíduo
Portos, aeroportos e terminais ferroviários	1, 2, 3	Gerador do resíduo
Agrícola	1, 2, 3	Gerador do resíduo
Entulho	3	Gerador do resíduo

Fonte: http://ambientes.ambientebrasil.com.br/residuos/residuos/classes_dos_residuos.html

PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

● Controle do transporte de resíduos químicos tóxicos

■ Gestão pública

1. Aplicar as leis de controle no transporte de substâncias tóxicas, com respectivo controle e fiscalização.

■ Articulação

2. Estabelecer parcerias com a Concessionária Rio-Teresópolis (CRT) para elaborar mecanismos de controle do transporte de resíduos químicos tóxicos.

■ Fiscalização

3. Fiscalizar o transporte de cargas que contenham resíduos tóxicos.

■ Planejamento

4. Buscar mais informações sobre a legislação vigente relacionada ao tema.
5. Buscar orientações sobre a política de tratamento de resíduos perigosos a partir da instalação do Comperj.

● Planos de emergência para a geração de resíduos decorrentes dos processos de produção

■ Gestão pública

1. Articular, junto às empresas do Comperj e ao Ministério Público, o desenvolvimento de medidas de prevenção e remediação para possíveis acidentes ambientais.

■ Articulação

2. Realizar parcerias com empresários da região para divulgarem a forma mais adequada de manejo dos resíduos perigosos.

■ Comunicação

3. Divulgar o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima) do Comperj.
4. Divulgar os impactos e as ações mediadoras decorrentes de acidentes gerados pelo manejo inadequado dos resíduos resultantes do processo de produção.

■ Capacitação

5. Realizar a capacitação dos diferentes atores sociais, visando à formação de uma brigada de voluntários para lidar com emergências e situações de risco de contaminação.

● Manejo de resíduos radioativos

■ Articulação

1. Articular-se com especialistas da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen) e com outros órgãos que atuem na área, para obter apoio técnico.

■ Gestão pública

2. Adotar medidas que viabilizem o manejo correto e seguro desses resíduos.

Possíveis parceiros

Cnen . Concessionária Rio-Teresópolis (CRT) . Empresas associadas ao Comperj . Inea . Ministérios (Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia) . MP . ONGs . Polícia Rodoviária Federal . Prefeitura Municipal . SEA . Secretarias Municipais (Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Educação).

Possíveis fontes de financiamento

Conservação Internacional do Brasil . Coppe - UFRJ . Fecam . FNMA.

CENTRO DE PRIMATOLOGIA DO RIO DE JANEIRO
ESTAÇÃO ECOLÓGICA ESTADUAL DO PARAÍSO
EEMA





5

Meios
de Implementação

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Segundo a Agenda 21, o desafio relacionado a este tema é utilizar o conhecimento científico e tecnológico em busca de soluções inovadoras em prol do desenvolvimento sustentável. E um dos papéis da ciência é oferecer informações que permitam desenvolver políticas adequadas à gestão cautelosa do meio ambiente e ao desenvolvimento da humanidade.

A ciência e a tecnologia devem colaborar para a adoção de técnicas de manejo e uso adequado dos recursos ambientais, melhorando a qualidade de vida das populações e permitindo sua participação na elaboração de estratégias de desenvolvimento local.

A fim de alcançar esses objetivos são necessárias ações para melhorar, atualizar e ampliar, ao longo do tempo e de forma permanente, as bases de dados científicos existentes. Isto exige o fortalecimento das instituições de pesquisas, o estímulo aos cientistas e a ampliação das fontes de financiamento, além de uma aproximação das instituições científicas e tecnológicas e dos cientistas com a população.

Segundo a Unesco, o Brasil aplica aproximadamente 1,4% do PIB em ciência e tecnologia, sendo que 1,02% do PIB são investimentos diretos em pesquisa e desenvolvimento. Mas observa que o País enfrenta o desafio de fazer com que os investimentos cheguem de forma mais homogênea à população e possam efetivamente melhorar sua qualidade de vida.



O Centro de Primatologia do Rio de Janeiro é uma referência mundial em pesquisas com primatas neotropicais

Em Guapimirim, os participantes do processo da Agenda 21 demonstraram preocupações tanto com a falta de uma Secretaria de Ciência e Tecnologia, que promova o intercâmbio com universidades e centros de pesquisas, quanto com a inexistência de canais de comunicação e integração entre os trabalhos dos centros de pesquisa e universidades e o município e suas políticas públicas.

Afirmaram que o município dispõe de poucos mecanismos de fomento e estímulo ao desenvolvimento científico e tecnológico e que há pouca integração das agências das três esferas de governo com trabalhos técnicos.

O grupo destacou a existência de entidades de pesquisa, como o Centro de Primatologia do Rio de Janeiro (CPRJ), Inea e Parnaso, que mantêm convênio com outras instituições públicas (UFF, UFRJ, Uerj, Fiocruz) e privadas (Feso) de ensino e pesquisa nacionais e internacionais, que desenvolvem projetos em áreas de interesse da conservação da biodiversidade – o é uma potencialidade.

O CPRJ realiza uma ampla gama de pesquisas em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), universidades estaduais (Uerj, Uenf) e instituições de pesquisa, como a Fiocruz, que estudam não só as doenças

específicas dos macacos, como as da medicina tropical, cujos hospedeiros vivem nas matas da região. O Centro de Primatologia também mantém atividades sobre a preservação de espécies e sua reprodução em cativeiro, ensaios na área biomédica e em anatomia comparada. Esse conhecimento é compartilhado com diversas universidades e centros de pesquisa do Brasil e do mundo, colocando em destaque a capacidade científica e conservacionista do município.

Porém, ainda assim, *falta inventário dos recursos naturais e dos conhecimentos tradicionais* da região e sua *divulgação para a comunidade*, o que poderia ser feito por meio da realização de *eventos que permitam a participação e envolvimento da população*.

Quanto à necessidade de difusão de informações para a sociedade local sobre as pesquisas científicas que realizadas no município, os participantes afirmaram que *faltam conhecimento e informações sobre a existência de pesquisas e/ou projetos científicos nas áreas de biotecnologia e biodiversidade*.

Há consciência de que a *existência de oito Unidades de Conservação no município* é um potencial para a realização de *projetos com o perfil* citado acima e foi informado que alguns deles *já estão acontecendo*.

Os participantes do processo sinalizaram entraves relacionados à comunicação e ao *acesso à informação de qualidade pela internet* devido a *dificuldades técnicas*. Afirmaram que, se o acesso fosse bom, *poderiam consultar sites (Cepim, CNPq, Faperj, Fundação O Boticário, Conservation Internacional e outros) que divulgam trabalhos científicos*. Também mencionaram a *falta de divulgação dos projetos e pesquisas científicas voltados para o meio ambiente por parte da comunidade científica*.

Há pouca informação disponível para a população sobre tecnologia ambientalmente saudável (ex.: manejo adequado do solo; recuperação de áreas degradadas, manejo de bacias hidrográficas, de ecossistemas, tratamento de resíduos etc.) e faltam informações sobre os mecanismos de acesso aos programas de transferência de tecnologia.

Outro aspecto pontuado pelos participantes de Guapimirim diz respeito à *necessidade de capacitação de recursos humanos locais*. Eles também mencionaram que *não há transferência tecnológica* e destacaram a *necessidade de intercâmbio e transferência de tecnologia de forma segura*.

Biotecnologia – Aplicação tecnológica que usa organismos vivos ou seus derivados para fabricar ou modificar produtos ou processos. Especialmente utilizada na agricultura, nas ciências dos alimentos e na medicina.

PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

● Promoção de inclusão digital

■ Infraestrutura

1. Assegurar infraestrutura de telecomunicação e informatização para o município (Cidade Digital).
2. Promover a inclusão digital por meio da implantação de Telecentros nas comunidades carentes do município.

■ Capacitação

3. Realizar cursos de capacitação voltados para a inclusão digital da população de Guapimirim (escolas, associações e sindicatos, entre outros).

● Estratégias para a promoção da ciência e tecnologia no município

■ Gestão pública

1. Desenvolver mecanismos que promovam o fomento científico e tecnológico.
2. Destacar um órgão para buscar e ampliar os mecanismos de fomento e estímulo, visando promover eventos e programas de desenvolvimento científico e tecnológico.

■ Planejamento

3. Buscar apoio para desenvolvimento de projetos de pesquisa relacionados à valorização das vocações do município.
4. Promover a participação da comunidade mediante processos educativos (feiras de ciências, palestras nas escolas e pesquisas de campo, entre outros).
5. Promover ações que garantam a participação e o envolvimento da comunidade no desenvolvimento local sustentável.
6. Conhecer as pesquisas que as universidades federais, estaduais e privadas realizam na região de influência do Comperj.

■ Articulação

7. Promover a articulação das três esferas do poder público e dos órgãos de pesquisa que atuam na região.
8. Realizar intercâmbio com universidades e instituições científicas e tecnológicas, divulgando os resultados das pesquisas efetuadas no município para a promoção do desenvolvimento sustentável.
9. Desenhar políticas de colaboração entre entidades de pesquisa atuantes no município, por áreas temáticas.
10. Estimular a criação de convênios de cooperação e intercâmbio tecnológico.

■ Elaboração de projetos

11. Realizar projetos de pesquisa voltados para a preservação do meio ambiente.

■ Infraestrutura

12. Criar um polo de pesquisa, com o apoio de universidades e instituições de pesquisa.
13. Criar um banco de dados com as informações das pesquisas científicas realizadas no município, viabilizando a divulgação dos resultados e o intercâmbio com instituições de pesquisa (nacionais e internacionais).

■ Comunicação

14. Divulgar informações através dos veículos de comunicação locais (TVVerde e Guapi *online*, entre outros).
15. Buscar acesso aos resultados das pesquisas realizadas em Guapimirim, por intermédio de palestras e seminários, entre outros, com o apoio de instituições de pesquisa e a gerência de Unidades de Conservação.

● Estratégias para o desenvolvimento da biotecnologia

■ Planejamento

1. Identificar os recursos humanos que tenham vocação para trabalhar na área de biotecnologia.
2. Promover a permanência dos profissionais existentes, com uso de estratégias que promovam geração de emprego e renda.

■ Infraestrutura

3. Criar um banco de dados sobre os estudos realizados na área de biotecnologia.

■ Estudo técnico

4. Realizar estudos sobre o manejo ambientalmente saudável da biotecnologia, com a participação da comunidade.

■ Articulação

5. Buscar parcerias para a realização de programas e projetos na área de biotecnologia.
6. Estimular o intercâmbio de pesquisa científica (regional, nacional e internacional).

■ Elaboração de programas

7. Elaborar programas locais de manejo ambientalmente saudável da biotecnologia.

● Promoção de transferência de tecnologias ambientalmente saudáveis para o município

■ Gestão pública

1. Elaborar políticas públicas que garantam a implementação de tecnologias seguras para a preservação do meio ambiente.
2. Elaborar políticas de incentivo e parcerias para o desenvolvimento de cooperação internacional.
3. Formular uma política de incentivo à transferência de tecnologia.

■ Planejamento

4. Criar no Fórum da Agenda 21 Local um grupo de trabalho que discuta o desenvolvimento de mecanismos de acesso à transferência de tecnologia.
5. Identificar profissionais a serem capacitados.

■ Infraestrutura

6. Instalar um centro de referência em tecnologia que forneça apoio técnico à população local.

■ Articulação

7. Realizar convênios com instituições de pesquisa (nacionais e internacionais), visando ao intercâmbio de tecnologias seguras e inovadoras para o município.

■ Capacitação

8. Realizar a capacitação de profissionais na área de tecnologia ambiental.

■ Comunicação

9. Criar um sistema aberto de informações para a difusão de programas e projetos de transferência de tecnologia.
10. Realizar palestras, seminários e outros eventos para divulgar os projetos científicos realizados na região.
11. Elaborar cartilha para divulgar informações sobre a importância da transferência de tecnologia ambientalmente saudável.

Possíveis parceiros

Câmara Municipal . Cooperativas . Emater . Embrapa . Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq). Ministérios (Cidades, Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ciência e Tecnologia, Relações Exteriores) . ONGs . Rádio JG FM . Sebrae . Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia . Secretarias Municipais (Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Educação, Ação Social, Administração) . Sindicatos . Sindicatos . TVerde . Universidades.

Possíveis fontes de financiamento

BNDES . Capes . CNPq. Comissão Europeia . Embrapa . Faperj. Finep . Fundação Banco do Brasil . Ministérios (Cidades, Ciência e Tecnologia) . Pibic.

ICMS-Verde – A legislação tradicional do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) prevê que 25% dos recursos arrecadados pelo governo estadual do Rio de Janeiro sejam repassados às prefeituras, segundo critérios como número de habitantes e área territorial. Com a aprovação da Lei do ICMS-Verde, o componente ecológico foi incorporado a essa distribuição, tornando-se um dos seis índices estabelecidos para o cálculo do imposto. Dependendo do tipo de política que adotar em favor do meio ambiente, o município terá direito a maior repasse do imposto. O índice de repasse do ICMS-Verde é composto da seguinte forma: 45% para áreas conservadas (Unidades de Conservação, reservas particulares e áreas de proteção permanentes); 30% para qualidade da água; e 25% para a administração dos resíduos sólidos. As prefeituras que criarem suas próprias Unidades de Conservação terão direito a 20% dos 45% destinados à manutenção de áreas protegidas. Os índices para a premiação dos municípios são elaborados pela Fundação Cide.

(Fonte: Centro de Informações de Dados do Rio de Janeiro)

RECURSOS FINANCEIROS

O cumprimento dos objetivos da Agenda 21 Global exige um fluxo substancial de recursos financeiros, sobretudo para os países em desenvolvimento, que ainda necessitam resolver questões estruturais para que sejam construídas as bases de um desenvolvimento sustentável.

No plano local, o fortalecimento da capacidade das instituições para a implementação da Agenda 21 também exige financiamento, e um dos principais desafios enfrentados nesse processo é a identificação de mecanismos para obter recursos financeiros que viabilizem a execução dos Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável.

A busca de financiamento deve não só considerar os recursos conhecidos como também buscar novas fontes, ampliando e diversificando as alternativas existentes para os diferentes processos e localidades. Essa tarefa demanda competências e capacidade técnica para quantificar de forma adequada as necessidades, planejar e desenvolver projetos que permitam a captação, além de monitorar e controlar a aplicação dos recursos e o andamento das ações contempladas.

Nesse sentido, destaca-se a importância de processos de capacitação e formação de quadros locais que possam desenvolver de forma adequada os projetos e atuar de forma transparente na utilização dos recursos disponibilizados. Já para o monitoramento e controle, é importante implementar mecanismos eficientes e criar estratégias que promovam a transparência na prestação de contas à sociedade.

A participação da sociedade deve permear todo o processo, desde a escolha da destinação dos recursos obtidos, visando à eficácia de sua aplicação, até seu acompanhamento ao longo da utilização.

Em Guapimirim, os participantes do processo apontaram a *necessidade de levantar novos recursos financeiros junto a órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal e à iniciativa privada para atender às demandas do município.*

Foram feitas duas observações que se complementam: *faltam projetos para captação de recursos e não há continuidade dos projetos desenvolvidos localmente.*

Além disso, consideram que existem *poucos mecanismos nacionais, investimentos e cooperação internacionais para o fortalecimento institucional.*

Segundo os participantes, há necessidade de adequação do *município às exigências e critérios estabelecidos pela legislação pertinente para o recebimento do ICMS-Verde.* A estimativa de distribuição de ICMS Ecológico em 2010 para Guapimirim foi de R\$ 1.899.057,00 assim distribuídos: R\$ 450.199,00

relativos aos mananciais de abastecimento e R\$ 1.448.858 em Unidades de Conservação¹⁷.

Segundo dados da Fundação Cide, em 2005, o Índice de Qualidade do Município (IQM - mede as condições para atrair investimentos e multiplicar os benefícios do crescimento econômico), em Guapimirim foi de 0,1698, correspondendo ao 64º lugar na classificação dos municípios do Estado do Rio de Janeiro (em um total de 92 municípios).

Tabela 6: Índices econômicos no município de Guapimirim

Índice	Nomenclatura	Fórmula	Valor	Descrição	Série Histórica
1	Indicador de equilíbrio orçamentário	Receita realizada/despesa executada	0,9256	Há R\$ 92,56 para cada R\$ 100 executados Superávit execução	Ver Gráfico 6
2	Indicador do comprometimento da receita corrente com a máquina administrativa	Despesas de custeio/receitas correntes	0,93	De toda a receita corrente, 93% estão comprometidos com o custeio do funcionamento da máquina administrativa	Ver Gráfico 7
3	Autonomia financeira	Receita tributária própria/despesas de custeio	0,070	Apenas 7,0% de toda a receita do município é proveniente do próprio	Ver Gráfico 8
4	Esforço tributário próprio	Transferências correntes e de capital/receita realizada	0,074	Do total de receitas do município, 7,4% vêm de transferências	Ver Gráfico 9
5	Carga tributária <i>per capita</i>	Receita tributária própria + cobrança dívida ativa/população	119,22	Ao longo de 2008, cada habitante contribuiu, em média, com R\$ 119,22 para o fisco municipal	Ver Gráfico 10
6	Investimentos <i>per capita</i>	Investimentos/população do município	255,84	Cada habitante recebeu da administração pública R\$ 255,84 em forma de investimentos	Ver Gráfico 11
7	Grau de investimento	Investimentos/receita total	15,10%	Os investimentos públicos representam 15,10% da receita total do município	Ver Gráfico 12
8	Liquidez corrente	Ativo financeiro/passivo financeiro	3,36	Para cada parte devida, há 3,36 vezes mais receita para pagar	Ver Gráfico 13

Fonte: TCE, Estudo Socioeconômico do Município de Guapimirim.

17 Dados divulgados pela Secretaria de Estado do Ambiente – SEA do Rio de Janeiro – www.ambiente.rj.gov.br – link ICMS Ecológico.

Gráfico 13: Indicador de equilíbrio orçamentário

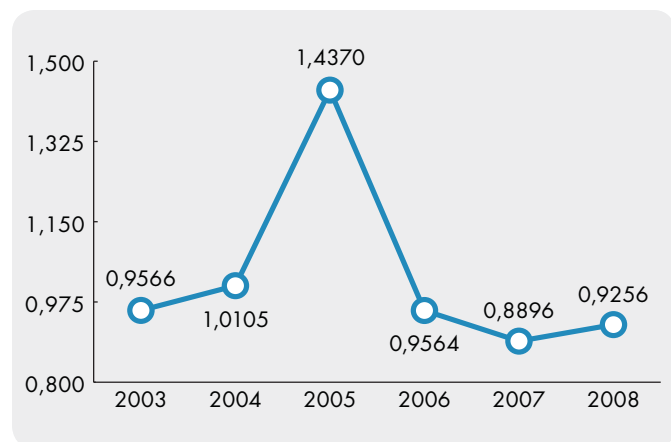


Gráfico 16: Esforço tributário próprio

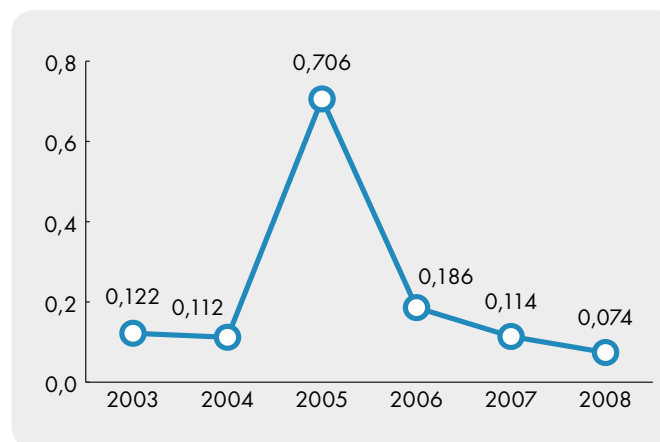


Gráfico 14: Despesas de custeio

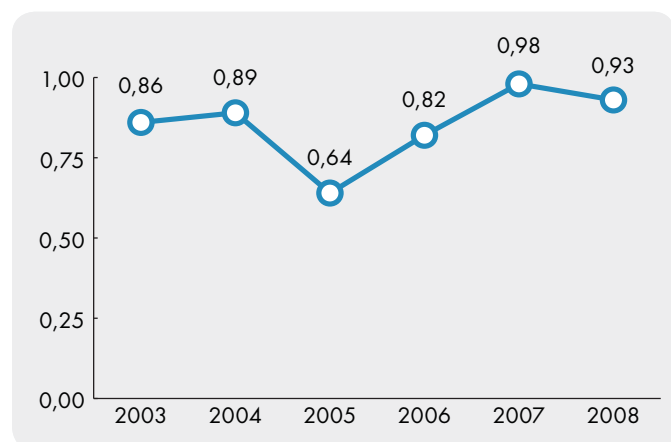


Gráfico 17: Carga tributária *per capita*

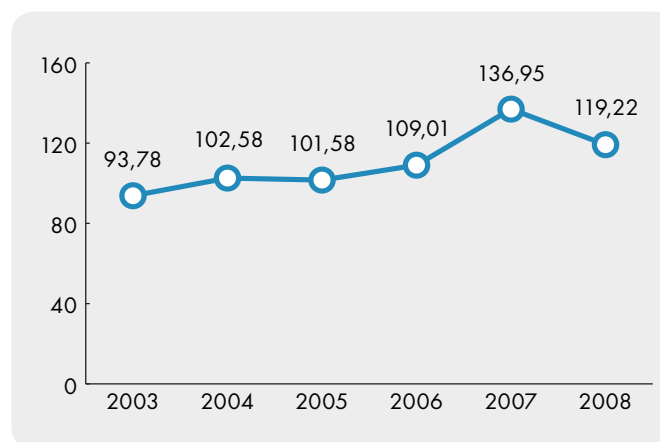


Gráfico 15: Autonomia financeira

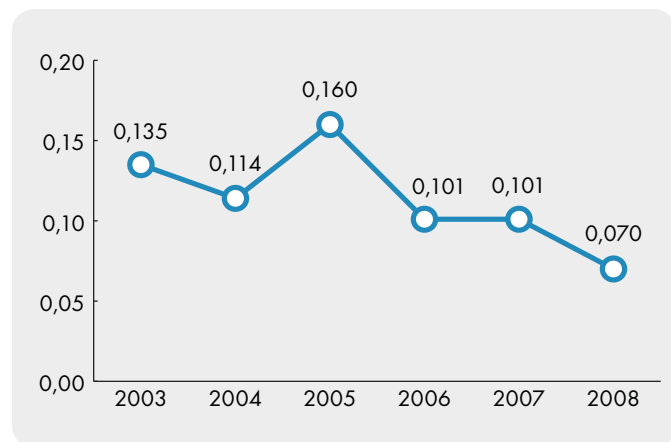


Gráfico 18: Investimentos *per capita*

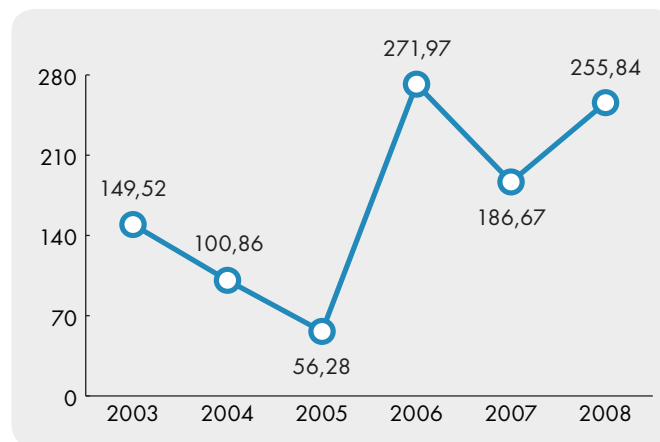
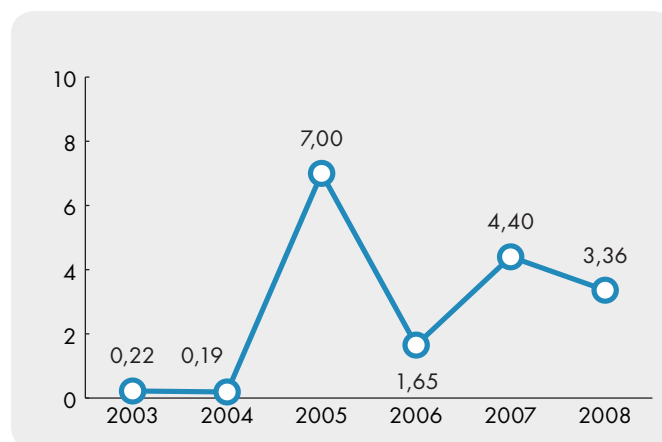


Gráfico 19: Grau de investimento



Gráfico 20: Liquidez corrente



PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

● Viabilização de projetos para a captação de recursos

■ Gestão pública

1. Elaborar políticas públicas que assegurem a continuidade dos projetos de cooperação técnica e financeira.

■ Planejamento

2. Criar um grupo de trabalho no Fórum da Agenda 21 Local que discuta as estratégias para estabelecer arranjos de cooperação internacional.
3. Realizar um levantamento detalhado das eventuais fontes de financiamento disponíveis para o desenvolvimento de projetos.

■ Capacitação

4. Realizar cursos de capacitação destinados à elaboração de projetos e à captação de recursos (voltados para ONGs, Conselhos e outros).

■ Articulação

5. Articular com instituições financeiras internacionais o desenvolvimento de projetos socioambientais.

■ Comunicação

6. Divulgar as informações relacionadas ao estabelecimento de arranjos institucionais.
7. Divulgar fontes de financiamento e mecanismos para a obtenção e aplicação de recursos e financiamentos.
8. Promover palestras, seminários e atividades que possam estimular as lideranças locais a valorizar e conhecer os mecanismos de arranjos institucionais.

● Otimização da arrecadação dos recursos financeiros através do ICMS-Verde

■ Gestão pública

1. Reformular o Conselho Municipal de Meio Ambiente.
2. Cobrar do poder público comprometimento com as políticas ambientais do município.

■ Planejamento

3. Estudar a legislação pertinente, visando aprimorar os critérios necessários para o aumento da parcela das verbas do ICMS-Verde já existente (criação da Guarda Ambiental Municipal).

■ Fiscalização

4. Fiscalizar o cumprimento dos critérios exigidos para o recebimento do ICMS-Verde.

Possíveis parceiros

Colégio Estadual Alcindo Guanabara . Empresas Associadas ao Comperj . Firjan . MP . ONGs . Sebrae . Secretaria Municipal de Administração.

Possíveis fontes de financiamento

ABC . Finep . LDO . LOA.

MOBILIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO

A participação, essencial em um processo de Agenda 21 Local, tem a função de aproximar o cidadão da gestão e das políticas públicas. Dessa maneira, ele conquista espaço, garante a elaboração de um planejamento que reflita as necessidades locais e acompanha sua implantação.

A mobilização social é parte importante do processo de fomento à participação. Ela acontece quando um grupo de indivíduos se reúne e decide agir para um bem comum. Fazer parte de um processo de mobilização é uma escolha que depende das pessoas se verem ou não como responsáveis e capazes de transformar sua realidade.

O desenvolvimento local depende do acesso a informações organizadas e disponibilizadas com transparência a todos os interessados. Para que possam participar efetivamente dos processos decisórios e influenciar as políticas locais, os cidadãos devem estar bem informados sobre os problemas, oportunidades e potenciais da região.

Embora haja uma quantidade considerável de dados produzidos, é preciso sistematizá-los e atualizá-los para que se transformem em informação útil para as populações e que sua divulgação seja ampla e democrática entre os diferentes segmentos sociais.

O desafio é promover formas de organizar, disponibilizar e divulgar as informações de modo integrado, coerente e acessível a todos, para que elas se tornem ferramentas eficazes de participação social.

Em Guapimirim, os participantes da Agenda 21 Local apontaram preocupação com a *falta de alguns Conselhos Municipais* e questionaram o caráter participativo daqueles que já existem: *Conselho Tutelar, Conselho de Segurança e de Saúde, Conselho do Idoso e das Pessoas com Necessidades Especiais*.

Ainda com relação à legitimidade das instituições de controle social, ressaltaram a *falta de representantes das comunidades nas associações de moradores e do envolvimento dos setores de comércio e indústria nas discussões sobre a cidade, o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável*.

Apontaram a *necessidade de divulgação e mobilização das ações empreendidas pela Petrobras dentro do município, visando esclarecer e ampliar a adesão e a participação da população*.

O grupo identificou como entraves a *falta de informação de forma geral* por parte da população local e a necessidade de acesso ao *conhecimento e à informação de qualidade*.

Reforçaram a necessidade de *ampliação da abrangência, do acesso e da melhoria dos serviços dos meios de comunicação do município (TVs, rádios, jornais)*. Guapimirim tem uma rádio comunitária, jornais locais com circulação irregular e uma TV particular, restrita, além de acesso à TV de Teresópolis. Há também *um site da prefeitura na internet*.

PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

● Estratégias para solucionar a falta de acesso às informações

■ Comunicação

1. Divulgar a existência do *site* da prefeitura na internet como uma ferramenta de informação importante para o município.
2. Divulgar, de forma ampla, as ações dos órgãos públicos.
3. Promover eventos periódicos em parceria pública e privada, para melhorar o acesso às informações.

■ Articulação

4. Articular maior apoio aos veículos de comunicação locais.

■ Infraestrutura

5. Criar um centro de referência em informação.
6. Melhorar o *site* da prefeitura na internet.

● Promoção da participação popular na tomada de decisões locais

■ Gestão pública

1. Cobrar maior comprometimento dos Conselhos Municipais em relação às políticas públicas.
2. Cobrar do poder público a adoção do orçamento participativo.

■ Planejamento

3. Promover a participação popular nas associações e Conselhos.

4. Criar um grupo de trabalho no Fórum da Agenda 21 Local destinado a discutir questões relativas às necessidades mais urgentes da população (saúde, educação e geração de emprego e renda, entre outras).

5. Promover a participação e o comprometimento das associações nas discussões do Fórum da Agenda 21 Local.

6. Convidar a Câmara Municipal para participar das reuniões do Fórum da Agenda 21 Local.

■ Fiscalização

7. Promover o monitoramento, a fiscalização e o estabelecimento de prioridades na aplicação de recursos provenientes do orçamento municipal participativo.

■ Comunicação

8. Divulgar a importância do voto consciente por meio de campanhas educativas.
9. Realizar encontros, palestras e seminários, entre outros, voltados para a divulgação das ações da Petrobras no município.
10. Divulgar as ações desenvolvidas pelos Conselhos Municipais.

Possíveis parceiros

Associações de Moradores . Câmara Municipal . Conselhos Municipais . Escolas . Klabin . MP . ONGs . Prefeitura Municipal . Sindicatos . Universidades . Veículos de comunicação local.

Possíveis fontes de financiamento

Empresas associadas ao Comperj . LOA . LDO.

A gestão envolve:

- Escolha inteligente dos serviços públicos oferecidos à comunidade;
- Edição de leis e normas claras, simples e abrangentes de defesa ambiental local;
- Aplicação das leis, penalizando quem causa algum tipo de dano ambiental;
- Formação de consciência ambiental;
- Geração de informações que deem suporte às decisões;
- Democratização das instituições, para que permitam e estimulem a participação de cidadãos e cidadãs;
- Planejamento do desenvolvimento sustentável local;
- Implementação das políticas necessárias para realizá-lo.

Fonte: Programa Nacional de Capacitação – volume 1 – MMA.

GESTÃO AMBIENTAL

Nos últimos anos, os municípios brasileiros vêm assumindo um papel cada vez mais efetivo na gestão das políticas públicas, dentre elas a política ambiental. Desde 1981, a Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 6.938/81) define o papel do poder local dentro do Sistema Nacional do Meio Ambiente. A Constituição Federal de 1988, por sua vez, transformou o município em ente autônomo da federação e lhe facultou o poder de legislar suplementarmente sobre a política ambiental, em especial sobre questões de interesse local.

Gestão é o ato de administrar, ou seja, usar um conjunto de princípios, normas e funções para obter os resultados desejados. A gestão ambiental de um território deve cuidar para que este não se deteriore, conservando as características que se deseja e aprimorando aquelas que necessitam de melhoria. Para isto, é preciso conscientizar e capacitar administradores e funcionários para que possam desempenhar seu papel, suas responsabilidades e atribuições.

Uma gestão participativa, como pede a Agenda 21, entende que poder local não é apenas a Prefeitura, mas o conjunto de poderes instituídos, a sociedade civil organizada, outras esferas sociais, o poder público estadual e federal e as relações que estabelecem entre si. Uma boa gestão ambiental depende do bom funcionamento deste conjunto e tem como atribuições cuidar das áreas importantes para o equilíbrio ambiental e a qualidade de vida dos cidadãos.

Em Guapimirim, os participantes do processo sinalizaram algumas questões acerca da gestão ambiental e reconheceram a Agenda 21 Local como um instrumento válido de gestão.

Há necessidade de capacitar as lideranças da Agenda 21 e a sociedade sobre os temas tratados no documento, assim como falta conquistar a autonomia da Agenda 21 Local.

Há dificuldade de acesso a informações sobre as questões referentes ao meio ambiente e à Agenda 21 e falta comunicação e informação sobre o processo, o que resulta no desconhecimento geral sobre o significado e a importância de o município ter sua Agenda 21. Este quadro leva à falta de interesse da comunidade em participar de qualquer grupo de trabalho ou evento que não seja conhecido da região.

Os participantes reconheceram a existência de entidades e pessoas capacitadas e interessadas em participar do programa e a importância do patrocínio da Petrobras, já que o processo de implementação da Agenda 21 é facilitado pela disponibilização de recursos para o desenvolvimento das atividades no Fórum.

O grupo manifestou o desejo de ver o meio ambiente priorizado nas decisões do empreendimento Comperj e ressaltou que Agenda 21 é uma potencialida-

de para o incentivo à preservação do meio ambiente, desde que haja união das autoridades com a população, divulgação de informações e ações de Educação Ambiental.

Eles sinalizaram como fragilidades *a falta de continuidade dos projetos de desenvolvimento socioeconômico em função das mudanças de governo, a ausência de empresas interessadas; a falta de interesse das autoridades locais em desenvolver o programa da Agenda 21 e a falta de incentivos dos órgãos competentes (prefeitura, escolas, associações) para a divulgação e estímulo à participação em grupos de trabalho e ao intercâmbio entre os diversos setores.*

Apontaram ainda fragilidades administrativas e institucionais que repercutem diretamente na Agenda 21, como *a ausência de integração das bases de dados entre as Secretarias Municipais e a falta de uma base sólida de indicadores para a tomada de decisões.*

Afirmaram que *o intercâmbio de informações promove a valorização das riquezas locais e que é necessária a capacitação de recursos humanos para otimizar o processo da Agenda 21.*

Há necessidade de formação de *um grupo especializado (comissão de avaliação e apoio à tomada de decisões), com participação dos diversos setores, para diagnosticar os interesses de desenvolvimento municipal.*

Com relação à estrutura do Sistema Municipal de Gestão Ambiental, a *Secretaria Municipal de Meio Ambiente possui poucos recursos humanos e financeiros e falta infraestrutura logística para o desenvolvimento das atribuições ligadas à proteção do ambiente local.*

A *Secretaria Municipal de Meio Ambiente passou a realizar o licenciamento ambiental* e foi criado um grupo interdisciplinar de funcionários de outras Secretarias para atuar na área. É importante que haja *qualificação de recursos humanos para a área ambiental, incluindo profissionais com pós-graduação.* A Semmades está autorizada a licenciar 50 atividades de impacto local. No município, há um Fundo para o Meio Ambiente.

Com relação às estratégias de gestão, há *necessidade de formulação de política pública voltada ao desenvolvimento sustentável, além de projetos que promovam experiências locais de sustentabilidade.*

Também *faltam estratégias que permitam arranjos institucionais e internacionais para promover o desenvolvimento regional.* Já houve algumas *parcerias com organismos internacionais e com os governos federal, estadual e municipal (ex.: Feema/Centro de Primatologia, Programa de Voluntários da Tecnoarte).*

Para viabilizar mais arranjos institucionais *falta, no município, um programa para conhecer e desenvolver mecanismos eficientes de participação, bem como a continuidade dos projetos locais.*

Quanto ao setor produtivo, os participantes ressaltaram a *falta de compromisso do comércio e da indústria com a responsabilidade socioambiental*, apesar de reconhecerem que *existem algumas empresas locais com bons padrões socioambientais*. Há preocupação com a fragilidade técnica e logística da gestão ambiental local, que pode levar à *emissão de licenças para empreendimentos em áreas inadequadas*.

Não existem empresas estrangeiras instaladas no município, mas o rico patrimônio natural e as Unidades de Conservação podem receber incentivos nacionais e internacionais, constituindo-se como fonte de renda local e promovendo a qualidade de vida da população.

Uma estratégia que poderia ser adotada é a criação de *programas de capacitação sobre cooperação internacional e nacional e para desenvolvimento de projetos sustentáveis na região*. Porém, foi apontada a *falta de conhecimento sobre os mecanismos de cooperação internacional disponíveis aos municípios fluminenses*. Os participantes identificaram atividades simples que podem dar início a um processo de intercâmbio internacional, como a *possibilidade de troca de conhecimentos com pessoas de outros países através da internet*.

PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

● Estratégias para o fortalecimento da Agenda 21 Local

■ Gestão pública

1. Adequar a lei de criação da Agenda 21 Local.
2. Buscar o comprometimento efetivo do poder público em relação à Agenda 21 Local.
3. Elaborar um projeto de lei visando à criação de Fundo da Agenda 21.

■ Planejamento

4. Fortalecer o Fórum da Agenda 21 Local, tornando-o uma importante ferramenta de gestão participativa.
5. Promover maior participação dos representantes do Fórum da Agenda 21 Local, impedindo a centralização das ações em um único setor.
6. Promover a participação e a integração dos setores público e privado, visando à continuidade das ações da Agenda 21 Local.
7. Realizar um levantamento das empresas que tenham potencial para contribuir com o fortalecimento da Agenda 21 Local.
8. Promover a participação das entidades e pessoas capacitadas e interessadas na execução das ações da Agenda 21 Local.
9. Organizar, implantar e acompanhar as ações propostas no Fórum da Agenda 21 Local.
10. Criar um grupo de trabalho no Fórum da Agenda 21 Local para elaborar programas de comunicação que divulguem informações sobre meio ambiente, desenvolvimento sustentável e Agenda 21 através dos veículos de comunicação existentes.

■ Articulação

11. Articular com a Petrobras a participação nas ações a serem desenvolvidas pelo Fórum da Agenda 21 Local.

■ Capacitação

12. Capacitar lideranças locais (poder público e demais setores) junto às instituições que apoiam a elaboração das Agendas 21 locais (ONGs, Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Ministério do Meio Ambiente, entre outras).
13. Realizar o treinamento dos representantes do Fórum da Agenda 21 Local junto a especialistas que trabalham com o tema.

■ Comunicação

14. Elaborar campanhas de esclarecimento da população sobre a importância da Agenda 21 Local.

15. Realizar campanhas de conscientização sobre a conservação do meio ambiente.

16. Divulgar a Agenda 21 Local junto às empresas, buscando a formação de parcerias.

● Gerenciamento de informações para a tomada de decisões

■ Fiscalização

1. Criar um grupo de trabalho no Fórum da Agenda 21 Local que fiscalize o gerenciamento das informações adquiridas pelas Secretarias Municipais com transparência para a comunidade.

■ Planejamento

2. Criar sistemas integrados de gestão de informação.
3. Criar um grupo de trabalho no Fórum da Agenda 21 Local que promova a construção de uma base de indicadores para a tomada de decisões.

■ Capacitação

4. Realizar cursos de capacitação voltados para o gerenciamento de tecnologias da informação.

■ Infraestrutura

5. Construir um centro de referência em informação, em parceria com a Secretaria Municipal de Planejamento.

● Promoção do fortalecimento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

■ Gestão pública

1. Estruturar o quadro de servidores qualificados de forma compatível com as necessidades do município.
2. Cobrar da Secretaria Municipal de Meio Ambiente a criação de um grupo especializado em elaborar e captar recursos para projetos voltados para o desenvolvimento sustentável.
3. Cobrar da Secretaria Municipal de Meio Ambiente o cumprimento das atribuições referentes às licenças ambientais.
4. Integrar as ações realizadas pelas Secretarias Municipais, visando à elaboração de projetos de desenvolvimento sustentável.

■ Infraestrutura

5. Assegurar a infraestrutura para a fiscalização ambiental (informatização, telefonia e automóvel, entre outros).

■ Planejamento

6. Promover a participação dos profissionais que atuam na área ambiental na formulação de políticas públicas.
7. Elaborar um cadastro dos profissionais existentes no município para a gestão sustentável do patrimônio natural da área.

■ Fiscalização

8. Fiscalizar o cumprimento das atribuições relacionadas com o meio ambiente.

● Fortalecimento do Conselho Municipal de Meio Ambiente

■ Comunicação

1. Divulgar a agenda de reuniões periódicas do Conselho Municipal de Meio Ambiente.

■ Planejamento

2. Promover a participação das organizações da sociedade civil nas reuniões do Conselho Municipal de Meio Ambiente.
3. Indicar os membros do Fórum da Agenda 21 Local para participarem das reuniões do Conselho Municipal de Meio Ambiente.

■ Capacitação

4. Realizar cursos de capacitação para os conselheiros eleitos (cursos de reciclagem).

■ Articulação

5. Promover a integração entre o Conselho Municipal de Meio Ambiente e o Fórum da Agenda 21 Local.

● Incentivo à responsabilidade socioambiental das empresas instaladas no município

■ Gestão pública

1. Criar uma política de isenção fiscal para os estabelecimentos comerciais e industriais que invistam em cursos e eventos relacionados ao meio ambiente.
2. Elaborar projetos de lei que regulamentem as questões socioambientais das empresas.
3. Solicitar à Secretaria Municipal de Meio Ambiente os pareceres sobre a atuação das empresas em relação à poluição dos rios do entorno.
4. Criar incentivos para atrair empresas que apoiem o desenvolvimento sustentável para o município.

■ Comunicação

5. Promover seminários, debates e *workshops* para a conscientização do empresariado local e da Aciag em relação ao desenvolvimento de ações socioambientais.

6. Articular junto às empresas locais a realização de encontros para discutir “padrões de produção sustentáveis”.

■ Planejamento

7. Iniciar movimento de despoluição dos rios em áreas empresariais.

8. Convidar a sociedade civil organizada a iniciar movimentos voltados para a despoluição dos rios localizados em áreas empresariais.

■ Comunicação

9. Divulgar as informações sobre o tema para os setores de comércio, indústria e serviços.

10. Difundir e fomentar junto ao empresariado local ações de responsabilidade socioambiental.

■ Fiscalização

11. Cobrar maior fiscalização da concessão de licenças para a instalação de empreendimentos.

● Ações para viabilizar os arranjos institucionais

■ Gestão pública

1. Cobrar maior eficiência na aplicação das políticas públicas destinadas à preservação ambiental.

■ Capacitação

2. Identificar profissionais a serem capacitados, priorizando os representantes de Conselhos Municipais.
3. Realizar a capacitação regional dos profissionais habilitados para promover arranjos institucionais (nacionais e internacionais).
4. Buscar apoio e assessoria técnica das instituições de pesquisa e universidades nacionais e internacionais.

■ Planejamento

5. Elaborar e implantar estratégias de cooperação.
6. Criar um grupo de trabalho no Fórum da Agenda 21 Local para discutir a importância do fortalecimento dos arranjos institucionais (nacionais e internacionais).

■ Comunicação

7. Difundir as informações aprendidas, utilizando, por exemplo, cartilhas dirigidas ao poder público, lideranças populares e outros multiplicadores.

Possíveis parceiros

Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Guapimirim (Aciag) . Câmara Municipal . Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra dos Órgãos . Conselho Gestor da APA de Guapimirim . Conselho Gestor da Estação Ecológica da Guanabara . Conselhos Municipais (Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Saúde, Ação Social, Educação) . Cooperativas . Empresas associadas ao Comperj . Escolas . FGV . Fontes da Serra Saneamento de Guapimirim Ltda. . Klabin . MP . ONGs . Prefeitura Municipal . Rádio JG FM . Sebrae . Secretarias Municipais (Planejamento, Educação, Ação Social, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Saúde) . Sindicatos . TVerde . Universidades.

Possíveis fontes de financiamento

Banco Bradesco . Banco Itaú . BNDES . BVS&A . CIID . Empresas associadas ao Comperj . Empresas associadas ao Comperj . FNMA . Fundo Canadense . Fundo de Desenvolvimento Difuso . Fundo Finlandês de Cooperação Internacional . Rottary Club.

AÇÕES DA PETROBRAS NA REGIÃO

Com base na avaliação de todas as questões levantadas e discutidas com os representantes da Agenda 21 dos municípios localizados na área de influência do Comperj, a Petrobras desenvolveu diversos planos e programas para a região, tanto de medidas compensatórias quanto de responsabilidade ambiental e social, para minimizar eventuais impactos causados pelo empreendimento.

Programas ambientais

■ Monitoramento dos corpos hídricos superficiais e sedimentos

Acompanhar a evolução da qualidade das águas dos rios Macacu e Caceribú, verificando alterações nas características e na qualidade das águas. Essa iniciativa dará origem a um banco de dados que orientará o monitoramento da água em fases futuras do empreendimento, assegurando que não haja degradação de corpos hídricos pelas atividades do Complexo.

■ Monitoramento das águas subterrâneas

Monitorar as variações e interferências na quantidade e qualidade das águas subterrâneas durante a realização das obras de infraestrutura de urbanização do Comperj.

■ Monitoramento dos efluentes líquidos

Monitorar os efluentes líquidos gerados pelas obras na fase de infraestrutura de urbanização e verificar se o tratamento de efluentes é realizado de forma adequada, não só em consonância com as leis pertinentes, mas também em relação aos parâmetros básicos necessários para sua reutilização.

■ Monitoramento de emissões atmosféricas e da qualidade do ar

Monitorar o teor de gases e particulados a serem gerados durante a fase de infraestrutura de urbanização e dar continuidade ao programa de monitoramento da qualidade do ar, iniciado na fase de licenciamento prévio.

■ Monitoramento de manguezais da APA de Guapimirim e Esec da Guanabara

Diagnosticar e monitorar as principais características nas áreas de florestas de mangue da APA de Guapimirim e da Estação Ecológica da Guanabara.

■ Monitoramento da biota aquática

Caracterizar e monitorar possíveis alterações do ecossistema aquático, tanto fluvial quanto marinho, a partir de informações sobre seres vivos e condições do ambiente na fase de terraplanagem do Comperj.

■ Monitoramento da biota terrestre

Realizar o levantamento e monitoramento da composição da fauna terrestre da área de influência direta do Comperj.

■ Revegetação e apoio ao desenvolvimento, divulgação e implantação de práticas agroflorestais sustentáveis

Promover atividades de reflorestamento que contribuam para a recuperação e manutenção da biodiversidade dos ecossistemas das bacias hidrográficas dos rios Macacu e Caceribú.

■ Fortalecimento das atividades de licenciamento e fiscalização ambiental de Itaboraí

Prover subsídios para que a Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente de Itaboraí possa cumprir as condições para celebração de convênio com o governo do Estado do Rio de Janeiro que visa à descentralização do licenciamento ambiental.

■ Apoio ao Parque Municipal Paleontológico de São José de Itaboraí

Apoiar a implantação de infraestrutura do Parque Paleontológico de São José de Itaboraí, contribuindo para que ele se torne referência enquanto espaço de pesquisa, educação patrimonial-ambiental e entretenimento para a comunidade do entorno.

Projetos sociais

■ Educação Ambiental

O objetivo do programa de Educação Ambiental é desenvolver ações nas áreas de influência direta e indireta do empreendimento, visando capacitar diversos setores da sociedade para uma atuação efetiva na melhoria da qualidade ambiental e de vida na região.

■ Comunicação social

O programa de Comunicação Social do Comperj visa difundir e monitorar continuamente as informações sobre a implantação do empreendimento, informando riscos, situações específicas e evitando criar expectativas irreais entre os diversos públicos de interesse envolvidos.

■ Centro de Integração do Comperj

O local foi planejado para permitir a qualificação de mão de obra e o desenvolvimento das vocações locais nos municípios de influência do empreendimento. O objetivo é promover o desenvolvimento socioeconômico por meio da capacitação de micro e pequenas empresas da região, de forma a diminuir o impacto gerado pela mobilização e desmobilização de mão de obra em virtude das fases de construção e montagem do Comperj.

■ Centro de Informações do Comperj

O Centro de Informações do Comperj tem por missão coletar, sistematizar e disponibilizar dados e informações socioeconômicos e ambientais georreferenciados sobre os municípios membros do Conleste.

■ Apoio e cooperação às políticas públicas para adequação dos serviços públicos locais

O objetivo deste plano é apoiar as administrações públicas municipais e incentivar a articulação dos diversos agentes públicos e privados atuantes na região, de modo a adequar a estrutura dos serviços públicos regionais às demandas oriundas da implantação do Comperj.

■ Capacitação de fornecedores e serviços locais para gestão de resíduos sólidos e insumos para obras

O objetivo deste plano é capacitar e apoiar os municípios da região do Comperj para disposição final de resíduos sólidos, assim como qualificar os fornecedores locais para suprimento de areia, em virtude das obras de urbanização.

■ Monitoramento da evolução demográfica e das demandas por serviços públicos

O objetivo do plano é acompanhar impactos socioeconômicos e ambientais provocados pelo aumento da população e da demanda dos serviços públicos, disponibilizando informações que permitam o planejamento de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida.

■ Valorização da cultura local

O objetivo geral deste programa é apoiar iniciativas para a valorização do patrimônio cultural material e imaterial dos municípios na região do Comperj, em alinhamento à Política de Responsabilidade Social da Petrobras.

■ Acompanhamento epidemiológico

Acompanhamento analítico da evolução de enfermidades e agravos na área de abrangência do Comperj – com foco nos municípios de Itaboraí, Guapimirim, Cachoeiras de Macacu, São Gonçalo e Guaxindiba –, contribuindo para quantificar e informar possíveis mudanças no comportamento epidemiológico no decorrer do processo de implantação do Complexo.

■ Atitude sustentável

O projeto, desenvolvido no parque ambiental Praia das Pedrinhas, em São Gonçalo, visa oferecer atividades esportivas e culturais, em sua maioria a crianças e adolescentes. O projeto traz ainda benefícios ao meio ambiente, já que a água que abastece o lago artificial (piscinão) é captada por uma balsa localizada na Baía de Guanabara e tratada com fins de purificação, tornando-se própria para o banho.

■ Mova-Brasil

O objetivo do projeto é promover a dignidade humana por meio da alfabetização de jovens e adultos, utilizando a metodologia criada por Paulo Freire.

■ Convivência Positiva

Visa fortalecer a autoestima e os vínculos familiares e comunitários de crianças e adolescentes com HIV e AIDS, por meio de atividades socioeducativas.

■ Reciclando Vidas

Contribui para a inclusão social e o desenvolvimento humano e econômico da comunidade de catadores de resíduos de Itaoca.

■ Agricultura Familiar Periurbana

O objetivo do projeto é ampliar as oportunidades de ocupação socioeconômica e de geração de renda para os agricultores familiares periurbanos de Nova Iguaçu, Queimados, Magé e Rio de Janeiro.

■ Matrizes que Fazem

Tem como objetivo a qualificação profissional de jovens de São Gonçalo, por meio de oficinas de corte e costura, cerâmica, artesanato, entre outras.

■ Projeto PAIS (Produção Agroecológica Integrada e Sustentável)

Visa promover a empregabilidade e o aumento de renda de agricultores familiares, por meio da inserção de técnicas de produção agrícola, dispensando o uso de adubos químicos e agrotóxicos.

■ Projeto CataSonhos

O projeto tem como principal objetivo fortalecer a rede de catadores da região e suas atividades de coleta e comercialização de material reciclável e de óleo vegetal usado.

GLOSSÁRIO / SIGLAS

Abav – Associação Brasileira de Agências de Viagens	CIID – Centro Internacional de Investigações para o Desenvolvimento
Abes – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental	CIIE – Centro de Integração Empresa Escola
Abrae – Associação Brasileira de Assistência ao Excepcional	CNEN – Comissão Nacional de Energia Nuclear
Abratur – Associação Brasileira de Turismo Rural	CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres	Coapi-Rio – Cooperativa de Apicultores do RJ
Apae – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais	COB – Comitê Olímpico Brasileiro
Apherj – Associação dos Produtores Hortifrutigranjeiros do Estado do Rio de Janeiro	Codin – Coordenadoria da Defesa dos Interesses Difusos e Coletivos
Asdi – Agência de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento	Commads – Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Bird – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento	Conade – Conselho Nacional das Pessoas com Deficiência
BNDES – Banco de Desenvolvimento Econômico Social	Conama – Conselho Nacional do Meio Ambiente
BVS&A – Bolsa de Valores Sociais e Ambientais	Coppe – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia
Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	COREN – Conselho Regional de Enfermagem
CBB – Confederação Brasileira de Basquete	Crea – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
Cbratur – Congresso Brasileiro da Atividade Turística	CRM – Conselho Regional de Medicina
CBV – Confederação Brasileira de Voleibol	CRT – Concessionária Rio-Teresópolis
CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas	CT-Energ – Fundo Setorial de Energia
Cedae – Companhia Estadual de Água e Esgoto	CT-Hidro – Fundo Setorial de Recursos Hídricos
Cefet – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca	CT-Infra – Fundo Setorial de Infraestrutura
Cenpes – Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello	CT-Transporte – Fundo Setorial de Transportes Terrestres
	DER – Departamento de Estradas de Rodagem

Detran – Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro	FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Detro – Departamento de Transportes Rodoviários	FNMA – Fundo Nacional de Meio Ambiente
Dieese – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos	Frida – Fundo Regional para a Inovação Digital na América Latina e Caribe
Dnit – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes	Funama – Fundação Nacional do Meio Ambiente
DNOS – Departamento Nacional de Obras de Saneamento	Funbio – Fundo Brasileiro para Biodiversidade
Emater – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural	Fundescab – Fundo de Desenvolvimento
Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil
Faetec – Fundação de Apoio à Escola Técnica do Rio de Janeiro	Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Faperj – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro	IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador	ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Febracoop – Federação das Cooperativas de Trabalho do Rio de Janeiro	Idec – Instituto de Defesa do Consumidor
Fecam – Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano	Ieca – Instituto de Estudos Científicos Ambientais
Fenape – Federação Nacional de Apoio aos Pequenos Empreendimentos	Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Fetranspor – Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro	Inea – Instituto Estadual do Ambiente
FGV – Fundação Getulio Vargas	Inepac – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural
Finep – Financiadora de Estudos e Projetos	Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Fiocruz – Fundação Oswaldo Cruz	ISP – Instituto de Segurança Pública
Fiperj – Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro	Iterj – Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro
Firjan – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro	MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
	MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
	MEC – Ministério da Educação e Cultura
	OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
	Pais – Produção Agroecológica Integrada e Sustentável
	Parnaso – Parque Nacional da Serra dos Órgãos

PDA – Programa de Desenvolvimento Ambiental	TurisRio – Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro
Pesagro – Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro	Uenf – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
Pibic – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica	Uerj – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Planfor – Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador	UFF – Universidade Federal Fluminense
Procon – Programa de Orientação e Proteção ao Consumidor	UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
Prodetur – Programa de Desenvolvimento do Turismo	UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prominp – Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural	Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar	Unicef – Fundo das Nações Unidas para a Infância
Pronasci – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania	UniRio – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Rebal – Rede Brasileira de Agendas 21 Locais	Unisol – União e Solidariedade das Cooperativas Empreendimentos de Economia Social do Brasil
Rits – Rede de Informação do Terceiro Setor	WWF – World Wildlife Fund for Nature
Saae – Serviço Autônomo de Água e Esgoto	PDA – Programa de Desenvolvimento Ambiental
SEA – Secretaria de Estado do Ambiente	Pesagro – Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro
Sebrae – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas	Pibic – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
Senac – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial	Planfor – Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador
Senai – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial	Prodetur – Programa de Desenvolvimento do Turismo
Senar – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural	Prominp – Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural
Sesc – Serviço Social do Comércio	Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Sesi – Serviço Social da Indústria	Procon – Programa de Orientação e Proteção ao Consumidor
Sinduscon – Sindicato da Indústria da Construção Civil	Pronasci – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
Suipa – Sociedade União Internacional Protetora dos Animais	
SUS – Sistema Único de Saúde	

Rebal – Rede Brasileira de Agendas 21 Locais

Rits – Rede de Informação do Terceiro Setor

Saae – Serviço Autônomo de Água e Esgoto

SEA – Secretaria de Estado do Ambiente

Sebrae – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

Senac – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

Senai – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

Senar – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

Sesc – Serviço Social do Comércio

Sesi – Serviço Social da Indústria

Sinduscon – Sindicato da Indústria da Construção Civil

Suipa – Sociedade União Internacional Protetora dos Animais

SUS – Sistema Único de Saúde

TurisRio – Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro

Uenf – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Uerj – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Unicef – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UniRio – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Unisol – União e Solidariedade das Cooperativas Empreendimentos de Economia Social do Brasil

WWF – World Wildlife Fund for Nature

PARTICIPANTES

Primeiro Setor

- Ana Amélia Ulrich Mendes Ferreira - Secretária Municipal de Educação e Cultura
- Ângela Oliveira da Silva - Programa Saúde da Família em Guapimirim
- Antonio Bentas
- Bruno Mendes Meres - Prefeitura Municipal de Guapimirim
- Carlos Renato Chiminelli
- Dalva Silva - Secretária Municipal de Educação e Cultura
- Djalma Barbosa Lima - Secretária Municipal de Saúde
- Edson Paixão dos Santos - Conselho Tutelar de Guapimirim
- Edson Xavier
- Élson Tito de Oliveira
- Evanfredo P. de Oliveira
- Fábio Coelho - Prefeitura Municipal de Guapimirim
- Fernanda Chavantes
- Gustavo Vargas Goulart
- Ialmo F. Oliveira - Prefeitura Municipal de Guapimirim
- Iara Dias da Rocha - Secretária Municipal de Ação e Promoção Social
- Jaqueline Azeredo Coutinho
- Jaqueline Ferreira Machado Patricio - Secretária Municipal de Educação e Cultura
- Julio H. Camargo - Secretária Municipal de Educação e Cultura
- Luiz Fernando S. Silva
- Marcia Mônaco - Parque Nacional da Serra dos Órgãos
- Márcia Rodrigues Neves
- Márcia Teixeira
- Marco Antônio Nogueira
- Marcus A. Valério
- Marilene Vargas Ribeiro - Secretária Municipal de Educação e Cultura
- Marinete Seixas Chaves Cheppi - Colégio Estadual Alcino Guanabara
- Marlene M. Rodrigues - Secretária Municipal de Agricultura
- Marlinuce S. S. de Pontes - Escola Estadual Cortume Carioca
- Norma P. Barbosa Lima
- Paulo César Rocha - Câmara Municipal
- Paulo Clem - Secretária Municipal de Educação e Cultura
- Paulo Henrique
- Priscila Costa dos Anjos - Prefeitura Municipal de Guapimirim
- Rafaella Gimenes - Prefeitura Municipal de Guapimirim
- Raimundo Lerpa Gosma
- Ramon F. Veiga
- Reginaldo V. Rosa
- Renata L. R. de Oliveira
- Roberto José de Souza
- Roberto Rômulo Brandão Freire - Prefeitura Municipal de Guapimirim
- Roberto Socilotti - Prefeitura Municipal de Guapimirim
- Vanderson Goulart Luz - Prefeitura Municipal de Guapimirim

- Wiliam Wagner Vivas - Prefeitura Municipal de Guapimirim

Segundo Setor

- André Luiz de Oliveira Soares - Jornal A Voz da Serra
- Antônio Carlos Bettini Liboredo
- Atanasio Georges Verras - Distribuidora Ração Chico Mendes
- Carlos Augusto Rodrigues da Conceição - Supermercado Verone
- Constantin Zoucas - Diz Ferramentaria e Estamparia
- Daniel Martins - Guapitv
- Daniele Reis Wenrici
- Eduardo Figueiredo Monteiro - Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Guapimirim
- Eliani de Sá Mayerhofer
- Erlindo Igrezias de Almeida - Fontes da Serra Saneamento de Guapimirim Ltda.
- Ewerton Silva Cordeiro - Jornal A Voz da Serra
- Fernando Baltazar - Guapitv
- Haroldo Lima Costa - Parada Modelo Com. Ind.
- Jacy José de Oliveira Braga Filho
- Jonas Correa Oliveira - Eletrotécnica Três Amigos
- José Afonso dos Santos Júnior - Fontes da Serra Saneamento de Guapimirim Ltda.
- José Carlos Della Vedova R. Dantas - Sítio Dedo de Deus
- José Íris Freire - Freire Contabilidade
- José Luis Dolcin
- José Roberto Alves Rocha - Premag Sistemas de Construções Ltda.
- Juçara Maria Fontes Cerqueira
- Katrine Azevedo - Bazar e Papelaria Torres Azevedo
- Iain de Souza Gomes - Alain Gomes Comida Caseira
- Leon Fares dos Santos - Planer Serviços
- Luciana da Silva Sampaio

- Luiz Antonio Marinho de Almeida
- Maria Carlota Enrici
- Mário Sérgio Domingos Seixas
- Nehil Ricardo Franco
- Paulo Alves dos Santos
- Pedro Silvério da Silva
- Rarison de Miranda Ramiro - Auto Escola Ramiros
- Reginaldo Valério Rosa - Pousada Sol Nascente
- Roberto Célio de Bastos
- Rogério de Almeida Vidaurre - Rogerius Restaurante
- Ronaldo Nascimento - Guapitv
- Rosa Branca Ribeiro
- Sérvulo Campos Pires
- Talita Sampaio - Guapitv
- Valmir Alves Rosa - Drea de Teresópolis - Diagnose e Regulagem Eletrônica de Automóveis Ltda.
- William Pacheco da Rosa

Terceiro Setor

- Adélia Mattos
- Adriana Cardoso de Oliveira
- Alcides José Aprígio
- Ana Helena Goulart - Associação Guapiense de Integração Renovadora (Agir)
- Angela França de Oliveira - ONG Viverde
- Antonio Carlos Alcantara
- Carlito Vieira de Almeida
- Carlos Cantalejo Benevides - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guapimirim
- Carlos Valdizan
- Carmem Helena Ferreira Leite - Associação Guapiense de Integração Renovadora
- Daniel de Almeida Vieira
- Fernanda Chavantes Barbosa - Associação de Amigos e Cidadãos de Guapimirim
- Flávia Alves Fagundes

- Frank S. Matos - Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Guapimirim
- Grace Kelly Araujo de Matos
- Ilma Popera Beneviols - Sindicato dos Trabalhadores Rurais
- Ingrid dos S. Santos
- Jacqueline Azeredo Coutinho
- Livia Borges Lopes
- Manoel Figueiredo
- Marcos Antonio da Silva
- Maria Ana Oliveti Tuão - Pastoral da Criança
- Maria Auxiliadora Guimarães - Igreja Menino Jesus de Praga
- Maria Cecilia E.Nunes - Pastoral da Criança
- Maria Emilia Medeiros do Nascimento - Instituto Tecnoarte
- Maria Isabel C. dos Santos
- Maria Julieta da Motta Rossi - ONG Nascente Pequena
- Marisa da S. Dias
- Milena Mariane Vieira
- Natacha Ferreira J. Figueiredo
- Nataly Matias Soares
- Oziel Mozer
- Paulo Antonio Xavier Daim - Associação Pestalozzi de Guapimirim
- Paulo Roberto de Oliviera
- Raimundo Serpa Gama
- Silvio Cesar de Paulo
- Solange Ribeiro Peixoto
- Teresa Raquel A. da Silva
- Théo Fernandes - Associação de Amigos e Cidadãos de Guapimirim (AACG)
- Tonio Alcântara
- Vanessa Pereira da Silva
- Vaniele Temóteo Quirino

- Willian Pacheco da Rosa

Comunidade

- Adalberto de Paula Ferreira
- Adelma Lucia Teles da Silva
- Ademilde Pequeno da Silva
- Ademilson Batista de Souza
- Adilson Jorge de Queiroz
- Adriana Siqueira de Vasconcelos
- Afonso Cesar Correa de Oliveira - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guapimirim
- Afonso de Almeida Lacerda Filho
- Alan Teixeira da Silva
- Alci Pinto de Souza
- Alcineu Ramos
- Aldo Alexandre
- Alexandre Ribeiro da Silva
- Aline Meres Fraga
- Alvaro da Silva Coutinho
- Álvaro de Carvalho - Associação de Moradores e Amigos Parque D'Ajuda
- Amanda Silva de Oliveira
- Ana Camila da Silva Alexandre
- Anderson Rangel
- Angelina Pires
- Antonio Carlos de Paula Muniz
- Antonio Carlos Gonçalves
- Antônio Motta Nogueira
- Antonio Rui do Couto Nogueira
- Araceti de Lima Medeiros
- Bruno Damasceno M. Gomes
- Carlos Alberto da Cunha Oliveira
- Carlos Alberto Fares
- Carlos Alberto Vieira da Silva
- Carlos Antônio de Oliveira Pinto

- Carlos Antonio Pontes de Araujo
- Caroline da Silva Andrade
- Cenilda Silva de A. Severino
- César Correa Alves
- César Henrique Borges Ferreira
- Cezar Corrêa Alves
- Cinira dos Santos Vicente
- Claudilene Silva de Paula
- Cláudio de Melo
- Claudionor Cialdonor de Aguiar
- Creonice Portella da Silva
- Cristiano Figueiredo de Oliveira
- Daniel de Carvalho Oliveira
- Davi Vieira da Silva
- David Martins da Silva
- Diamantino de Araújo
- Doralice Brito do Nascimento Santos
- Douglas Falcão Moraes
- Edemilson Moreira do Prado
- Edimilson Silva de Oliveira
- Edson Bezerra de Medeiros - Associação de Moradores Vale das Pedrinhas
- Edson José dos Santos Júnior
- Eduardo Cardoso
- Eduardo da Conceição Klen
- Eduardo Henrique Pacheco dos Santos
- Edyene Marcia da Silva
- Elaine da Conceição Marques
- Eliana Gouvey Cruz
- Eliane F. de Carvalho Silva
- Elisângela Domingos da Silva
- Eliseu Ferreira da Silva - Associação de Moradores do Alto da Reta (Ambar)
- Elivaldo Batista
- Emanuel de Souza
- Emerson Lemos Araújo
- Enívia da Silva Freitas
- Érica Menezes Rodrigues
- Ernany Rosa de Souza - Associação de Moradores Vale das Pedrinhas
- Fabiana Campos Rocco
- Fabiane Magalhães
- Fabiano Xavier Soterio
- Fabio Oliveira da Silva
- Fabrias Figueirado da Silva
- Fernanda Pacheco
- Francisco Gaivota
- Gabriela Guilherme de Lima
- Genilda Silva de A. Severina
- Gesilda Rosa Gama
- Geraldo Fonseca
- Gilberto Alves da Silva
- Gilberto Marfus
- Gilson Machado de Abreu
- Giovane B. da Cruz
- Giovanni Chiapin Brentano
- Herly Cunha Filho
- Isaias Fazolato
- Isaias Tavares Rodrigues
- Iure Fernando dos Santos
- Ivan Maia Gonçalves
- Ivanete Farias
- Ivonete Farias
- Ivoni Pita - Associação de Moradores de Orindi
- Jairo Barbosa da Rocha
- Jayme Juffo da Gama
- Jefferson de Souza Campos da Silva
- Jéssica dos Santos Carneiro
- Jéssica Menezes Rodrigues
- Jéssica Teles da Silva

- Jhonatas Ribeiro da Silva
- João Guilherme de Lima
- João Rodrigues
- Jocelir Teixeira Rangel
- Jofilene Felix
- Jorge Guilherme
- Jorge Martins do Espírito Santo de Lima
- José Batista
- Jose da Luz da Cruz
- José de Oliveira Braga Filho
- José Domingos da Silva Junior
- José Glória Misael
- José Missael
- José Teles Neves
- Joselina Soares de Brito Pires Caetano
- Josilene de Brito Nascimento Silva
- Josilene Pessoa Rosa
- Josimar Ferreira dos Santos
- Joyce Guimarães Ribeiro
- Juarez de Souza Pereira
- Juliana da Silva
- Julio César Batista de Souza
- Juvenal Pinto de Carvalho
- Karine Costa da Motta - Associação de Moradores de Orindi
- Kátia N. Evaristo
- Leandro Alves
- Leonardo José Carion - Associação Cultural Desportiva de Magé
- Lorrane Gabriela Lima Medeiro
- Luciana da Costa Fernandes
- Luciana Duarte de Oliveira
- Luciana G. de Farias
- Lucio Torres da Silva
- Luis Henrique Siqueira
- Luiz Américo da Paz de Azevedo
- Luiz Gonzaga da Veiga
- Luiz Rodrigues
- Luzia Gonçalves dos Santos
- Maicon da Silva Mendes
- Manoel Fernando de Brito Figueiredo
- Manoel Nelson Gouveia
- Mara Lucia Tardelli
- Mara Rubia da Silva
- Marcelo Vidal de Paula
- Marcia Correa da Silva
- Marco Antônio Nogueira
- Marco Nunes de Oliveira
- Marcos Aurélio de Souza Pereira
- Marcos Nascimento
- Marcos Paulo da Silva
- Marcos Paulo de Brito
- Marcos Vinícius da Silva Santana
- Maria Antônia Paes Barro - Associação de Moradores de Orindi
- Maria Aparecida Goluti
- Maria Aparecida Lombardo Ribeiro
- Maria de Fátima P. de Souza
- Maria José Braga Cunha
- Mariana Vale Macedo
- Marilene dos Santos
- Marilene V. da Silva
- Marília Coutinho Bruno
- Mario C. R. da Silva
- Mario Sergio Alexandrino Correia da Silva
- Marisa dos Santos
- Mauricio S. Azevedo
- Mauro Ribeiro da Silva
- Mauru B. Alves

- Messias Ferreira da Silva - Federação das Associações de Moradores de Guapimirim (Fameg)
- Milena Almeida de Souza
- Miqueias Duarte de Oliveira
- Moisés Esteves Martins
- Mônica Henrique da Silva
- Neuza Maria de Azevedo Carion
- Nilson Santana Soares
- Niramara C. Macabil
- Obdias Alves de Souza
- Ozório Braga de Oliveira Neto
- Patricia Misael da Silva
- Paulo João Alves Albino
- Raelle Gonçalves da Silva
- Rafael Nunes de Oliveira
- Rafaela Gonçalves da Silva
- Regina Ferreira da Silva Albino
- Reginaldo Valério Rosa
- Reijane da Silva Castro
- Robinson Caldas Lima
- Robson Fidelis Bucker
- Rodney Pessoa Rosa
- Romulo Gomes da Silva
- Rosa Marlene Damasi
- Rozane Ferreira de Carvalho
- Rubem Pereira dos Santos
- Samuel Silva de Almeida
- Sandra Ribeiro
- Semi Coimbra Farahat
- Sérgio Ricardo de Lima Eira
- Sérgio Silva dos Santos
- Sidney dos Santos
- Sidney Silva Cruz
- Simone da Conceição Rosa
- Sônia da Conceição Paz
- Tânia Mota
- Tatiane de Oliveira Baptista
- Teresinha Julia da Silva
- Terezinha de Maria Pereira Ferreira da Silva
- Thiago da Silva Santos Barcelos
- Tito Plaster Insua
- Uélington Farias Pinto
- Ueslles de Amorim Botelho
- Valdecir Antonio Sellis
- Vando Rogério Pinto Silva
- Vieira Isaias Tavares Rodrigues
- Vilson Santana Soares
- Vitor Hugo Cardoso
- Waldiléa de Almeida Melo
- Wanderley de Souza Farias
- William Brito Costa Junior

PROJETO AGENDA 21 COMPERJ – CRÉDITOS TÉCNICOS E INSTITUCIONAIS

Petrobras

Gerente de Relacionamento	Gilberto Puig Maldonado
Gerente de Relacionamento Corporativo	Carmen Andrea Ribeiro Vianna Santos
Coordenador da Agenda 21 Comperj	Ricardo Frosini de Barros Ferraz
Assessor (mobilização à construção coletiva)	Caroline Vieira Nogueira
Assessor (formalização à finalização)	Luiz Cesar Maciel do Nascimento
Encarregado de Logística	Paulo Brahim

Ministério do Meio Ambiente

Diretora do Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental	Karla Monteiro Matos Geraldo Abreu
Assessor técnico (consolidação municipal)	Márcio Ranauro
Assessor técnico (consolidação municipal)	Luis Mauro Ferreira

Secretaria de Estado do Ambiente

Superintendente do Grupo Executivo do Programa Estadual da Agenda 21	Carlos Frederico Castello Branco
--	----------------------------------

Etapas mobilização da sociedade à formalização do Fórum

Instituto Ipanema

Coordenadora Geral	Ninon Machado de Faria Leme
Coordenadora Técnica	Maria de Lourdes Davies Freitas
Técnico	Eduardo Peralta Vila Nova de Lima
Técnico	Jaime Bastos Neto
Técnico	Mônica Engelbrecht Deluqui
Assistente Técnica (construção coletiva)	Cristiane Vieira Jaccoud do Carmo Azevedo
Assistente Técnica (construção coletiva)	Fernanda Leopardo
Assistente Técnico	Jorge Luiz Gonçalves Pinheiro
Assistente Técnico (construção coletiva)	Leonardo Fernandez Casado Barcellos
Assistente Técnico (construção coletiva)	Nilmar Vieira Magalhães
Assistente Técnica (construção coletiva)	Polita de Paula Gonçalves
Assistente Técnica	Priscila Amaro Lopes
Assistente de Apoio	Helena Maria de Souza Pereira

ISER

Coordenadora Geral (construção coletiva)	Samyra Crespo
Coordenador do Projeto	Claudison Rodrigues
Coordenadora Financeira	Dionei Brollo
Coordenador de Produção	Wagner Sabino
Técnica	Márcia Gama
Técnica	Patricia Kranz
Técnica (construção coletiva)	Ana Batista
Técnica (construção coletiva)	Renata Bernardes
Técnica (consolidação municipal)	Nathalia Araújo e Silva
Assistente de Coordenação (construção coletiva)	Martha Guimarães
Assistente Técnico/Financeiro	Hebert Lima
Assistente de Produção (construção coletiva)	Camila Rodi
Assistente Administrativo (consolidação municipal)	Fernando Pereira

Rodaviva

Coordenadora Geral (construção coletiva)	Cláudia Jurema Macedo
Coordenador do Projeto	Claudison Rodrigues
Coordenadora Financeira	Rozender Smaniotto
Coordenador de Produção	Wagner Sabino
Coordenador Regional	Vladimir Falcão
Técnica	Isabel Macedo
Técnico	Marcelo Arantes
Técnica (construção coletiva)	Tânia Jandira
Técnica (consolidação municipal)	Nathalia Araújo e Silva
Assistente Técnico	Hebert Lima
Assistente Administrativo (consolidação municipal)	Fernando Pereira
Assistente de Coordenação (construção coletiva)	Martha Guimarães
Assistente de Produção (construção coletiva)	Camila Rodi
Administração (construção coletiva)	Rosangela Ferrão
Tesoureiro	Jose Pedro Mendes
Suporte Técnico (construção coletiva)	Raimundo Nonato

ASA

Coordenador Geral	Roberto Rosa Olivella
Gerente do Projeto	Cláudia Passos Sant'Anna
Coordenador Técnico	Roberto Wagner Rocco
Coordenador de Campo (construção coletiva)	Leandro Quintão
Técnica	Ana Paula Costa de Paula e Silva
Técnico	Thiago Albuquerque
Técnico	Flavio Vizeu Soares Bezerra
Técnico (construção coletiva)	Alex Bernal
Técnica (construção coletiva)	Christiane Nascimento Santos
Técnica (construção coletiva)	Gisele Renault
Técnica (construção coletiva)	Nathália Araújo e Silva
Técnica (construção coletiva)	Priscila Amaro Lopes
Técnica (construção coletiva)	Patricia Themoteo Teixeira
Técnica (construção coletiva)	Renata Villaça
Técnico (construção coletiva)	Thiago Vasquinho Siqueira
Assistente de Relatoria (construção coletiva)	Tatiana de Sá Ferreira
Apoio Administrativo	Heidi Marques

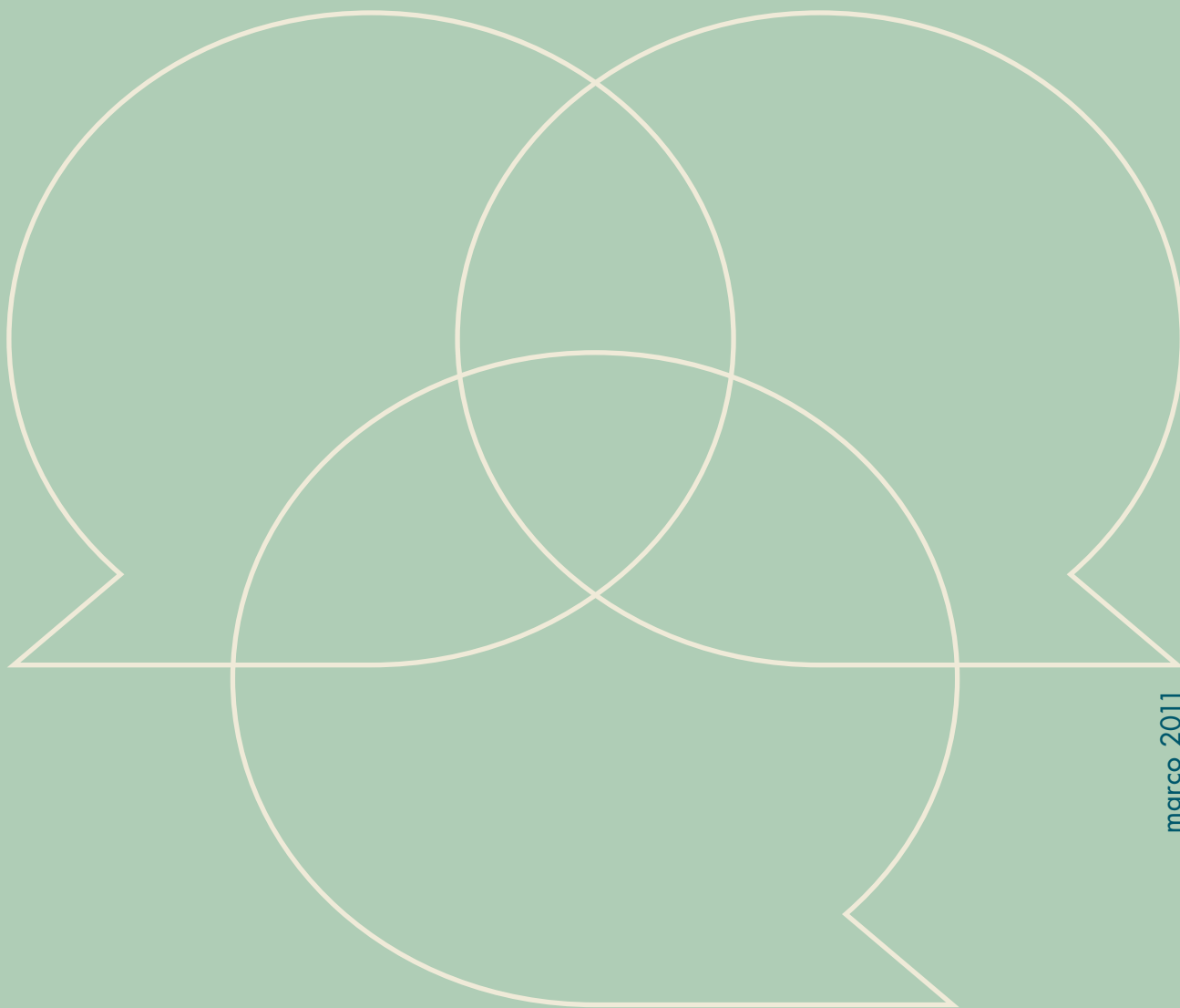
Consultorias:

Fundação José Pelúcio – Ladec / UFRJ (construção coletiva)	José Luiz de Santana Carvalho
ILTC (consolidação municipal)	Lucila Martínez Cáceres

Etapas de Finalização das Agendas

Consultorias:

Coordenadora Técnica	Patricia Kranz
Consultor	Ana Paula Costa de Paula e Silva
Consultor	Thiago Ferreira de Albuquerque
Consultor	Mônica Engelbrecht Deluqui
Consultor	Roberto Rocco
Consultor	Leandro Quintão
Técnica	Maria Aparecida de Oliveira
Produção de vídeo	Wellington Gomes de Oliveira



março 2011

www.agenda21guapimirim.com.br